



BOLETIM OFICIAL

S U P L E M E N T O

ÍNDICE

PARTE G

MUNICÍPIO DE SÃO DOMINGOS

Câmara Municipal:

Deliberação n.º 27/2024:

Aprovando o Plano de Atividade e o Orçamento do Município de São Domingos para o Ano Económico de 2024...2

Deliberação n.º 2/AMS/2024:

Aprovando o Orçamento do Município de São Domingos para o Ano Económico de 2024, no montante global de 650.825.033\$00 (seiscentos e cinquenta milhões, oitocentos e vinte e cinco mil, trinta e três escudos).....68

Deliberação n.º 3/AMS/2024:

Fixando regime de incentivos fiscais e não fiscais aos projetos de investimentos dos benfeitores doadores de patrimónios ao Município e aos parceiros de PPP, bem como Incentivos fiscais à regularização de dívidas.....73

Deliberação n.º 4/AMS/2024:

Aprovando para a aquisição por contrato de Compra e Venda de duas parcelas de terrenos, uma com a área de 10.000,00 m2 (dez mil metros quadrado), descrito na Conservatória do Registo Predial, sob o n.º 365/20220526, e inscrita na respetiva Matriz Predial, sob o n.º 4209/0, e outra com a área de 40.000 m2.....86

Deliberação n.º 8/2024:

Aprovando a Reclassificação e Reconversão Profissional dos funcionários da Câmara Municipal de São Domingos que se indicam.....86

PARTE G**MUNICÍPIO DE SÃO DOMINGOS****Câmara Municipal****Deliberação n.º 27/2023****de 08 de novembro de 2023**

Aprova o Plano de Atividades e o Orçamento do Município de S. Domingos para o Ano Económico de 2024

Convindo ao abrigo do disposto na alínea r) do n.º 2 do art. 92º da Lei n.º 134/IV/95, de 03 de julho (Estatuto dos Municípios), aprovar o projeto de Orçamento Municipal para o Ano Económico de 2024;

A Câmara Municipal de São Domingos, reunida na sua 19ª Sessão Ordinária do dia 08 de novembro de 2023, delibera nos termos do art. 231º da Constituição da República de Cabo Verde e da alínea r) do n.º 2 do art. 92º da Lei n.º 134/IV/95, de 03 de julho, que aprova a Organização e o Funcionamento dos Municípios, o seguinte:

Artigo 1**Aprovação**

É aprovado o Orçamento do Município de São Domingos para o Ano Económico de 2024, constante do anexo à presente deliberação, por unanimidade dos presentes:

III. ENQUADRAMENTO LEGAL

Relativamente ao estatuído na Lei n.º 134/V/95, de 03 de julho, em especial o estabelecido na alínea h) do n.º 1 do artigo 98º, atentos aos critérios e os parâmetros financeiros e contabilísticos elucidados na Lei n.º 79/VI/2005, de 05 de setembro, que aprova o Regime Financeiro das Autarquias Locais, apresenta-se e submete-se à apreciação e deliberação da Câmara Municipal e da Assembleia Municipal, o Plano de Atividades e o Orçamento do Município de São Domingos para o Ano Económico de 2024, integrando estes o Plano de Investimentos Municipais (PIM).

O Plano de Atividades e o Orçamento constituem o instrumento primordial para a gestão pública do Município e refletem a orientação política que se pretende implementar, em prol do desenvolvimento do Concelho.

Estes instrumentos, resultam, do planeamento previsional, contêm as orientações, programas, subprogramas, projetos e ações que o Município pretende realizar em 2024, e procuram refletir a perspetiva do desenvolvimento que os desafios do futuro impõem, para que o município continue a desempenhar um papel essencial junto das populações na busca de uma generalizada melhoria das condições de vida.

Os programas e as atividades propostas, alicerçadas na dimensão multifacetada das ações a serem desenvolvidas, refletem os compromissos políticos contidos na nossa moção de estratégia e as linhas orientadoras do nosso executivo, procurando dar resposta às necessidades da população, sem prejuízo do indispensável rigor e contenção necessária, por forma a garantir o equilíbrio orçamental.

Desta forma, a presente proposta traduz-se, em termos genéricos e na essência da sua gênese, nas orientações programáticas traçadas no início deste mandato. O documento apresenta, em primeiro lugar, o Plano de Atividades, composta pela síntese dos planos de atividades sectoriais, com destaque para as principais ações a desenvolver a nível de Pelouros.

Em seguida, será desenvolvida uma análise detalhada do Orçamento Municipal (Nota Justificativa), dando especial atenção à evolução dos seus principais agregados, da receita e da despesa. Em anexo, constarão os documentos (Mapas) previsionais, estipulados de acordo com os artigos 32º, 33º, 34º, 35º, 36º, 37º, 38º, 39º, 41º, 44º, 45º e 46º da Lei n.º 79/VI/2005, de 05 de setembro.

IV. NOTA INTRODUTÓRIA- APRESENTAÇÃO DOS INSTRUMENTOS DE GESTÃO PARA O ANO ECONOMICO 2024**Plano de Atividades e Orçamento**

O Plano de Atividades e o Orçamento para o ano económico de 2024, são importantes instrumentos de planeamento que visam a efetiva implementação, a curto prazo, no território municipal, de forma mais operacional, os documentos estratégicos do desenvolvimento do município como se destaca: O PAMRR-SD:2020-2024 (Plano de Ação Municipal de Respostas Rápidas 2020-2024) o PEMDS- SD (Plano Estratégico Municipal de Desenvolvimento Sustentável de São Domingos, horizonte 2020-2024), bem como a visão e o pacote de programas e projetos previstas na Plataforma Eleitoral “Nova Esperança Para São Domingos”, ancorado a agenda 20/30 do Sistema das Nações Unidas, através dos 17 ODS’s (Objetivos do Desenvolvimento Sustentável).

Deste modo, a semelhança do ano transato, estes instrumentos, foram concebidas pela equipa camarária, tendo em conta o diagnóstico efetuado no terreno, os anseios e as auscultações dos municípios, em articulação com os parceiros de desenvolvimento e, para o seu melhor enquadramento local e global possível, foi feito um profundo e rigoroso exercício de alinhamento estratégico com relação aos principais documentos estratégicos acima referidos que norteiam a atuação da Câmara Municipal.

De salientar que, não obstante os sinais e o facto do quadro global

continuar a ser de retoma económica, ainda o contexto atual que o mundo atravessa é de alguma incerteza, caracterizado por múltiplas e complexas crises de natureza social e económica provocadas, por um lado, pelos enormes desafios ambientais que o planeta vem atravessando (alteração climática, seca, inundações, poluição ambiental, perda da biodiversidade, etc...) e, por outro lado, pelos efeitos nefastos que ainda a crise da pandemia da Covid-19 tem afetado o nível de vida das famílias e ainda, pela atual tensão geopolítica no plano global provocada pela guerra na Ucrânia e no Medio Oriente no plano social e económico mundial, seus efeitos nas cadeias de valores mundiais, e a consequente alta generalizada dos preços dos combustíveis e dos produtos alimentícios, sobretudo para pequenas economias em vias de desenvolvimento, insular, vulneráveis a choques externos como é o caso de Cabo Verde e que nos últimos anos vem sendo ainda fustigada pela seca severa.

A nível local, graças aos esforços na implementação de projetos e programadas da nossa Plataforma eleitoral e do PEMDS-SD, a equipa camarária em exercício desde outubro de 2020, apresenta o seu Plano de atividade e orçamento para 2024 num clima de grande satisfação dos munícipes e dos visitantes pelos projetos e ações realizadas, que mesmo em situação de crises diversas, fizeram melhorar significativamente os indicadores de desenvolvimento, como confirma de São Domingos no Índice de Coesão Territorial (IcT) 2023, tendo acusado melhoramentos significativos em relação ao ano anterior (da 18ª posição com IcT=82,6, para 16ª posição com IcT=85), embora continue ainda com o valor do índice inferior à media nacional, juntamente com mais 13 municípios.

Entretanto, sendo o próximo ano 2024, o último ano da execução do programa de governação municipal para o mandato, está-se a prever que será o ano pico em termos de aceleração do ritmo das realizações e consolidação dos principais programas, projetos e ações executadas desde 2020, outras ainda em fase de execução e por arrancar, conforme previstas, com vista ao reforço da performance de realização local enquanto contributo para a agenda global 20/30, respondendo localmente, as metas e indicadores de todos os 17 ODS’s, com foco principal nos 5 (cinco) ODS’s que o município definiu como prioridade em termos de opção de aposta de investimento para o mandato: 1- Erradicação da Pobreza; 6-Agua Potável e Saneamento; 9- Indústria, Inovação e Infraestrutura; 15- Vida Terrestre, e no centro das atenções, 17-PARCERIAS E MEIOS DE IMPLEMENTAÇÃO.

E para o avançar do processo de execução dos projetos, tendo em conta o contexto atual, o foco central continua a ser, cada vês mais, nas pessoas e com as pessoas. E nesta linha de ideia, considerando que para este executivo camarário “Não deixar ninguém para trás”, é uma aspiração central e fazer valer o respeito pela dignidade da pessoa humana, continuaremos a apelar, a todas e a todos a participarem, com determinação, neste desígnio, para um São Domingos moderno, seguro, desenvolvido e competitivo.

São Domingos, aos 30 outubro de 2023. — O Presidente da Câmara Municipal, *Isaías Almeida Varela*.

V. MISSÃO

A Câmara Municipal de São Domingos, tem por missão promover o desenvolvimento integral e sustentável do Município, por forma a garantir o bem-estar e a melhoria das condições de vida das populações.

No desenvolvimento dessa missão, orienta a sua ação no sentido de garantir o reforço da competitividade do Município e a sua afirmação no contexto regional e nacional, promovendo a valorização e a coesão social e territorial, em diálogo permanente com instituições e agentes de intervenção local.

VI. VISÃO

O Plano de Atividades e o Orçamento agregam a visão de desenvolvimento que queremos para o Município e que reforça o seu posicionamento regional, afirmando-se como um Concelho, que evidencia capacidade de atrair investimentos, oferecer melhor qualidade de vida e alcançar progressos significativos em matéria de promoção da inclusão social.

Alistados por esta visão de desenvolvimento e pela crescente exigência dos munícipes, planeamos o exercício de 2024, apostamos na melhoria da qualidade de vida e do bem-estar dos munícipes, em particular, daqueles que devido à sua condição social e económica, apresentam maior vulnerabilidade aos fatores de pobreza, e na promoção da igualdade de oportunidades, garante de uma sociedade mais desenvolvida, inclusiva, socialmente mais justa e solidária.

VII. LINHAS ESTRATÉGICAS E EIXOS ESTRATÉGICOS NA ÓPTICA DO PEMDS-SD;

Linhas estratégicas:

- Serviço Social;
- Promoção da Igualdade e Equidade de Género;
- Desenvolvimento Económico Local;
- Governança e Descentralização;
- Ambiente e Risco;

Eixos estratégicos:

- Transversal;

- Boa Governança;
- Capital Humano;
- Competitividade;
- Infraestruturação;

A concretização das linhas estratégicas de desenvolvimento passa por um conjunto de programas de intervenção de carácter sectorial, cuja implementação, embora inserida nas esferas de competência do Município, deve mobilizar toda a comunidade local e as suas Instituições, particularmente os serviços descentralizados do Estado e as diferentes organizações da sociedade civil e o Governo.

VIII. SISTEMA ORGANIZATIVO

O sistema organizativo do Município de São Domingos, é suportado pela existência de duas estruturas fundamentais, uma de cariz eminentemente política e outra de cariz técnico/administrativo fortemente relacionadas e interdependentes, de cujo funcionamento decorre a atividade municipal.

IX. ESTRUTURA POLÍTICA

A Lei n.º 134/IV/95, de 03 de julho (Estatuto dos Municípios), que define a organização e o funcionamento dos Municípios, estabelece que as Autarquias Locais prosseguem as suas atribuições, através do exercício pelos respetivos órgãos das competências legalmente previstas. A estrutura política assenta em 3 (três) órgãos, a saber: a Câmara Municipal, o Presidente da Câmara Municipal e a Assembleia Municipal, cada um com natureza e competências específicas.

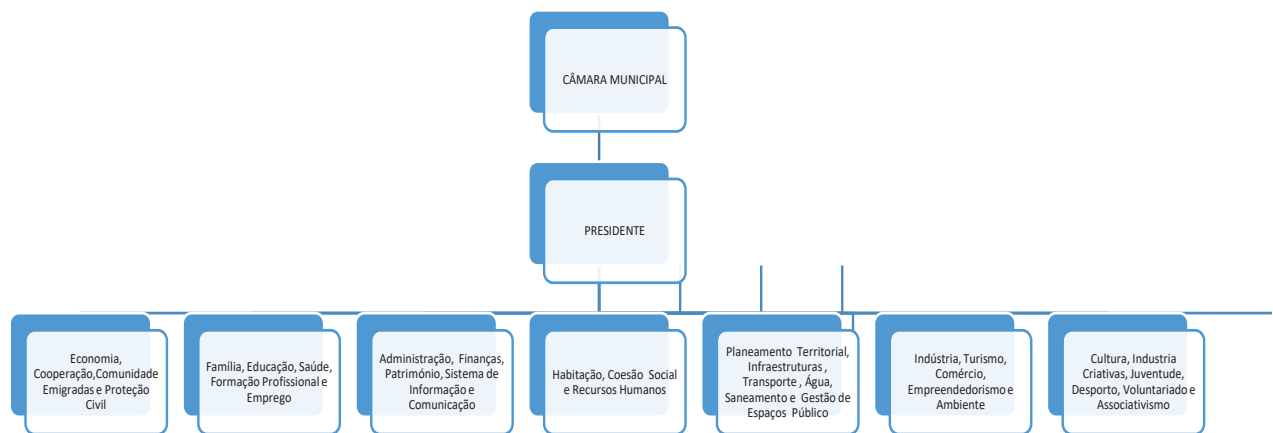
A Câmara Municipal e o Presidente da Câmara Municipal, com funções, essencialmente, executivas e a Assembleia Municipal, com funções de natureza predominantemente deliberativa e fiscalizadora da atividade desenvolvida pela Câmara Municipal.

A Câmara Municipal, sendo o órgão executivo da Autarquia, tem competências materiais e de funcionamento. É composta pelo Presidente que tem a maior responsabilidade pela definição das estratégias e políticas municipais, bem como as decisões mais relevantes sobre a atividade dos serviços municipais e por 6 (seis) Vereadores, a quem compete, um quadro de delegações, previamente, estabelecido.

No seio deste órgão, destaca-se o mecanismo de delegações de competências nos Vereadores e Dirigentes Municipais, constituindo um órgão coletivo que tem a seu cargo a supervisão direta das atividades desenvolvidas ao nível dos serviços municipais para a prossecução dos objetivos, programas, projetos/atividade e ações que materializam as políticas previamente definidas.

X. ESTRUTURA ORGANIZACIONAL

A Câmara Municipal de São Domingos organiza-se internamente de acordo com o organigrama vigente, num modelo de estrutura hierarquizada, que compreende direções de serviços, cuja atividade ao nível do planeamento financeiro, controlo da execução orçamental, gestão de recursos humanos e patrimonial, constitui suporte ao desenvolvimento da atividade municipal.



XI. PREMISSAS E PRIORIDADES DO PLANO DE ATIVIDADES E ORÇAMENTO PARA O ANO ECONOMICO 2024

As áreas de intervenção são definidas pelas atribuições previstas na Lei n.º 134/IV/95, de 03 de julho (Estatuto dos Municípios), sendo este o contexto onde se encontram enquadradas e projetadas as ações e atividades a serem executadas, tendo por base a execução de políticas que promovam o desenvolvimento económico e sociocultural do Concelho, de forma a promover a melhoria da qualidade de vida dos munícipes.

A semelhança do ano 2023, os documentos em referência para 2024 representam não só, o cumprimento de deveres legais, mas também, a necessidade de se definir as prioridades face aos recursos disponíveis, para fazer face aos desafios de natureza externo e contextual e a nível interno e institucional. Assim, para o ano económico 2024, continua a dar uma especial atenção aos investimentos municipais nas áreas consideradas estratégicas e prioritárias para o desenvolvimento com vista ao empoderamento das comunidades locais, grupos alvos e famílias identificadas em situação de vulnerabilidade extrema (Jovens em situação NEET, Famílias chefiadas por mulheres, Pessoas com deficiência e pessoas com patologias diversas, idosos, crianças, grupos de interesses sociais diversos, etc...) pois, conforme dados oficiais, os desafios a nível contextual atual tem revelado o seguinte quadro:

- 1- *Jovens em situação NEET*- Conforme das dos INE IMC (2011-2022), *Evolução da TAXA DE DESEMPREGO da população de 15 anos ou mais (%), por meio de residência, concelho, sexo, grupo etário e nível de instrução frequentado, no ano 2022, situava na ordem dos 14.7, sito acima da média nacional (12.1%) e no que tange a Evolução da proporção da população de 15-24 anos (%), sem emprego e que não estão a frequentar um estabelecimento de ensino ou de formação, por meio de residência, concelho e sexo. Cabo Verde, no ano 2022, a nível do concelho os dados rondavam os 35.4%, também acima da média nacional (27.8%);*

- 2-Famílias na situação de pobreza extrema- Conforme os dados do INE, PERFIL DA POBREZA-Evolução da Pobreza Monetária Absoluta 2001/2007 e 2015 cerca de 51%, da sua população vive na pobreza (cerca de 7.687 pessoas) nos quais 18,6% (cerca de 2.804 pessoas) encontram-se na extrema pobreza. No entanto conforme dados do INE (IV-IDRF), 1º e 2º trimestre 2023, a pobreza global situou na ordem dos 20.2% e a Pobreza extrema na ordem dos 9,4% e numa perspetiva de análise por ilha, Santiago registou os seguintes dados (Pobreza global-18.3% e Pobreza extrema-10.0%);
- 3- Os resultados do relatório sobre o Índice de Coesão Territorial (IcT) 2023, coloca o município de São Domingos ainda com o valor do índice inferior a média nacional, juntamente com mais 13 municípios, em termos de desempenho de desenvolvimento (Dimensão económica, social e territorial);

Entretanto, a nível interno e institucional (CMSD), para fazer face aos desafios de limitação de recursos de várias ordens (humanas, materiais, económico e financeiros), para o ano 2024, a CMSD estará a acelerar e a consolidar a implementação das suas estratégias de mobilização de recursos para, fazer face a dinâmica e o ritmo de implementação dos programas, projetos e ações. Com relação aos recursos humanos, conforme o Quadro Lógico 4- Pelouro Recursos Humanos, um conjunto de medidas e ações que vem sendo trabalhadas desde o início do mandato até esta parte, serão efetivamente implementadas, entre os quais destacam-se os seguintes:

- Elaboração do Balanço Social-CMSD;
- Revisão e adequação do Quadro de Pessoal ao Regime da Função Pública e às exigências do novo PCCS (Plano de Cargos, Carreiras e Salários), consagrados, respetivamente, no Decreto-Lei nº 09/2013, de 26 de fevereiro, e na Lei nº 59/2014, de 04 de novembro, que aprova o Estatuto do Pessoal Dirigente da Função Pública;
- Regularização de vínculos precários e conclusão do processo de regularização do ponto situação do processo da inscrição de todos os funcionários da CMSD no INPS e transferência das pensões de aposentações;
- Implementação da proposta que atualiza o salário dos funcionários e a pensão dos pensionistas, a luz do quadro normativo espelhado no artº 9º da Lei nº 16/X/2022 de 30 de dezembro que aprova orçamento do estado;

Para continuarmos a fazer face este quadro social e económico pouco favorável e imprevisível, **para o ano 2024 a CMSD continua a colocar a juventude, as pessoas em situação de pobreza extrema e grupos de interesses sociais diversos cada vês mais, no centro da agenda de governação municipal**, pelo que continuam a serem os principais público-alvo/beneficiários direto dos programas e portfólio de projetos e ações para o ano 2024. E para o efeito, a estratégia operacional passa por uma rigorosa atualização do Mapeamento técnico social a nível de todo o território municipal e a consolidação de uma abordagem de intervenção cada vês mais *transversal, multisectorial e integrada e envolvendo todos os pelouros*. Em termos de prioridades de intervenções, continuaremos a privilegiar as seguintes área/sectores de desenvolvimento:

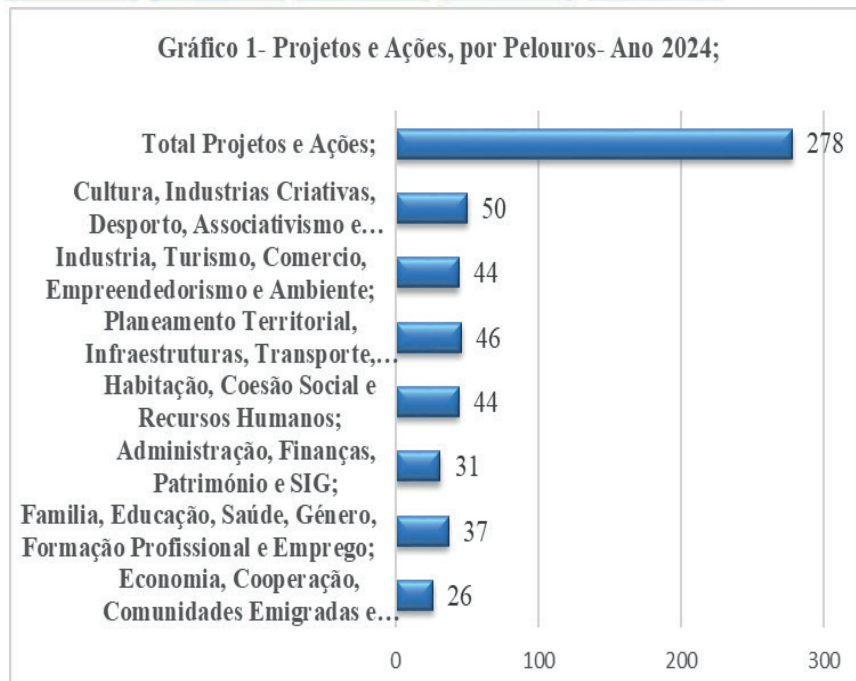
- Planeamento, ordenamento do território e infraestruturização municipal;
- Inclusão produtiva, beneficiando o público-alvo do sector primário (agricultura, pesca e pecuária) com foco no empoderamento socioeconómico de famílias em situação de vulnerabilidade, com foco no género;
- Empreendedorismo jovem;
- Atração de investimento estruturante para o território municipal;
- Coesão e solidariedade social;
- Parcerias, boa governação, gestão inclusiva e participativa.

XII. ALINHAMENTO ESTRATÉGICO: PLANO DE ATIVIDADE 2024 VRS, PEMDS-SD¹, PAMRR-SD ²E AGENDA GLOBAL-17 ODS³ ;

Consiste na realização de um exercício lógico que versa sobre o alinhamento das atividades previstas, por pelouros, aos 17 (dezasettes) ODS's da Agenda 20/30-SNU, com relação aos 8 (oito) programas assentes em 3 (três) grandes eixos do PAMRR-SD e que simultaneamente, alinha aos 16 (dezasseis) programas e 21 (vinte um) objetivos, 6 (seis) eixos e 5 (cinco) linhas estratégicas definidas no PEMDS-SD, com um cronograma de execução



Gráfico 1- Projetos e Ações, por Pelouros- Ano 2024;



trimestral, para o ano 2024. Entretanto, ainda para o ano económico 2024, numa perspetiva de análise quantitativa, do pacote dos projetos, ações e orçamento-2024, conforme o **Gráfico 1- (Projetos e Ações, por Pelouros)** em referência, pode se constatar que se prevê um total de

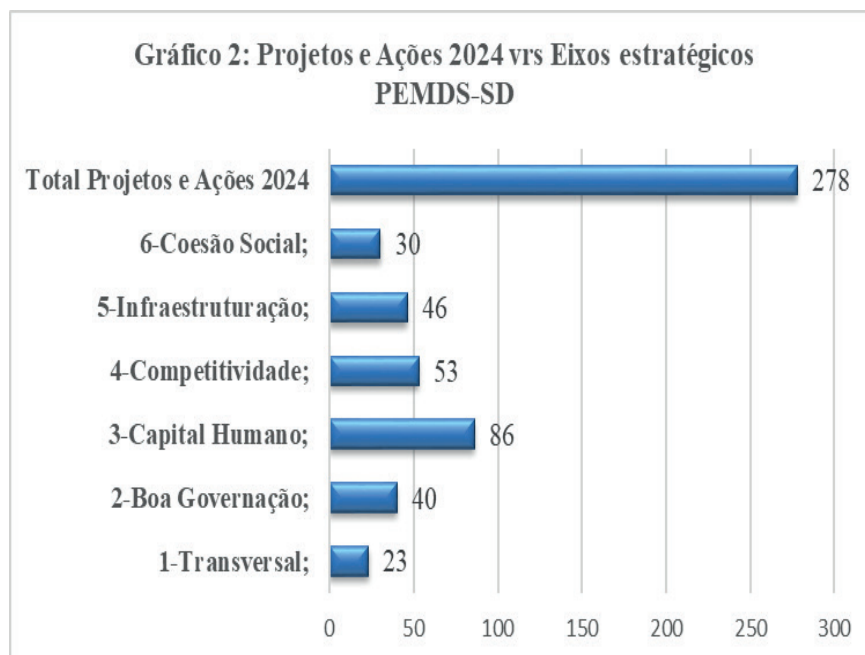
¹ PEMDS-SD é o Plano Estratégico Municipal de Desenvolvimento Sustentável de São Domingos concebido articulado com os parceiros de desenvolvimento, no âmbito do programa das Plataformas do Desenvolvimento Local Sustentado e está ancorado a Agenda 2030 que é o documento macro, de suporte para o planeamento estratégico do município;

² PAMRR-SD é um documento estratégico de ação mais operacional que prioriza os investimentos para os próximos 4 anos. Estrutura a visão, a estratégia e o plano de ação do concelho a partir da plataforma eleitoral da equipa camarária e está, de igual modo, em linha com o PEMDS-SD e a agenda 20/30;

³ AGENDA 20/30-Consiste numa declaração com 17 ODS e 169 metas. Tem uma seção sobre os meios de implementação e de parcerias globais e um arcabouço para o acompanhamento e revisão. Pessoas, Planeta, Prosperidade, Paz e Parcerias são os 5 pilares dos ODS's. O lema é: "Ninguém pode ficar de fora!", por isso foram construídos contemplando as 5 (cinco) áreas crucial para a humanidade e o planeta: **Pessoas, Planeta, Prosperidade, Paz e Parcerias;**

278 (duzentos e setenta e oito) projetos e ações, distribuídos por 7 (sete) pelouros, e quanto ao **Gráfico 2: Projetos e Ações, por Eixo estratégico** e a a **figura 1- Projetos, ações e**

Orçamento vrs Eixos estratégicos, pode se constatar que o **Eixo 3- Capital Humano, Eixo 4- Competitividade e o Eixo 5- Infraestruturação** são os 3 (três) primeiros eixos com maior número de projetos e ações a serem executadas. E com relação aos sectores que integram o



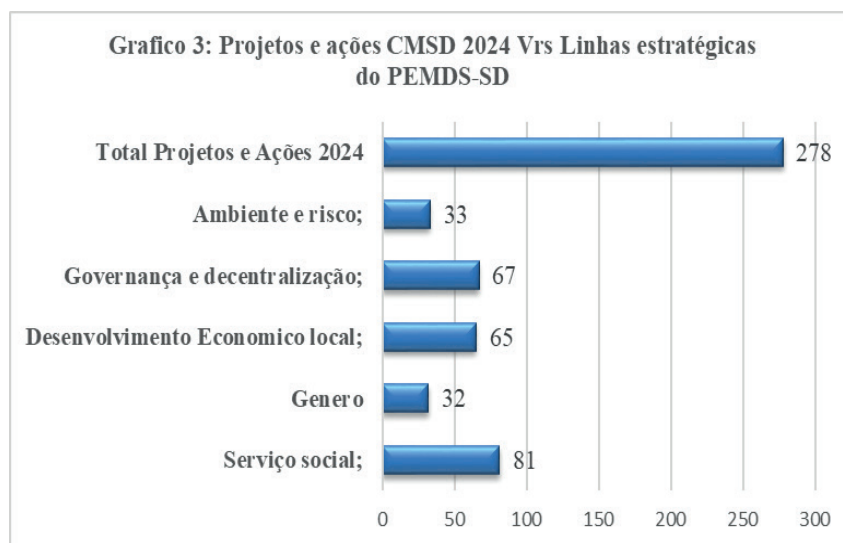
Eixo 3 -Capital Humano, (86 Projetos e Ações), importa referir que, pela quantidade, se destacam um pacote de projetos e ações, referentes aos sectores da Educação (13), Desporto (19), Cultura e Industrias Criativas (24), Saúde (6), Formação Profissional e áreas afins (24). Quanto ao **Eixo 4- Competitividade (53 Projetos e Ações)**, importa fazer referência aos sectores da Agropecuária (8), Pesca (8), Turismo (9), Comércio (4), Empreendedorismo e áreas afins (24) e ainda, com relação ao **Eixo 5- Infraestruturação (46 Projetos e Ações)**, é conveniente realçar as propostas de Projetos e Ações nos sectores do Ordenamento Territorial (8), Infraestrutura (15), Água (6), Energia (2), Requalificação Urbana e áreas afins (8). Entretanto, numa perspectiva de análise orçamental, os Eixos (**5- Infraestruturação, 3- Capital Humano e 4-Competitividade**), são os três eixos com maiores volumes de recursos a serem investidos durante o ano 2024.

Figura 1- Projetos, Ações e Orçamento 2024 Vrs Eixos estratégicos do PEMDS-SD;



Quanto ao Gráfico 3- Projetos e Ações- ano 2024 vrs Linhas estratégicas e a Figura 2- Projetos, Ações e Orçamento 2024 vrs Linhas Estratégicos do PEMDS-SD, em referência,

de igual modo, numa ótica de análise quantitativa, pode se constatar que do total dos projetos, ações e o volume orçamental previstas para o ano 2024, destacam as 3 (três) grandes Linhas estratégicas seguintes: 1- **Serviço Social (80**



projetos e ações), que integram a um conjunto de programas do PEMDS-SD como: Pro-habitat com dignidade (5), Segurança Sanitária, STOP COVID 19 (6) Nós cultura, nós história (24), Mais desporto, mais saúde (19), Nascer e Crescer com oportunidade (27). **Linha estratégica 2 -Governança e Descentralização (67 projetos e Ações)**, ancorados aos seguintes Programas-PEMDS SD: Proximidade à Praia-Capital do País (2), Câmara Municipal atualizada e eficiente (60), São Domingos mais competitivo (4) e **Linha Estratégica 3- Desenvolvimento Económico Local**, que de igual modo, neste âmbito, um total de **(65 Projetos e Ações)**, Programas do PEMDS SD: Economia local dinâmica, criativa e sustentável (55) e Valorização e afirmação de SD como destino turístico (10).

Contudo, na ótica orçamental, a linha estratégica **Ambiente e Risco, Desenvolvimento Económico Local e Serviço Social**, são as que mais deverão ser investidas durante próximo ano.

Figura 2- Projetos, Ações e Orçamento 2024 vrs Linhas Estratégicas do PEMDS-SD;

O objetivo estratégico do Município de São Domingos é a promoção do bem-estar económico e social das populações e a qualificação do Concelho, assente na valorização dos recursos, numa perspetiva de desenvolvimento sustentável e de participação dos cidadãos.

Pretende-se uma intervenção mobilizadora, envolvendo e motivando diversos intervenientes e que responda à causa dos problemas existentes. Para atingir destes objetivos, a sua atividade baseia-se na matriz de competências e atribuições definidas no Estatuto dos Municípios, ou seja, a Lei n. °134/IV/95, de 03 de julho, que define a Organização e o Funcionamento dos Municípios.

De salientar que a análise do portfólio de Projetos de ações previstas para o ano económico 2024, deverá ser efetuada de forma holística, combinada e na transversalidade, numa perspetiva quantitativa, ou seja, em termos de quantidade de Projetos e Ações, Linhas, Eixos e Programas e Objetivos estratégicos do PEMDS-SD mas o fundamental é a análise na ótica qualitativa, isto é, análise focada com base em indicadores de impacto e efeito socioeconómico que a execução dos diferentes projetos e ações previstos devem ter na qualidade de vida dos munícipes e no efetivo empoderamento das comunidades que integram o município de São Domingos. Contudo, a execução será efetivada entre pelouros e diversos serviços internos-CMSD numa lógica de trabalho em equipa e complementaridade, de forma articulado com os parceiros de desenvolvimento do município e em permanente diálogo e auscultação dos munícipes, privilegiando a metodologia de baixo para cima, no processo de planeamento e tomada de decisão relacionado com o ciclo dos projetos e ações (com as pessoas e para as pessoas).

Assim sendo, considerando a análise quantitativa supra referente as estatísticas do pacote de Projetos e Ações para o ano económico 2024 e no sentido de reforçar os fundamentos de uma análise mais qualitativa, segue o Quadro Lógico, por pelouros: Proposta de plano de atividades, indicadores e Metas 2024, alinhamento estratégico com relação aos principais instrumentos de planeamento da CMSD (PEMDS-SD, PAMRR-SD e a Agenda 20/30, através dos 17 ODS's) e um cronograma de execução trimestral-Ano económico 2024.

QUADRO LÓGICO 1-PLANO DE ATIVIDADE-2024 E ALINHAMENTO ESTRATÉGICO (PELOURO DE ECONOMIA, COOPERAÇÃO, COMUNIDADES EMIGRADAS E PROTECÇÃO CIVIL);

Nº Ação	Eixo	Pelouros	Projetos e Ações- Ano económico 2024;	Indicadores	Metas 2024	Alinhamento estratégico		Fontes de Verificação	Cronograma de execução			
						Programas do PEMDS-SD	Programas do (PAMRR-SD)		Principais ODS's	I	II	III
<p>Objetivo estratégico: Criar condições e incentivos para o desenvolvimento sustentável de atividades económicas geradoras de rendimento para as famílias, diferenciação e valorização dos produtos endógenos;</p> <p>Objetivo estratégico: Tornar a Cidade de SD e arredores mais competitiva, atrativa, com identidade cidadina própria, diferenciada que dinamize a economia local e traz conforto e bem-estar aos residentes, visitantes e turistas;</p> <p>Objetivo estratégico: Implementar parcerias público/privado/comunidade para promover o desenvolvimento sustentável do município;</p>												
1	CAP. HUMANO	Todos os pelouros	Promoção de Assembleias Comunitárias, em parceria com as Associações de base, moradores locais;	Nº de ações; Nº participantes;	10 ações; 10 comunidades; Cerca de 500 participantes;	*Economia local, dinâmica, criativa e sustentável;	*Promoção do Empreendedorism o e dos Investimentos no turismo e no agronegócio;	1-Relatórios de atividade e conta gerência da CMSD; 2- Página oficial "Municípios de São Domingos; 3-Relatório técnico dos projetos; 4- Estudos setoriais encomendados; 5- Dados e/ou relatórios de instituições parceiras, nacionais e internacionais; etc...	X	X	X	X
2			Coordenação das atividades comemorativas do dia do Município-São Domingos, em articulação com a Assembleia Municipal;	Programa de ações; Equipa coordenação;	Elaborado e executado;				X			
3	B. Gov		Proposta da criação da Sociedade de Desenvolvimento Local/Regional;	Nº encontros/fóruns; Nº de instrumentos, legais e estratégicos concebidos para o efeito;	6 Encontros e 1 Fórum; 2 docs Estratégicos e 2 jurídicos elaborados; Sociedade formalmente constituído;		*Desenvolvimento das parcerias e alianças para promoção do desenvolvimento local (Fomento empresarial das micro, pequenas e médias empresas);					
4			Continuação do processo de fomento à empresarialização do sector Agro-Industrial;	Nº Projetos elaborados; Nº de ações de negociações com parceiros; Nº de protocolos;	2 estudos de engenharia e impacto ambiental; e, 1 Viabilidade eco-financieira; 2 protocolos;	*Valorização de SD como destino turístico;			X	X	X	X
5	COMPETTIVIDADE		Concepção de estudos e projetos estruturantes para o município no domínio do turismo no espaço rural (Vila Turística Topo Santiago-Rui Vaz e arredores);						X	X		
6			Plano de ação- Gabinete de Estudos, Planeamento e Projectos-CMSD (co-elaboração e suporte técnico a todos os pelouros no Ciclo de Gestão dos Projetos e coordenação do planeamento-CMSD);	Relação dos projetos; Nº de instrumentos de planeamento;	100% dos projetos; Todos os instrumentos e pelouros;							
7			Elaboração -Relatório Estatístico de Governação 2020-2024;	Roteiro de elaboração; Equipa técnica;	Roteiro elaborado; Equipa técnica montada e Relatório elaborado;							X

Nº Ação	Eixo	Pelouros	Projetos e Ações- Ano económico 2024;	Indicadores	Metas 2024	Alinhamento estratégico		Fontes de Verificação	Cronograma de execução			
						Programas do PEMDS-SD	Programas do (PAMRR-SD)		Principais ODS's	I	II	III
<p>Objetivo estratégico: Criar condições e incentivos para o desenvolvimento sustentável de atividades económicas geradoras de rendimento para as famílias, diferenciação e valorização dos produtos endógenos;</p> <p>Objetivo estratégico: Tornar a Cidade de SD e arredores mais competitiva, atrativa, com identidade cidadina própria, diferenciada que dinamize a economia local e traz conforto e bem-estar aos residentes, visitantes e turistas;</p> <p>Objetivo estratégico: Implementar parcerias público/privado/comunidade para promover o desenvolvimento sustentável do município;</p>												
8			Continuação do processo de criação e dinamização da Zona/Parque Industrial;	Nº Projetos elaborados; Nº de ações de negociações com parceiros; Nº de protocolos;	2 estudos de engenharia e impacto ambiental; 1- Viabilidade económico-financeira; 2 protocolos;	*Proximidade a Praia- capital do país;			X	X	X	
9			Plano de ação-Aceleração do processo criação de novas centralidades através de grandes projetos no quadro de parcerias público-privado;	Volume de procura por acentamentos no território municipal;	Arranque de construção habitacional e zona industrial em RC de, pelo menos, 30% do potencial habitável e negociado;	*Proximidade a Praia- capital do país;	*Promoção do Empreendedorism o e dos Investimentos no turismo e no agronegócio; *Desenvolvimento das parcerias e alianças para promoção do desenvolvimento local (Fomento empresarial das micro, pequenas e médias empresas);	1-Relatórios de atividade e conta gerência da CMSD; 2- Página oficial "Municípios de São Domingos; 3-Relatório técnico dos projetos; 4- Estudos setoriais encomendados; 5- Dados e/ou relatórios de instituições parceiras, nacionais e internacionais; etc...	X	X	X	X
10			Efetivação parcerias Público-privada para execução dos projetos-"1-Praça Center-SD e 2-Transformação do Mercado SD num Centro Comercial";	Parceria; Projetos executados; Nº de lojas instalados; Nº empregos criados;	Parceria efetivada; 2 Projetos executados; Cerca de 15 lojas instalados, 50 empregos gerado;	Economia Local, dinâmica, criativa e Sustentável;			X	X		
11			Consolidação e operacionalização do Conselho Estratégico Municipal;	Orgão instituído-CMSD; Plano de ação; Nº de reuniões;	Orgão instituído e funcional; Plano de ação elaborado; 3 reuniões;							
12			Realização de Mesas redondas com os parceiros para concepção e socialização de propostas de projetos;	Nº de ações; Nº parceiros; Nº de projetos e protocolos efetuados;	5 ações; 20 parceiros; 5 protocolos;							
13			Coordenação geral execução -Plano de ação Mobilização de Recursos para o cofinanciamento de projectos e ações dos pelouros, em articulação com o pelouro das Finanças;	Plano de ação; Nº de protocolos efetivados;	1 plano executado; 15 protocolos; 10 novos parceiros;		*Recuperação Financeira e Mobilização de Recursos;					X

Nº Ação	Eixo	Pelouros	Projetos e Ações- Ano económico 2024;	Indicadores	Metas 2024	Alinhamento estratégico		Fontes de Verificação	Cronograma de execução				
						Programas do PEMDS-SD	Programas do (PAMRR-SD)		Principais ODS's	I	II	III	IV
<p>Objetivo estratégico: Criar condições e incentivos para o desenvolvimento sustentável de atividades económicas geradoras de rendimento para as famílias, diferenciação e valorização dos produtos endógenos;</p> <p>Objetivo estratégico: Projetar SD como destino turístico nos segmentos identificados, através de uma estratégia de marketing e dinamização de parcerias adequadas;</p> <p>Objetivo estratégico: Implementar parcerias público/privado/comunidade para promover o desenvolvimento sustentável do município;</p>													
14		Comunidades e Cooperação	Implementação de um programa específico de reforço e dinamização da cooperação descentralizada com os principais parceiros bilaterais e multilaterais;	Nº de ações; Nº protocolos; Nº de Projetos	6 ações; 6 protocolos; 3 projetos;	Economia Local, dinâmica, criativa e Sustentável;	*Desenvolvimento das parcerias e alianças para promoção do desenvolvimento local (Fomento empresarial das micro, pequenas e médias empresas);	1-Relatórios de atividade e conta gerência da CMSD; 2- Página oficial "Municípios de São Domingos, etc..."	X	X			
15			Programa de reforço de parcerias com as instituições nacionais, de forma setorializada, com vista a mobilização efetiva de recursos;	Nº de ações; Nº protocolos; Nº de Projetos	10 ações; 5 protocolos; 4 novos projetos;				X	X			
16			Execução do projeto- Reforço Capacidade Institucional do Gabinete de Assistência ao Emigrante-SD;	Nº de ações; Gabinete instalado e RH afeto;	10 ações; gabinete instalado e funcional; 2 colaboradores afetos;				X				
17			Continuação do processo de mobilização de embaixadores da diáspora Sandominguense nas mais diversas comunidades espalhadas pelo mundo;		6 novos embaixadores; Associação funcional; 6 novos projetos; 45 membros; 10 comunidades;	Economia Local, dinâmica, criativa e Sustentável;	*Desenvolvimento das parcerias e alianças para promoção do desenvolvimento local (Fomento empresarial das micro, pequenas e médias empresas);	1-Relatórios de atividade e conta gerência da CMSD; 2- Página oficial "Municípios de São Domingos, etc..."	X	X			
18			Fomento à criação- Associação Emigrantes-SD na diáspora;	Nº embaixadores, Associação, Nº membros e representações, Instrumento;					X	X			
19			Criação e divulgação contínuo de um quadro de incentivos municipais Pro-investimento dos Emigrantes no concelho;	Comportamento de demanda por investimento em SD; Nº novas propostas de investimento;	Cartilha-Proinvest SD criado e divulgado; 4 ações comemoração Dia do emigrante, Plataforma instalado, funcional;				X	X			
20			Comemoração do dia do Emigrante do Concelho (8 de agosto);								X		
21			Conclusão do processo- Implementação da Plataforma/porta de interação -Município São Domingos Vrs Diáspora, em parceria com M. Comunidades, Embaixadas e Diáspora;									X	X

Nº Ação	Eixo	Pelouros	Projetos e Ações- Ano económico 2024;	Indicadores	Metas 2024	Alinhamento estratégico		Fontes de Verificação	Cronograma de execução			
						Programas do PEMDS-SD	Programas do (PAMIRR-SD)		Principais ODS's	I	II	III
<p>Objetivo estratégico: Reforçar a estrutura organizacional e a capacidade técnica da instituição, assim como o seu protagonismo a nível local e regional; Objetivo estratégico: Mitigar os efeitos da pandemia do novo coronavírus – Covid 19 e outras eventuais calamidades sociais nas famílias em situação de exclusão e vulnerabilidade; Objetivo estratégico: Assegurar condições básicas para que as famílias vulneráveis e com membros deficientes possam viver minimamente em igualdade e dignidade;</p>												
22			Comemoração-Dia do bombeiro SD e de Santiago;	Nº ações; Nº protocolos e lançamento de projetos;	6 ações; 2 protocolos; 2 projetos;							X
23			Implementação de um programa de treinamento e reciclagem contínuo aos elementos da corporação do Bombeiro Municipal;	Nº ações de capacitação; Programa de tratamento contínuo/semanal;	6 ações; Existência de programa semanal;						XX	
24			Projeto-Reforço de capacidade técnica operacional do serviço, formação, aquisição de meios de operacionalização da Corporação local;	Nº reclamação de qualidade de resposta por falta de meios;	Diminuição na ordem dos 40%;						XX	
25			Ações de sensibilização para a proteção do ambiente, assegurando a gestão e manutenção dos espaços verdes SD;	Nº ações/mês; Nº comunidades abrangidas;	1 ação/mês; 6 comunidades;						XX	X
26			Elaboração e implementação -Plano de emergência e de prevenção de riscos e catástrofe (PEPRC);	Plano; Nº de situações de ocorrência; comunidades abrangidas com intervenções;	PEPRC Elaborado e executado; Plano abrangente a 100% comunidades-SD;						XX	X

QUADRO LÓGICO 2-PLANO DE ATIVIDADE-2024 E ALINHAMENTO ESTRATÉGICO (PELOURO DE FAMÍLIA, EDUCAÇÃO, SAÚDE, FORMAÇÃO PROFISSIONAL E EMPREGO);

Nº Ação	Eixo	Pelouros	Projetos e Ações- Ano económico 2024;	Indicadores	Metas 2024	Alinhamento estratégico			Fontes de Verificação	Cronograma execução			
						Programas do PEMDS-SD	Programas do (PAMRR-SD)	Principais ODS's		I	II	III	IV
Objetivo estratégico: Assegurar as condições básicas para que as famílias mais vulneráveis e com membros deficientes possam viver minimamente, em igualdade e dignidade;													
1			Reforço capacidade institucional -Programas de atendimento (Gabinete de Assistência Psicológica-CMSD e nas comunidades);	Nº de técnicos; Nº de atend/mês;	3 técnicos; 20 atend/mês;				1-Relatórios de atividade e conta gerência da CMSD;	X	X	X	X
2			Reforço institucional- Comité Municipal para proteção da criança e adolescente-SD;	Nº novos membros; Nº ações e projetos;	5 novos; 2 ações/mês; 10 projetos;				2- Página oficial	X			
3			Campanha comunitária "Uma Vida mais Saudável"- Cujo principal público-alvo serão os idosos, deficientes, crianças e a juventude;	Nº de ações; Nº participantes; Nº comunidades;	12 ações; 600 participantes; 37 comunidades;			*Emergência económica e social	"Municípios de São Domingos;	X	X	X	X
4			Dinamização ciclos de conversa abertas nas comunidades em parceria com as Aldeias SOS, ICCA, sobre abuso sexual e paternidade responsável;	Nº de ações; Nº participantes; Nº comunidades;	6 ações; 320 participantes; 6 comunidades;			SD no contexto pós-COVID 19; *Igualdade, equidade de género e promoção social;	3-Relatório técnico dos projetos;	X	X	X	X
5			Comemoração-Dia Mundial da Família, com programas de ações de IEC e atividades recreativas;	Nº participantes; Nº comunidades representada;	200 pessoas; 20 comunidades;				4- Estudos setoriais encomendados;	X			
6			Continuação execução do Projeto-Construção equipamentos sociais de apoio a grupos vulneráveis, em colaboração com o pelouro das Infraestruturas;	Nº equipamentos; Nº Comunidades abrangidas; Nº beneficiários;	15 infraestruturas; 10 comunidades; 120 beneficiários;				5- Dados e/ou relatórios de instituições parceiras, nacionais e internacionais; etc...	X			X

Nº Ação	Eixo	Pelauros	Projetos e Ações- Ano económico 2024;	Indicadores	Metas 2024	Alinhamento estratégico			Fontes de Verificação	Cronograma execução			
						Programas do PEMDS-SD	Programas do (PAMRR-SD)	Principais ODS's		I	II	III	IV
Objetivo estratégico: Proporcionar melhores condições de ensino e aprendizagem, promovendo o acesso ao pré-escolar, ensino básico obrigatório, formação profissional e ensino superior aos jovens em situação de vulnerabilidade e exclusão social;													
7		Educação	Reforço -Programa de garantia e acesso ao pré-escolar às crianças do município, em especial às crianças mais desfavorecidas e portadoras da NEE;	Nº de crianças; Nº comunidades beneficiadas;	357 crianças dentro do sistema; 37 comunidades;					X	X		
8		Educação	Continuação do Projeto-Construção e reabilitação dos jardins infantis degradados, em articulação com o pelouro das Infraestruturas;	Nº de jardins reabilitados; Nº de crianças beneficiadas;	1 Jardim construído e 6 jardins reabilitados; 98 crianças;					X	X		
9		Educação	Reforço de ações de formação e capacitação dos profissionais de infância-CMSD ao longo do ano letivo;	Nº de ações; Nº participantes;	4 ações; 39 participantes;					X	X	X	X
10		CAPITAL HUMANO	Alargamento e reforço do programa de apadrinhamento aos jardins infantil;	Nº de novos beneficiários; Nº novos padrinhos;	50 padrinhos; 50 crianças;					X			
11		Educação	Alargamento e reforço do projeto-Melhoramento da qualidade dos serviços e da dieta alimentar dos alunos da pré-escolar;	% aumento dos serviços; Nº de novos beneficiários;	33% serviços; 30 jardins e 357 crianças;					X	X	X	X
12		CAPITAL HUMANO	Implementação 4ª edição do Projeto-Kit escolar, uniformes entre outros, às famílias em situação de Vulnerabilidade";	% de alunos beneficiados; Nº de escolas e comunidades;	50% de alunos no sistema; Todas as escolas-SD;					X	X	X	X
13		CAPITAL HUMANO	Reforço institucional do Programa- Garantia e melhoria de gestão dos transportes escolar que assegurem a igualdade e equidade de deslocação e acesso aos serviços da educação;	Parceria com o Governo; Reavaliação dos critérios de acesso; Nº de avarias de transporte escolar;	Parceria reforçada; 1 plano de ação; redução de ocorrência avarias na ordem dos 50%;					X	X	X	X

Nº Aça 0	Eixo	Pelouros	Projetos e Ações- Ano económico 2024;	Indicadores	Metas 2024	Alinhamento estratégico		Fontes de Verificação	Cronograma execução													
						Programas do PEMDS-SD	Programas do (PAMRR-SD)		Principais ODS's	I	II	III	IV									
Objetivo estratégico: Proporcionar melhores condições de ensino e aprendizagem, promovendo o acesso ao pré-escolar, ensino básico obrigatório, formação profissional e ensino superior aos jovens em situação de vulnerabilidade e exclusão social;																						
EDUCAÇÃO																						
CAPITAL HUMANO																						
14			Programa de apoio e incentivo aos jovens das comunidades mais distantes do município nos estudos;	Nº de comunidades; Nº de beneficiários;	10 comunidades; 50 beneficiários; 60% SF e 40%SM;																	
15			Atividades comemorativas do dia das crianças (01 de junho);	Nº de ações; Nº de crianças; % comunidades;	4 ações; 357 crianças; 37 comunidades;																	
16			Atelier natalícia com produção de ornamentação de natal;	Atelier instalado; % da ornamentação feita com produtos do atelier;	70% produtos locais;																	
17			Co-organização de ações durante a Semana Cívica Escolar;	Nº de ações; Nº técnicos CMSD envolvidos;	3 ações; 4 técnicos;																	
18			Execução de programas de fomento de acesso de vagas aos jovens para os Institutos Politécnicos e com as Câmaras Geminadas em Portugal, das quais temos protocolos;	Nº de programas; Nº de escolas; Nº de vagas mobilizadas;	6 programas; 4 escolas; 220 vagas																	
19			Implementação de projeto- Incentivo à melhoria do rendimento escolar;	Nº materiais cedidos; Nº de alunos premeados; % de alunos beneficiados c/ subzidição T. escolar;	20 Kit's; 20 alunos; 33% total dos alunos no sistema;																	

Nº Ação	Eixo	Pelouros	Projetos e Ações- Ano económico 2024;	Indicadores	Metas 2024	Alinhamento estratégico			Fontes de Verificação	Cronograma execução			
						Programas do PEMDS-SD	Programas do (PAMRR-SD)	Principais ODS's		I	II	III	IV
Objetivo estratégico: Mitigar os efeitos da pandemia do novo coronavírus – Covid 19 e outras eventuais calamidades sociais nas famílias em situação de exclusão e vulnerabilidade;													
CAPITAL HUMANO	Saúde		Elaboração de projetos e mobilização de recursos para o apetrechamento de USB nas comunidades, em colaboração com pelouro das Infraestruturas;	Nº de projetos; Nº de protocolos;	4 projetos; 4 protocolos;	*Emergência económica e social-SD no contexto pós-COVID 19; *Igualdade, equidade de género e promoção social;	*Segurança Sanitária e Inclusão de pessoas deficientes;	1-Relatórios de atividade e conta gerência da CMSD; 2- Página oficial "Municípios de São Domingos; 3-Relatório técnico dos projetos; 4- Estudos setoriais encomendados; 5- Dados e/ou relatórios de instituições parceiras, nacionais e internacionais; etc...	XX	XX	XX	XX	XX
				Nº de beneficiários; % redução de demanda p/ Delegacia em SD;	100% pop. local e arredores; 33% redução demanda;								
				Nº de ações/mês; Nº beneficiários/mês; % comunidades;	12 ações/mês; 50 beneficiários; 37 comunidades;								
				Nº de ações; Nº beneficiário; Nº comunidades;	12 feiras; 600 beneficiários; 12 comunidades;								
				Nº de ações; % comunidades;	37 ações; 37 comunidades;								
				Nº de ações; % comunidades;	4 ações; 10 comunidades;								

Nº Ação	Eixo	Pelouros	Projetos e Ações- Ano económico 2024;	Indicadores	Metas 2024	Alinhamento estratégico			Fontes de Verificação	Cronograma execução													
						Programas do PEMDS-SD	Programas do (PAMRR-SD)	Principais ODS's		I	II	III	IV										
<p>Objetivo estratégico: Criar incentivos de promoção e de desenvolvimento de pequenos negocios, beneficiando os jovens com formacao tecnico-profissional nas areas de interesse do Concelho; Objetivo estratégico: Proporcionar melhores condições de ensino e aprendizagem, promovendo o acesso ao ensino básico obrigatório, formação profissional e ensino superior aos jovens em situação de vulnerabilidade e exclusão social; Objetivo estratégico: Criar condições p/ igualdades de oportunidades de emprego entre homens e mulheres;</p>																							
26			Elaboração e execução de Projetos de Fomento de micro e pequenas iniciativas de emprego e auto-emprego e formação profissional, em articulação com o pelouro do empreendedorismo;	Nº de projetos; Nº de beneficiários; Nº de empregos e U. Negócios previstos;	10 projetos; 250 beneficiários; 500 empregos e 250 U. Negócios criados e/ou reforçadas;				1-Relatórios de atividade e conta gerência da CMSD; 2- Págsa oficial	X	X	X	X										
27			Reavaliação e mobilização de novas parcerias técnica e financeira com as instituições do sector EFE (Educação, Formação e Emprego) a nível do Pais e organismos internacionais;	Nº protocolos efetuados; Nº novos parceiros;	5 protocolos; 5 novos parceiros;				"Municípios de São Domingos; 3-Relatório técnico dos projetos; 4- Estudos setoriais encomendados; 5- Dados e/ou relatórios de instituições parceiras, nacionais e internacionais; etc...	X	X	X	X										
28			Assistência e orientação dos jovens a candidaturas as vagas a nível de diferentes escolas de formações profissionais, nacional e internacional (Câmaras Geminadas em Portugal);	Nº de jovens; Nº de vagas cedidos;	250 Jovens; 120 vagas cedidos;																		
29			Jornadas - Busca Ativa do Emprego destinado aos jovens em situação NEET's-SD de todo o município;	Nº de ações; Nº de comunidades representada; Nº de beneficiários;	4 ações; 37 comunidades; 250 jovens;																		

Nº Ação	Eixo	Pelouros	Projetos e Ações- Ano económico 2024;	Indicadores	Metas 2024	Alinhamento estratégico		Fontes de Verificação	Cronograma execução			
						Programas do PEMDS-SD	Programas do (PAMRR-SD)		Principais ODS's	I	II	III
Objetivo estratégico: Criar incentivos de promoção e de desenvolvimento de pequenos negócios, beneficiando os jovens com formação técnico-profissional nas áreas de interesse do Concelho; Objetivo estratégico: Proporcionar melhores condições de ensino e aprendizagem, promovendo o acesso ao ensino básico obrigatório, formação profissional e ensino superior aos jovens em situação de vulnerabilidade e exclusão social; Objetivo estratégico: Criar condições p/ igualdades de oportunidades de emprego entre homens e mulheres;												
30			Programas de mobilização de bolsas de estudo para FP dos jovens em situação NEET's, no quadro da cooperação descentralizada, das geminações com municípios amigos;	Nº de bolsas; Nº de beneficiários;	50 bolsas; 50 beneficiários;			1-Relatórios de atividade e conta gerência da CMSD; 2- Página oficial	X	X	X	X
31			Divulgação das ofertas formativas a nível das formações profissionais em todas as escolas em Cabo Verde e no estrangeiro;	Nº de frequência de divulgações/mês;	2 ações;		*Emergência económica e social-SD no contexto pós-COVID 19;	"Municípios de São Domingos; 3-Relatório técnico dos projetos;	X	X	X	X
32			Cofinanciamento de pagamento de propinas a jovens que frequentam cursos profissionalizantes;	Nº beneficiários, Nº de cursos prioritários;	150 jovens; 10 cursos;		*Nascer e crescer com oportunidades;	4- Estudos setoriais encomendados; 5- Dados e/ou relatórios de instituições parceiras, nacionais e internacionais; etc...	X	X	X	X
33			Continuação-Execução do programa intensivo de atendimento e orientação para a empregabilidade- Gabinete do Empreendedorismo e F. Profissional;	Nº de atend/mês; Nº Beneficiários;	100 atend/mês; 100 benef/mês;		promoção social;		X	X	X	X
34			Promoção de estágio profissional remuneratório;	Nº beneficiários, sexo;	5 beneficiários, 3 SF e 2 SM;				X	X		
Objetivo estratégico: Criar incentivos de promoção e de desenvolvimento de pequenos negócios, beneficiando os jovens com formação técnico-profissional nas áreas de interesse para o Concelho, Objetivo estratégico: Empoderar as mulheres; Objetivo estratégico: Criar as condições para igualdades de oportunidades de emprego entre homens e mulheres;												
TRANSVERSAL												
35			Comemoração- Dia da mulher (dia 08 e 27 de Março);	Nº participantes; Nº comunidades representada; Nº de ações;	800 mulheres; 6 ações; 37 comunidades;			1-Relatórios de atividade e conta gerência da CMSD; 2- Página oficial	X			
36			Implementação de Projeto-Empoderamento feminino, em colaboração com o pelouro empreendedorismo- 2º edição;	Nº Beneficiarias; Nº Comunidades; Nº ações capacít;	80 mulheres; 37 comunidades; 4 ações capacitação;		*Igualdade, equidade de género e promoção social;	"Municípios de São Domingos; 3-Relatório técnico dos projetos;		X	X	X
37			Ações de sensibilização, palestras- Violência Baseada no Género (VBG);	Nº participantes; Nº Comudd. afetas; Nº ações capacít;	350 participantes; 37 comunidades; 6 ações;		*Juntos contra a desigualdade;	4- Estudos setoriais encomendados; etc...		X	X	X

10. QUADRO LÓGICO 3-PLANO DE ATIVIDADE-2024 E ALINHAMENTO ESTRATÉGICO (PELOURO DA ADMINISTRAÇÃO, FINANÇAS, PATRIMÓNIO E TIC);

Nº Ação	Eixo	Pelouros	Projetos e Ações- Ano económico 2024;	Indicadores	Metas 2024	Alinhamento estratégico		Fontes de Verificação	Cronograma Execução		
						Programas do PEMDS-SD	Programas do (PAMIRR-SD)		Principais ODS's	I	II
<p>Objetivo estratégico: Reforçar a estrutura organizacional e a capacidade técnica da instituição, assim como o seu protagonismo a nível local e regional;</p> <p>Objetivo estratégico: Criar condições e incentivos para o desenvolvimento sustentável de atividades económicas geradoras de rendimento para as famílias, diferenciação e valorização dos produtos endógenos;</p>											
BOA GOVERNANÇA											
Administração											
1			Conclusão do processo de instalação do Gabinete de Auditoria Interna (GAI);	Nº gabinetes criados 2024; Nº de colaboradores; Recomendações à gestão municipal;	1 gabinete de auditoria funcional; 2 colaboradores; CMSD-Modelo de gestão autárquica em CV;				X		
2			Conclusão e gestão do processo de reativação e reestruturação dos serviços da oficina de Variante em parceria com a Camara Municipal da Praia;	Protocolos; Custos de funcionamento da CMSD (%);	Protocolo rubricado e implementado; Redução dos custos de funcionamento;			X			
3			Conclusão e implementação do Código de Posturas Municipais;	Nº de embargos de obras; Nº ocorrência de reclamações pela pop; Ordem pública;	Redução na ordem dos 33%;	*Modernização Administrativa, transparência; *Plano 4,9,16,17		X			
4			Reativação do Sistema de Controlo Biométrico;	Qde Colaboradores que não cumprem o horário, conforme a lei;	Diminuição na ordem dos 30% e melhor conhecimento do quadro laboral;	Recursos Humanos;		X			
5			Instalação de Câmaras de Vigilância na Delegação Municipal da Freguesia de Nossa Senhora da Luz, em Milho Branco;	Probabilidade de ocorrência de roubos e perdas de bens; Sensação de segurança;	Diminuição de sensação de insegurança; maior controle de gestão do inventário;			X			
6			Implementação de um Sistema de Gestão Documental;	Nº ocorrência de extravio e/ou perda de documentos e processos;	100% segurança documental e salvaguarda dos arquivos;				X		

Nº Ação	Eixo	Pelouros	Projetos e Ações- Ano económico 2024;	Indicadores	Metas 2024	Alinhamento estratégico			Fontes de Verificação	Cronograma Execução	
						Programas do PEMDS-SD	Programas do (PAMRR-SD)	Principais ODS's		I	II III IV
<p>Objetivo estratégico: Reforçar a estrutura organizacional e a capacidade técnica da instituição, assim como o seu protagonismo a nível local e regional; Objetivo estratégico: Criar condições e incentivos para o desenvolvimento sustentável de atividades económicas geradoras de rendimento para as famílias, diferenciação e valorização dos produtos endógenos;</p>											
7		Administração	Instrumentos específicos de gestão de donativos externos e definição de plano de aligeiramento do desalfandamento, armazenamento-CM;	Instrumentos;	Base de dados funcional específico; Plano de ação implementado;				X X		
8			Atendimento jurídico aos municípios e campanhas de IEC sobre os seus direitos e deveres e apoio na resolução dos conflitos no quadro da cooperação M.J.;	Nº atendimento; Nº de ações-campanha;	Aumento atendimento na ordem dos 33%; 120 ações;				X X	X	
9		Finanças	Gestão dos Contratos Programas e Protocolos estabelecidos entre CMSD- Governo e outros Parceiros;	Nº contratos programas e protocolos;	10 contratos programas;				X X	X	
10			Continuação ações-Notificação dos Contribuintes Fiscais;	Nº notificações; Aumento contribuições (%);	80 notificações/Redução de notificações na ordem de 1/3 em relação ao ano 2023;				X X	X	
11			Elaboração e execução do plano de ação de sensibilização e incentivos aos contribuintes fiscais;	Volume receitas- CMSD e contribuinte; Diminuição de notificações; Nº de ações do plano;	15% de aumento receitas fiscais;				X X	X	
12			Execução "Programa Interno de Regularização de Vínculos Precários-CMSD", em parceria pelouro RH;	Proporção de atualizações;	100% regularização vínculos precários;				X X		
13			Elaboração de instrumentos de gestão CP (Balancetes Trimestrais das Receitas e Despesas, P. Operacionais, RT e R. A, Conta de Gerência, etc...);	Nº de instrumentos planeamento elaborados e implementados;	5 instrumentos devidamente elaborado e implementado-CMSD;				X X	X	
14			Elaboração e execução-Plano de ação Mobilização de Recursos para o cofinanciamento de projectos e ações dos pelouros, em articulação com o pelouro da Economia;	Plano de ação; Nº de protocolos efetivados;	1 plano executado; 15 protocolos; 10 novos parceiros;				X X	X	

Nº Ação	Eixo	Projetos e Ações- Ano económico 2024;	Indicadores	Metas 2024	Alinhamento estratégico		Fontes de Verificação	Cronograma Execução			
					Programas do PEMDS-SD	Programas do (PAMRR-SD)		Principais ODS's	I	II	III
Objetivo estratégico: Reforçar a estrutura organizacional e a capacidade técnica da instituição, assim como o seu protagonismo a nível local e regional;											
15	BOA GOVERNANÇA	Continuação do processo de atualização e alargamento de matrizes prediais;	Proporção alargamento base tributária (%);	30% alargamento;	*Modernização Administrativa, transparência; *Plano estratégico dos Recursos Humanos;	1-Relatórios de atividade e conta gerência da CMSD;	X	X	X	X	
16			Volume de arrecadação receitas (%);	15% aumento;			1,10,9,16,17				
17		Instalação do Gabinete/serviço específico para a gestão do combustível e património-CMSD e continuação do processo de aperfeiçoamento de gestão;	Nº novos gabinetes criados pelo pelouro 2024; Contenção de despesas de funcionamento-CMSD (%);	1 gabinete instalado; Contenção despesas combustível (15%) e Manutenção viatura (25%);							
18		Atualização do inventário do património municipal (bens móveis, imóveis e semoventes);	Inventário;	Inventário atualizado; G.P eficiente eficaz;				X			
19	BOA GOVERNANÇA	Aquisição e implementação de um software de gestão patrimonial, conforme o PAA validado;	Informações económico-financeira-CMSD;	CMSD atualizados; Software instalado e		2- Página oficial "Municípios de São Domingos;		X			
20		Aquisição de uniformes para colaboradores de diversos serviços internos;	Qde de serviços; Nº de colaboradores;	100% serviços; 60% colaboradores;		3-Relatório técnico dos projetos;		X			
21		Atualização contínuo de Base de Dados dos Fornecedores;	Informações atualizadas; Relação CMSD vrs Fornecedores;	Base de dados; Relação de parceria; 100% dívidas negociadas e Reprogramadas;		4- Estudos setoriais encomendados;		X			
22		Elaboração e validação do PAA – Plano Anual de Aquisições Públicas- ano económico 2024;	Gestão de tesouraria;	PAA elaborado e executado, em linha com o PA e Orçamento 2024-CMSD;		5- Dados e/ou relatórios de instituições parceiras, nacionais e internacionais; etc...		X			
23	BOA GOVERNANÇA	Continuidade ao processo de implementação dos procedimentos da contratação pública, conforme CCP-CV;	Existência e execução do PAA;				X	X	X	X	
24		Efetivação de um protocolo de parceria institucional com a ARAP e reforçar a capacidade técnica - UGA-CMSD;	Inexistência de recomendações e/ou procedimentos ilegais;	Cumprimento do código de contratação pública, a rigor;				X	X	X	
24	BOA GOVERNANÇA	Aquisição de mobiliários, equipamentos informáticos e materiais, à luz do PAA validado;					X			X	

Nº Ação	Eixo	Pelouros	Projetos e Ações- Ano económico 2024;	Indicadores	Metas 2024	Alinhamento estratégico			Fontes de Verificação	Cronograma Execução						
						Programas do PAMRR-SD	Programas do PEMS-SD	Principais ODS's		I	II	III	IV			
Objetivo estratégico: Reforçar a estrutura organizacional e a capacidade técnica da instituição, assim como o seu protagonismo a nível local e regional;																
25	BOA GOVERNANÇA	Património	Gestão, reparação da frota de viaturas, transporte escolar e máquinas municipais;	Nº de viaturas desfuncionais e obsoletas; Tendência custos com a frota de viatura;	100% viaturas funcionais; tendência decrescente de custos/economia de escala; Previsibilidade na gestão frota;	*CM atualizada e eficiente;	*Modernização Administrativa, transparência; *Plano estratégico dos Recursos Humanos;	4,10,16,17	RA e conta Gerência-CMSD	X	X	X	X			
26			Implementação do projeto- Central Unico de Impressão-CMSD;	Custos com a impressão; Eficiência na gestão-CMSD;	Redução na ordem dos 40%; Maior eficiência;					X						
Objetivo estratégico: Reforçar a estrutura organizacional e a capacidade técnica da instituição, assim como o seu protagonismo a nível local e regional;																
Objetivo estratégico: Projetar SD como destino turístico nos segmentos identificados, através de uma estratégia de marketing e dinamização de parcerias adequadas;																
Objetivo estratégico: Criar condições e incentivos para o desenvolvimento sustentável de atividades económicas geradoras de rendimento para as famílias, diferenciação e valorização dos produtos endógenos;																
27	BOA GOVERNANÇA	Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC);	Aquisição de um Drone de imagem;	Publicação de ações-CMSD;	Qualidade melhorada;				1-Relatórios de atividade e conta gerência da CMSD;	X						
28			Elaboração e execução - Plano de Governação Digital Municipal e continuação do processo de informatização dos serviços municipais;	Plano; Nível de digitalização dos serviços camarários digitalizados;	Plano elaborado e executado; Nível Melhorado;					2- Página oficial "Municípios de São Domingos, 3-Relatório técnico dos projetos; 4- Estudos setoriais encomendados; 5- Dados e/ou relatórios de instituições parceiras, nacionais e internacionais; etc...	X	X	X	X		
29			Criação da Loja do municípe nas comunidades mais dispersas e encravadas;	Nº de lojas;	2 lojas; 2 comunidades;				*Modernização Administrativa, transparência; *Plano estratégico dos Recursos Humanos;		X					
30			Criação de instrumentos e meios para uma melhor divulgação das decisões e estatísticas de ações executadas pela CMSD- ano (2020-2024) e melhoramento-Sistema de Informação Municipal (SIM);	Nível de conhecimento das ações-CMSD por parte dos municípes;	100% de ações partilhadas ao público; Maior cumprimento do princípio da transparência;					9,10,11,16,17						
31			Conclusão do processo de execução do projeto PRAÇA DIGITAL, com a fase da instalação física nas localidades do municípe que têm maior limitação de acesso à internet;	Nº de comunidades; Nº de praças;	3 comunidades; 3 praças;								X			

11. QUADRO LÓGICO 4-PLANO DE ATIVIDADE-2023 E ALINHAMENTO ESTRATÉGICO (PELOURO DE HABITAÇÃO, COESÃO SOCIAL E RECURSOS HUMANOS);

Nº Ação	Eixo	Pelouros	Projetos e Ações- Ano económico 2024;	Indicadores	Metas 2024	Alinhamento estratégico		Fontes de Verificação	Cronograma de execução						
						Programas do PEUMS-SD	Programas do (PAMRR-SD)		Principais ODS's	I	II	III	IV		
Objetivo estratégico: Assegurar as condições básicas para que as famílias mais vulneráveis e com membros deficientes possam viver minimamente, em igualdade e dignidade;															
1			Atualização de cadastro social único e acompanhamento das famílias beneficiárias de Rendimento Social de Inclusão;	Nº CSU, % por sexo; Nº RSIE, % por Sexo; Ações seguimento	150-CSU; 60% SF, 40% SM; 350-RSIE, 60%SF, 40% SM; ações diário/família;			1-Relatórios de atividade e conta gerência da CMMSD; 2-Página oficial "Municípios de São Domingos; 3-Relatório técnico dos projetos; 4- Estudos setoriais encomendados; 5- Dados e/ou relatórios de instituições parceiras, nacionais e internacionais; etc...	X	X	X	X			
2			Mapeamento socio-económico das famílias em situação de extrema pobreza em todo o território do município;	Nº total de famílias;	900 famílias; 2 Freguesias;;				X						
3			Atribuição de subsídios às famílias para realização de consultas diversas, em colaboração com o pelouro da Saúde;	Nº famílias; % apoio a consultas; % Subsídios diversos;	120 famílias; 33% consultas, 67% subsídios;			* Juntos Contra a Desigualdade, * Inclusão social-SD no contexto pós-COVID 19;	X	X	X	X			
4			Execução do Projeto de Reforço Familiar em parceria com as Aldeias SOS- 2ª edição;	Nº famílias; Nº de assistências; Nº comunidades;	200 famílias; 400 assistências básicas; 37 comunidades;										
5			Programa de mobilização e distribuição de brinquedos e materiais didáticos, em articulação com o pelouro da Educação, para o pré-escolar;	Nº beneficiários; Nº de Jardins contemplados; Nº comunidades	357 crianças; 32 jardins; 37 comunidades;										
6			Alargamento e reforço- Programa da prevenção de alcoolismo e drogas, em colaboração com o pelouro da Educação, Família e Saúde;	Nº beneficiários; Nº de ações; Nº projetos Nº comunidades;	120 beneficiários; 12 ações; 3 projetos; 37 comunidades;										

Nº Ação	Eixo	Pelouros	Projetos e Ações- Ano económico 2024;	Indicadores	Metas 2024	Alinhamento estratégico		Fontes de Verificação	Cronograma de execução			
						Programas do PEMDS-SD	Programas do (PAMRR-SD)		Principais ODS's	I	II	III
Objetivo estratégico: Assegurar as condições básicas para que as famílias mais vulneráveis e com membros deficientes possam viver minimamente, em igualdade e dignidade;												
7			Continuação -Programa de reinserção social dos ex-presidiários;	Nº beneficiários; Nº de ações; Nº projetos;	10 Beneficiários; 6 ações; 2 projetos;			1-Relatórios de atividade e conta gerência da CMSD; 2- Pághna oficial "Municipios de São Domingos; 3-Relatório técnico dos projetos; 4- Estudos setoriais encomendados; 5- Dados e/ou relatórios de instituições parceiras, nacionais e internacionais; etc...	X	X	X	X
8			Atribuição de subsídios de transporte escolar, em articulação com o pelouro da Educação;	% alunos; Nº comunidades;	33% do total alunos; 15 comunidades;				X	X	X	X
9			Elaboração e implementação "Projeto Municipal de assistência a grupos mais vulneráveis";	Nº beneficiários; % beneficiários fixos/mês % cotação/setor Tipo de intervenção; Nº comunidades;	2000 famílias; 20% fixos/mês, 60% chefiadas por mulheres; 60% do setor primário; 4 tipologia intervenção, 37 comunidades;		* Juntos Contra a Desigualdade, * Inclusão da pessoa deficiente,	*Emergência económica e social-SD no contexto pós-COVID 19;	X	X	X	X
10			Recolha, organização e encaminhamento do dossier para Pensão Social;	Nº beneficiários; Nº dossier's	90 dossier's; 90 Beneficiários;				X	X	X	X

Nº Ação	Eixo	Pelouros	Projetos e Ações- Ano económico 2024;	Indicadores	Metas 2024	Alinhamento estratégico		Fontes de Verificação	Cronograma de execução				
						Programas do PEMDS-SD	Programas do (PAMRR-SD)		Principais ODS's	I	II	III	IV
Objetivo estratégico: Assegurar as condições básicas para que as famílias mais vulneráveis e com membros deficientes possam viver minimamente, em igualdade e dignidade;													
11			Formação e capacitação de técnicos sociais;	Nº de ação; Nº beneficiários;	4 ações; 25 técnicos;				X				
12			Reforço intituicional do Projeto CENTRO DO DIA": Fornecimento de refeição quente diária e cuidados às pessoas vulneráveis, assistidas, em articulação com o pelouro das Infraestruturas e programas de valorização da 3º Idade;	Nº capacidade total Centro; Nº Idosos permanentes/diários;	Total de 300 idosos; 25 idosos/diário; 50 refeição diário; Serviços de cuidados;			1-Relatórios de atividade e conta gerência da CMSD; 2- Página oficial	X	X	X	X	
13			Alargamento e reforço -"Programas de valorização da terceira idade";	Nº idosos; Nº de ações; Nº comunidades;	1100 idosos; 60 ações; 37 comunidades;		*Emergência económica e social-SD no contexto pós-COVID 19;	"Municípios de São Domingos; 3-Relatório técnico	X	X	X	X	
14			Implementação do Projeto- Loja social e cantina realizando campanhas de angariação de géneros de primeira necessidade;	Volume médio de produtos; mobilizados/mês; Nº beneficiários;	0,5 ton; 25 idosos diários; autosustentabilidade Centro do Dia;		Desigualdad e, *Inclusão da pessoa deficiente,	4- Estudos setoriais dos projetos; encaminhados; 5- Dados e/ou relatórios de instituições parceiras, nacionais e internacionais; etc...					X
15			Elaboração e execução do "Programa Transversal de Apoio às mulheres chefes de famílias no desenvolvimento de AGR, em articulação com os pelouros de empreendedorismo e F.P.;	Nº beneficiários; Nº ações capacitação; Nº KIT's	60 mulheres; 4 ações; 60 Kit's-AGR's;		gênero e promoção social;				X	X	
16			Organização e realização de atividades de solidariedade "Natal de idosos, com pessoas NE e crianças desfavorecidas", em articulação com o pelouro da Saúde;	Nº ações; Nº participantes; Nº presentes cedidos;	12 ações; 600 beneficiários; 600 presentes; 100% comunidades;								X

Nº Ação	Eixo	Pelouros	Projetos e Ações- Ano económico 2024;	Indicadores	Metas 2024	Alinhamento estratégico		Fontes de Verificação	Cronograma de execução					
						Programas do PEMDS-SD	Programas do (PAMRR-SD)		Principais ODS's	I	II	III	IV	
Objetivo estratégico: Assegurar as condições básicas para que as famílias mais vulneráveis e com membros deficientes possam viver minimamente, em igualdade e dignidade;														
17			Divulgação da lei de paridade;	Nº ações/mês;	1 ação/mês			1-Relatórios de atividade e conta gerência da CMSD;	X	X	X	X		
18			Visita a reclusos do município na Cadeia Civil;	Nº visitas/trimestre; Nº reclusos;	1/trimestre; Cerca de 32 reclusos;			2- Pághna oficial	X	X	X	X		
19			Acompanhamento das vítimas de VBG nos domicílios, através de visitas de técnico social e psicóloga, em articulação com o pelouro da Saúde;	Nº ações; Nº beneficiários;	120 ações; 30 beneficiários;		*Emergência económica e social-SD no contexto pós-COVID 19;	"Municípios de São Domingos;	X	X	X	X		
20			Comemoração de datas/efemérides relevantes para o sub-eixo ação social e dimensões afíms (nacionais e internacionais);	Nº de datas; Nº participantes;	8 datas; 2500 participantes;		3-Relatório técnico dos projetos;	3-Relatório técnico dos projetos;	X	X	X	X		
21			Programa de recuperação de toxicodependentes-SD;	Nº Beneficiários; ações; Nº de projetos;	60 beneficiários; 30 ações; 2 projetos;		*Igualdade e equidade de género e promoção social;	4- Estudos setoriais encomendados;	X	X	X	X		
22			Criação do Conselho Municipal de Ação Social e Saúde, em articulação com o pelouro da Saúde;	Nº parceiros; Nº de ações, Nº projetos;	20 parceiros; 60 ações; 4 projetos;		5- Dados e/ou relatórios de instituições parceiras, nacionais e internacionais; etc...	5- Dados e/ou relatórios de instituições	X	X	X	X		
Objetivo estratégico: Reforçar a estrutura organizacional e a capacidade técnica da instituição, assim como o seu protagonismo a nível local e regional;														
23			Elaboração do Balanço Social-CMSD;	Nível divulgação e satisfação da soc perante as ações e projetos foco na responsabilidade social e ambiental;	Pelo menos 70% dos municípios conhecem e acompanham as ações e projetos executados pela autarquia;		*Modernização Administrativa, transparência e plano estratégico de Recursos Humanos;	1-Relatórios de atividade e conta gerência da CMSD;	X					
24			Revisão e adequação do Quadro de Pessoal ao Regime da Função Pública e às exigências do novo PCCS (Plano de Cargos, Carreiras e Salários), consagrados, respetivamente, no Decreto-Lei nº 09/2013, de 26 de fevereiro, e na Lei nº 59/2014, de 04 de novembro, que aprova o Estatuto do Pessoal Dirigente da Função Pública;	Quadro legal RH-CMSD; % dos colaboradores motivados; Proporção aumento produtividade (%);	CMSD com PCCS atualizado; 90% motivados; 33% produtividade aumentada; 100% regularização vínculos precários;		*CM actualizada e eficiente;	2- Pághna oficial "Municípios de São Domingos;	X					

Nº Ação	Eixo	Pelouros	Projetos e Ações- Ano económico 2024;	Indicadores	Metas 2024	Alinhamento estratégico			Fontes de Verificação	Cronograma de execução			
						Programas do PEMDS-SD	Programas do (PAMRR-SD)	Principais ODS's		I	II	III	IV
Objetivo estratégico: Reforçar a estrutura organizacional e a capacidade técnica da instituição, assim como o seu protagonismo a nível local e regional;													
25			Acolhimento de jovens finalistas de cursos: Um estágio obrigatório e o programa de estágios de profissional, articulado com o pelouro da Educação;	Nº estagiários acolhidos;	4 estagiários;							X	X
26			Conclusão do processo-Regularização ponto situação da inscrição de todos os funcionários da CMSD que estão inscritos no INPS e transferência das pensões de aposentações;	Proporção de pessoal inscrito;	Atingir 100% do pessoal;							X	
27			Levantamento das necessidades formativas e de des. profissional dos funcionários (promoção, mudança de nível, etc.) e realização de programas de formação permanente;	Programa formativo; % de pessoal afeto às ações formação;	1 programa formativo aplicado para 75% do pessoal;		*Modernização Administrativa, transparência e plano estratégico de Recursos Humanos;					X	X
28			Organização e atualização dos processos individuais dos funcionários;	Proporção de processos administrativos e propostas elaborados e implementadas-RH;	100% das propostas elaboradas; Pelo menos 60% efetivamente implementadas;							X	X
29			Controlo da assiduidade dos colaboradores municipais;									X	X
29			Organização e tratamento de todo o expediente relativo a processos de contagem de tempo de serviço, aposentação e pensão de sobrevivência;									X	X
30			Promoção da mobilidade interna dos colaboradores;									X	X
31			Gestão do mapa de férias, faltas e licenças dos funcionários e agentes municipais;									X	X

Nº Ação	Eixo	Pelouros	Projetos e Ações- Ano económico 2024;	Indicadores	Metas 2024	Alinhamento estratégico			Fontes de Verificação	Cronograma de execução			
						Programas do PAMRR-SD	Programas do PEMS-SD	Principais ODS's		I	II	III	IV
Objetivo estratégico: Reforçar a estrutura organizacional e a capacidade técnica da instituição, assim como o seu protagonismo a nível local e regional;													
32			Instrução de atos administrativos de nomeação, contratação de pessoal, contratos de prestação de serviços, mobilidade profissional, etc.;	Proporção de processos administrativos e propostas elaborados e implementados-RH;	100% das propostas elaboradas; Pelo menos 60% efetivamente implementadas;				1-Relatórios de atividade e conta gerência da CMSD; 2- Página oficial "Municípios de São Domingos; 3-Relatório técnico dos projetos; 4- Estudos setoriais	X	X	X	X
33			Controlo do serviço extraordinário prestado fora do período normal de trabalho, em dias de descanso e feriados e trabalho suplementar;							X	X	X	X
34	BOA GOVERNAÇÃO	R. Humanos	Elaboração de propostas de mobilidade interna dos colaboradores;	Proporção de processos administrativos e propostas elaborados e implementados-RH;	100% das propostas elaboradas; Pelo menos 60% efetivamente implementadas;	*CM actualizada e eficiente;	*Modernização Administrativa, transparência e plano estratégico de Recursos Humanos;	4,8,9,16,17	5- Dados e/ou relatórios de instituições parceiras, nacionais e internacionais; etc...	X	X	X	X
Autorização de licenças sem retribuição para o pessoal em regime de emprego e licença sem vencimento para o pessoal de carreira;			X							X	X	X	
Divulgação de leis, regulamentos, normas e diretivas internas junto dos funcionários e demais servidores do Município;			X							X	X	X	
35										X	X	X	X
36										X	X	X	X
Objetivo estratégico: Promover a melhoria das condições habitacionais das famílias em situação de exclusão e vulnerabilidade;													
37	COESÃO SOCIAL	Habituação Social	Projeto-Construção de casas de banho no âmbito dos Contratos Programas de melhoria das condições sanitárias das famílias vulneráveis, em articulação com o pelouro das Infraestruturas;	Nº famílias beneficiárias; Nº de comunidades;	70 casas de banho; 70 agregados familiares; 100% comunidades;	*Pro-habitat com dignidade;	*Habituação e desenvolvimento comunitário;	1,3,6,10,11	1-Relatórios de atividade e conta gerência da CMSD, etc;	X	X	X	X
38			Programa de promoção de acesso aos serviços básicos das habitações das famílias mais vulneráveis-SD;	Nº de hab. c/energia elétrica; Nº c/água canalizada; Nº C/cisternas;	80 casas/rede elétrica e água canalizada; 30 cisternas;							X	X

Nº Ação	Eixo	Pelouros	Projetos e Ações- Ano económico 2024;	Indicadores	Metas 2024	Alinhamento estratégico			Fontes de Verificação	Cronograma de execução			
						Programas do PEMDS-SD	Programas do (PAMRR-SD)	Principais ODS's		I	II	III	IV
Objetivo estratégico: Promover a melhoria das condições habitacionais das famílias em situação de exclusão e vulnerabilidade;													
39	COESÃO SOCIAL	Habitação Social	Execução do Projeto-Reabilitação habitações pertencentes às famílias carenciadas e vulneráveis do município, em articulação com o pelouro das Infraestruturas;	Nº famílias beneficiárias; Nº habitações; Nº de comunidades;	80 famílias; 80 habitações; 37 comunidades;	* Pro-habitat com dignidade;	* Habitação e desenvolvimento comunitário;	1-Relatórios de atividade e conta gerência da CMSD, etc;	X	X	X	X	
40			Atribuição de apoios pontuais com materiais de construção a famílias com habitação precária e em situação de insegurança, em articulação com o pelouro das Infraestruturas;	Nº famílias beneficiárias; Nº habitações; Nº de comunidades;	200 famílias; 200 casas, 37 comunidades;				X	X	X	X	
Objetivo estratégico: Criar incentivos de promoção e de desenvolvimento de pequenos negócios, beneficiando os jovens com formação técnico-profissional nas áreas de interesse para o Concelho;													
Objetivo estratégico: Empoderar as mulheres;													
Objetivo estratégico: Criar as condições para igualdades de oportunidades de emprego entre homens e mulheres;													
41	TRANSVERSAL	Gênero	Colaboração na realização de atividades alusivas à Comemoração - Dia Internacional da Mulher e dia da Mulher Cabo-verdiana(8 e 27 de março);	Nº participantes; Nº comunidades representada; Nº de ações;	600 mulheres; 5 ações; 37 comunidades;	* Juntos contra a desigualdade, inclusão da pessoa deficiente;	* Igualdade e equidade de género e promoção social;	1-Relatórios de atividade e conta gerência da CMSD; 2- Página oficial "Municípios de São Domingos; 3-Relatório técnico dos projetos; 4- Estudos setoriais encomendados; 5- Dados e/ou relatórios de instituições parceiras, nacionais e internacionais; etc...	X				
				Nº participantes; Nº comunidade repres; Nº de ações;	100 beneficiários, 37 comunidades; 4 ações;				X	X			
				Nº participantes; Nº comunidades representada; Nº de ações;	300 participantes; 37 comunidades; 12 ações;						X	X	X
				Nº beneficiários; Nº atend./mês; Nº comunidades repres.	60 vítimas, 5 mensal; 20 comunidades;						X	X	X

12. QUADRO LÓGICO 5-PLANO DE ATIVIDADE-2023 E ALINHAMENTO ESTRATÉGICO (PELOURO DE PLANEAMENTO TERRITORIAL, INFRAESTRUTURA, TRANSPORTES, ÁGUA, SANEAMENTO E GESTÃO DE ESPAÇOS PÚBLICOS);

Nº Ação	Eixo	Pelouros	Projetos e Ações- Ano económico 2024;	Indicadores	Metas 2024	Alinhamento estratégico			Fontes de Verificação	Cronograma de execução						
						Programas do PEMDS-SD	Programas do (PAMRR-SD)	Principais ODS's		I	II	III	IV			
<p>Objetivo estratégico: Promover o desenvolvimento urbano integrado e inteligente de SD e descongestionamento da cidade capital; Objetivo estratégico: Implementar parcerias público/privado/comunidade para promover o desenvolvimento sustentável do município;</p>																
1			Continuação- Capacitação técnica aos colaboradores do Gabinete Técnico-CMSD;	Nº de ações; Nº técnicos capacitados;	3 ações; 12 técnicos;					X						
2			Implementação do Cadastro predial no município;	Base de dados, proporção de implementação (território);	Base de dados constituído; 100% território abrangido;											
3			Conclusão do projeto "Toponímia-SD";	Nº bairro; Nº numeração de policia; Nº de placas denominação;	100 N. policia; 85 P. denominação; 19 bairros/lugares;					X						
4			Alargamento e reforço do controle prévio, análise e fiscalização das operações urbanísticas no Município;	Nº de ações; Nº processos;	200 ações; 340 processos;					X	X	X	X			
5			Conclusão-Plano Detalhado (PD) de Praia Baixo e Ribeirão Chiqueiro;	Nº PD's elaborados; Nº comunidades abrangidos;	4 PD's; 4 comunidades;					X						
6			Atualização de um novo Plano Diretor Municipal (PDM);	PDM; Aceleração do processo de investimento privado (%);	PDM revisito; Procura por Investimento aumenta 30%;					X	X	X	X			
7			Apoio aos proprietários locais na elaboração de planos urbanísticos nos principais centros terciários;	Nº Proprietários; Nº Planos elaborados; Proporção aumento procura por investimento privado (%);	30 proprietários; Aumento procura na ordem dos 15%;					X	X	X	X			

Nº Ação	Eixo	Pelauros	Projetos e Ações- Ano económico 2024;	Indicadores	Metas 2024	Alinhamento estratégico			Fontes de Verificação	Cronograma de execução						
						Programas do PEMDS-SD	Programas do (PAMRR-SD)	Principais ODS's		I	II	III	IV			
Objetivo estratégico: Promover o desenvolvimento urbano integrado e inteligente de SD e descongestionamento da cidade capital; Objetivo estratégico: Implementar parcerias público/privado/comunidade para promover o desenvolvimento sustentável do município;																
8			Elaboração de Plano Intermunicipal de Ordenamento do Território - PIMOT Santiago Sul;	Nº PD's elaborados; Nº comunidades benef.; Proporção procura de investimento (%);	PIMOT elaborado 100% comunidades região Sul; aumento de procura na ordem dos 30%;	*Economia local, dinâmica, criativa e sustentável;			1-Relatórios de atividade e conta gerência da CMSD; 2- Página oficial "Municípios de São Domingos;	X	X	X	X			
9			Reforço- Ações que visam a legalização de terrenos e habitações no Município;	Nº de beneficiários; Proporção de aumento procura para Invest (%);	90 habitações e terrenos; aumento procura na ordem dos 10%;					X	X	X	X			
10			Avanço- Execução do Projeto de ampliação e reabilitação do Cemitério Municipal do centro da Cidade, e conclusão para os de Achaia Lama e Rui Vaz";	Nº projeto executado;	3 projetos realizados;	*Infraestruturação, requalificação urbana, melhoramento dos assentamentos e desenvolvimento das comunidades inclusivas, seguras, resilientes e sustentáveis;				X						
11			Continuação execução do Projeto "Reabilitação do Mercados Municipais-SD";	Nº de feirantes; Proporção de aumento procura local (%); Nº de novas Unidades negócios criados;	25 Feirantes; 50% procura aumentada; 6 novas Unidade de Negócios;				3-Relatório técnico dos projetos; 4- Estudos setoriais encomendados; 5- Dados e/ou relatórios de instituições parceiras, nacionais e internacionais; etc...	X						
12			Execução de obras de drenagem de águas pluviais nas ribeiras de Choupana, Tamareira e Tenda (1ª Fase);	Nº famílias beneficiadas;	Cerca de 60 casas; 5 operadores economicos;								X	X		
13			Arranque projeto-Requalificação Urbana de Portal;	Nº famílias beneficiadas; Nº novos negócios gerados;	Cerca de 34 famílias; 6 Unidades de negócios;											
14			Arranque projeto-Requalificação Urbana de Praia Baixo, Tinta e Dobe;	Nº famílias beneficiadas; Nº novos negócios gerados;	Cerca de 237 famílias; 12 Unidades de negócios;									X	X	

Nº Ação	Eixo	Pelouros	Projetos e Ações- Ano económico 2024;	Indicadores	Metas 2024	Alinhamento estratégico		Fontes de Verificação	Cronograma de execução			
						Programas do PEMDS-SD	Programas do (PAMRR-SD)		Principais ODS's	I	II	III
<p>Objetivo estratégico: Tornar a Cidade de SD, mais competitiva e valorizada, com uma identidade cidadã própria e diferenciada que dinamize a economia local e traz bem-estar para residentes, visitantes e turistas;</p> <p>Objetivo estratégico: Proporcionar melhores condições de habitabilidade e bem-estar à população local, visitantes e turistas;</p>												
15			Implementação do projeto-Passareira aérea para as Localidades de Veneza e Choupana;	Nº famílias beneficiadas;	Cerca de 91 famílias; 16 pequenos operadores económicos;				X	X		
16			Continuação do Projeto-Construção e reabilitação dos jardins infantis degradados, em articulação com o pelouro da educação;	Nº crianças beneficiadas;	1 Jardim construído e 6 jardins reabilitados; 98 crianças;				X	X	X	X
17			Continuação projeto- Infraestruturação dos terrenos da CM na zona Ribeirão Chiqueiro-zona habitacional;	Procura por investimento no local (%); Nº de empreendimentos gerados;	Aumento na ordem dos 30%; 10 novas unidades geradas;		* Infraestruturação, requalificação urbana, melhoramento dos assentamentos e desenvolvimento das comunidades inclusivas, seguras, resilientes e sustentáveis;	1-Relatórios de atividade e conta gerência da CMSD; 2- Página oficial "Municípios de São Domingos; 3-Relatório técnico dos projetos; 4- Estudos setoriais encomendados; 5- Dados e/ou relatórios de instituições parceiras, nacionais e internacionais; etc...	X	X	X	X
18			Execução de arruamentos em calçada nas localidades de Moia Moia, Tinca e Dobe;	Nº de comunidades; Nº famílias contempladas; Nº negócios gerados;	3 comunidades; cerca de 150 famílias; 8 novos negócios gerados;		* Requalificação Urbana e Ambiental;	6, 8, 9, 11, 15	X	X	X	X
19			Conclusão do projeto –Regeneração do habitat em Baía e arranque em Moia-Moia;	Nº negócios gerados;	Cerca de 109 famílias; 5 novos gerados;							
20			Reforço execução Plano de Ação- Departamento de Urbanismo no território, através do controlo sucessivo das operações urbanísticas, com a realização de acompanhamento sistemático da execução das obras;	Nº de ações; Nº de obras;	200 ações; 100 obras;							
21			Conclusão do projeto –Valorização turística e ambiental- Fontenário de Agua de Gato, articulado com o pelouro do turismo;	Nº agricultores e criadores beneficiários; Nº de Negócios criados; Proporção aumento procura turística (%);	120 agricultores; 60 criadores; 30 produtores de aguardente; aumento 50%;				X			

Nº Ação	Eixo	Pelouros	Projetos e Ações- Ano económico 2024;	Indicadores	Metas 2024	Alinhamento estratégico		Fontes de Verificação	Cronograma de execução			
						Programas do PEMDS-SD	Programas do (PAMRR-SD)		Principais ODS's	I	II	III
INFRAESTRUTURA												
22			Manutenção de estradas municipais em parceria com Estradas de Cabo Verde;	Km de estradas; Nº famílias beneficiadas;	Cerca de 7 km de estradas; 6 comunidades; Cerca de 270 famílias;				X	X	X	X
23			Arranque do projeto-Reabilitação de estradas de acesso a Localidade Txancinho-Milho Branco e Veneza;	Km de estradas; Nº famílias benef;	Cerca de 4 km de estradas; 110 famílias;				X	X	X	X
24			Reabilitação da sinalização rodoviária vertical e horizontal em Ribeirão Chiqueiro;	Ordem pública local; Sensação de segurança pública;	100% de espaços públicos e estradas devidamente sinalizados;				X			
25			Construção de quebra-molas modernas nos locais frequentados pelas crianças, perto às escolas, jardins e locais de grande fluxo;	Nº de citios abrangidos;	15 lugares;					X		
26			Continuação do projeto de modernização de infraestruturas desportivas-"Construção, reabilitação, introdução de relva sintética em NSL e arranque do projeto Pavilhão desportivo, em articulação com o pelouro dos Desportos";	Nº projetos; Nº de placas reabilitadas;	6 projetos; 1 campo relavado; 5 placas;					X	X	X
27			Continuação execução Projetos "Aldeias Turísticas Rurais, articulado com o pelouro do turismo, em parceria com o MT e Ambiente;	Nº projetos executados; Nº povoados abrangidos;	2 projetos concluídos e 2 novos iniciados; 3 povoados abrangidos;					X	X	X
28			Arranque do projeto- "Construção e Reabilitação de Unidades Sanitárias de Base (USB) em parceria com o pelouro da Saúde";	Nº de beneficiários; % redução de demanda p/ Delegacia em SD;	100% pop. local e arredores; 33% redução demanda;					X	X	X
29			Apoios pontuais à reabilitação de habitações das famílias mais vulneráveis, em articulação com o pelouro da Coesão social;	Nº beneficiárias; Nº habitações; Nº de comunidades;	200 famílias; 200 casas, 37 comunidades;					X	X	X
30			Execução de ações que visam o arranque do projeto Construção de complexo habitacional Social-SD;	Nº de ações; Dossier técnico;	6 ações; Dossier elaborado e aprovado;							
31			Consolidação e plano supervisão da concessão de novas licenças de taxi em circulação;	Nº de taxis com licenças; Nº de taxis funcionais;	20 licenças; 100% Taxis funcionais;					X	X	X

Objetivo estratégico: Tornar a Cidade de SD, mais competitiva e valorizada, com uma identidade cidadina própria e diferenciada que dinamize a economia local e traz bem-estar para residentes, visitantes e turistas;
Objetivo estratégico: Proporcionar melhores condições de habitabilidade e bem-estar á população local, visitantes e turistas;

Nº Ação	Eixo	Pelouros	Projetos e Ações- Ano económico 2024;	Indicadores	Metas 2024	Alinhamento estratégico		Fontes de Verificação	Cronograma de execução					
						Programas do PEMDS-SD	Programas do (PAMRR-SD)		Principais ODS's	I	II	III	IV	
Objetivo estratégico: Mobilizar mais água para a melhoria das condições de vida de toda população e assegurar a sustentabilidade das instituições de água;														
32		Execução projeto- Rede de água em Tinca, Dobe, Vale da Custa, Loura e Rui Vaz- Ponta Baixo;	Nº famílias beneficiadas; Nº de comunidades e negócios gerados;	Cerca 264 famílias; 4 comunidades; 16 novos negócios local; Projeto elaborado p/ 136 famílias,3 comunidades; 12 novos negócios local;				1-Relatórios de atividade e conta gerência da CMSD; 2- Página oficial "Municípios de São Domingos; 3-Relatório técnico dos projetos; 4- Estudos setoriais encomendados; 5- Dados e/ou relatórios de instituições parceiras, nacionais e internacionais; etc...	X	X				
									X					
33		Elaboração do projeto de extensão de rede e ligação domiciliar de água para as localidades de Rema-Rema, Gudim e Banana;	Nº de reservatórios; Nº de comunidades e benef;	15 Reservatórios; 5 comunidades; 15 beneficiários;			*Programa Ambiental municipal, desenvolvimento da economia verde e da economia Azul; *Mais água, mais vida;	1,5,6,9,10,13,15,17	X	X				
									X					
34		Continuação do projeto-Construção de reservatórios domiciliares;	Nº de ações; Nº de comunidades;	30 ligações; 10 comunidades; 30 beneficiários;					X	X				
									X					
35		Apoio às famílias carenciadas na ligação das suas casas às redes domiciliares de água;	Nº de ações; Nº de comunidades;	4 ações; 2 comunidades;					X	X				
									X					
36		Comemoração do Dia Mundial da Água;	Nº de ações; Nº de participantes; Nº de comunidades;	6 ações; 250 participantes; 10 comunidades;					X	X				
									X					
37		Alargamento e reforço -" Programa de IEC (incentivo, conservação e utilização racional da água) nas comunidades";	Nº de equipamentos; Nº de lugares abrangidos;	50 contentores; 25 lugares;					X	X				
									X					
Objetivo estratégico: Promover um equilíbrio e uma consciencialização das atitudes e práticas da população para proteção e qualificação do ambiente;														
38		Projeto-Aquisição de equipamentos de coleta e transporte de resíduos sólidos- 2ª edição;	Frequên. recolha/semana; Tempo esvazamento de contentores (em dias);	2 ações por semana; Diminuição em cerca de 2 dias e atraso;			*São Domingos, mais limpo e saudável;	3,6,11,16,17	X	X				
									X					
39		Reforço-Plano de Recolha dos resíduos sólidos nas vias de acesso, nas encostas, nas zonas balneares e nas localidades do município;	Nº de equipamentos; Nº de lugares abrangidos;	50 contentores; 25 lugares;					X	X				
									X					

Nº Ação	Eixo	Pelouros	Projetos e Ações- Ano económico 2024;	Indicadores	Metas 2024	Alinhamento estratégico			Fontes de Verificação	Cronograma de execução			
						Programas do PEMDS-SD	Programas do (PAMRR-SD)	Principais ODS's		I	II	III	IV
Objetivo estratégico: Promover um equilíbrio e uma consciencialização das atitudes e práticas da população para proteção e qualificação do ambiente;													
40			Realização e promoção de ações de IEC (campanhas de limpeza, sensibilização.);	Nº de ações; Nº de participantes e comunidades afetadas;	12 ações; 520 participantes; 5 comunidades;				1-Relatórios de atividade e conta gerência da CMSD;	X	X	X	X
41			Continuação do projeto-Construção de casas de banho;	Nº famílias beneficiários; Nº de comunidades;	50 casas de banho; 50 agregados familiares;		*São Domingos, mais limpo e saudável;		2- Página oficial "Municípios de São Domingos;	X	X	X	X
42			Programa- Travamento do avanço pocilgas nas zonas críticas e não apropriadas e de projetos de pocilgas organizadas em lugares bem definidos;	Nº de intervenções efetivas;	20 casos;				3-Relatório técnico dos projetos; etc...	X	X	X	X
Objetivo estratégico: Promover o desenvolvimento urbano integrado e inteligente de SD e descongostionamento da Cidade capital;													
Objetivo estratégico: Tornar a Cidade de SD e arredores mais competitiva, atrativa e valorizada, com uma identidade cidadina própria e diferenciada que dinamize a economia local e traz conforto e bem-estar para os residentes, visitantes e turistas;													
Gestão de Espaços Públicos													
43			Implementação de um projeto e ações junto dos pazeiros que visam o reforço do alargamento e manutenção pontual e contínuo de lugares permitindo acesso à iluminação pública nos espaços públicos e privados;	Nº de sítios identificados; Nº de comunidades;	15 sítios; 6 comunidades, mais críticos;				1-Relatórios de atividade e conta gerência da CMSD;	X	X	X	X
44			Estudo técnicos- Unidade de energia solar fotovoltaica a integrar a Zona agroindustrial de Ribeirão Chiqueiro, em articulação com o pelouro da economia;	TDR's; consultorias; Projetos;	3 estudos técnicos de engenharias e 1 de viabilidade económico-financieira;		*São Domingos, mais competitivo;		2- Página oficial "Municípios de São Domingos;	X	X	X	X
45			Plano de socialização e implementação de regulamentos de uso dos espaços públicos;	Nº de ações;	12 ações; maior nível de apropriação dos utentes;				3-Relatório técnico dos projetos;	X	X	X	X
46			Continuação do Projeto-Terminal de passageiro em rotundas e entroncamentos (Gudim e Rotunda-Nazaré.);	Nº de terminais;	2 terminais				4- Estudos setoriais encomendados; 5- Dados e/ou relatórios de instituições parceiras, nacionais e internacionais; etc...	X	X	X	X

13. QUADRO LÓGICO 6-PLANO DE ATIVIDADE-2023 E ALINHAMENTO ESTRATÉGICO (PELOURO DE INDUSTRIA, TURISMO, COMÉRCIO, EMPREENDEDORISMO E AMBIENTE);

Nº Ação	EIXO	Pelouros	Projetos e Ações- Ano económico 2024;	Indicadores	Metas 2024	Alinhamento estratégico		Fontes de Verificação	Cronograma de execução		
						Programas do PEMDS-SD	Programas do (PAMRR SD)		Principais ODS's	I	II
<p>Objetivo estratégico: Criar condições e incentivos para o desenvolvimento sustentável de atividades económicas geradoras de rendimento para as famílias, diferenciação e valorização dos produtos endógenos;</p> <p>Objetivo estratégico: Criar as condições para igualdades de oportunidades de emprego entre homens e mulheres;</p> <p>Objetivo estratégico: Criar incentivos de promoção e de desenvolvimento de pequenos negócios, beneficiando os jovens com formação técnico-profissional nas áreas de interesse para o Concelho,</p>											
COMPETITIVIDADE ;											
Industria-agropecuária ;											
1			Incentivo ao Reforço da atividade de produção de queijo na localidade de vale da custa e Dacabalaio;	Nº ações capacitação; Nº produtores; Nº de Kit's produção cedidos;	2 projetos; 20 produtores; 20 Kit's; 2 ações capacitação; 2 comunidades;				X X		
2			Arranque 1º fase de execução- Projeto Viabilização Queijaria de em Rui Vaz;	Nº de parcelas produção silvo-pastoril; Nº de Unidades pecuárias implementadas; Protocolos efetuados; Aspétos técnicos e logísticos;	10 parcelas, 10 unidades; 3 protocolos rubricado; 2 estudos técnicos e logística montada; Queijaria funcional;		*Economia local, dinâmica, criativa e sustentável;	1-Relatórios de atividade e conta gerência da CMSD; 2- Página oficial "Municípios de São Domingos; 3-Relatório técnico dos projetos; 4- Estudos setoriais encomendados; 5- Dados e/ou relatórios de instituições parceiras, nacionais e internacionais; etc...	X X X		
3			Introdução de raça melhorada nas comunidade de Mendes Faleiro e Zonas Arredores;	Nº beneficiários e zonas; Nº curias; Nº pocilgas; Nº de animais/ curais e pocilgas; Nº cap. e Qde ração/cural e pocilga;	25 beneficiários, 5 zonas; 10 pocilgas, 25 curais, 4 ações capac, 4 leitões/pocilga e 2 cabra e 1 bovino/cural;		*Promoção do Empreendedorismo e dos Investimentos no turismo e no agronegócio;	dos projetos; 1,5,8,10,14	X X X		
4			Agricultura familiar em estufas hidropónicas e cultivo através do sistema Gota-a-Gota em Rui Vaz;	Nº ações capacitação; Nº de promotores; Nº Unidades produtivas;	2 ações; 8 promotores; 8 estufas;				X X		
5			Reforço e coordenação: Programa de Assistência Técnica regular-agricultores e criadores de Gado-SD em parceria com DMAA STS;	Nº ações/mês; Nº benef; Nº comunidd represent.;	4 ações/mês; 60 beneficiários; 37 zonas;				X X X		

Nº Ação	Eixo	Pelouros	Projetos e Ações- Ano económico 2024;	Indicadores	Metas 2024	Alinhamento estratégico			Fontes de Verificação	Cronograma de execução																									
						Programas do PEMDS-SD	Programas do (PAMRR-SD)	Principais ODS's		I	II	III	IV																						
<p>COMPETITIVIDADE</p> <p>Industria-agropecuária ;</p>																																			
6			Formação / Capacitação aos operadores do sector Agropecuário do Concelho;	Nº ações; Nº operadores/freguesia;	5 ações/mês; 60 beneficiários; 37 comunidades;																														
7			Comemoração: Dia do Agricultor e dia de Pecuária (criador de animal);	Nº de ações; Nº de protocolos e projetos arrancados; Nº participantes; Nº de Comunidades repre.,	2 ações 2 protocolos; 2 projetos; 200 agricultores e criadores; 100% comunidades-SD;																														
8			Promoção da I Edição de Feira Municipal de Agronegócios;	Nº de Expositores; Nº visitantes; Protocolos rubricados;	60 expositores																														
9			Continuidade- Incentivos ao reforço institucional a cooperativa de pescadores e peixeiras - P Baixo, conforme o protocolo rubricado;	Nº de ações realizadas em parceria; Nº de projetos executados;	6 ações; 2 projetos;																														
10			Concepção do projeto: Construção de ponto de atracamento / ancoragem de barcos de pesca e de recreio na localidade de Praia - Baixo;	Projeto; Mobilização de parceria;	Projeto elaborado; 2 parcerias efetivadas;																														
<p>Industria-Pesca ;</p>																																			
<p>Objetivo estratégico: Criar condições e incentivos para o desenvolvimento sustentável de atividades económicas geradoras de rendimento para as famílias, diferenciação e valorização dos produtos endógenos;</p> <p>Objetivo estratégico: Criar as condições para igualdades de oportunidades de emprego entre homens e mulheres;</p> <p>Objetivo estratégico: Criar incentivos de promoção e de desenvolvimento de pequenos negócios, beneficiando os jovens com formação técnico-profissional nas áreas de interesse para o Concelho,</p>																																			

Nº Ação	Eixo	Pelouros	Projetos e Ações- Ano económico 2024;	Indicadores	Metas 2024	Alinhamento estratégico		Fontes de Verificação	Cronograma de execução			
						Programas do PEMDS-SD	Programas do (PAMRR-SD)		Principais ODS's	I	II	III
<p>Objetivo estratégico: Criar condições e incentivos para o desenvolvimento sustentável de atividades económicas geradoras de rendimento para as famílias, diferenciação e valorização dos produtos endógenos;</p> <p>Objetivo estratégico: Criar as condições para igualdades de oportunidades de emprego entre homens e mulheres;</p> <p>Objetivo estratégico: Criar incentivos de promoção e de desenvolvimento de pequenos negócios, beneficiando os jovens com formação técnico-profissional nas áreas de interesse para o Concelho,</p>												
11		Indústria-Pesca ;	Reabilitação e instalação da casa fábrica de Gelo em Praia - Baixo;	Cobertura a demanda local (%) de gelo; Nº beneficiários;	100% cobertura; 120 pescadores e peixeiras;			X				
12		Indústria-Pesca ;	Capacitação aos pescadores e peixeiras nas áreas do sector da atividade piscatória;	Nº ações; Nº comunidades rep.; Nº de pescadores;	3 ações; 100% comunidades litoral-NSL; cerca de 50 pescadores e 80 peixeiras;			XX				
13		Indústria-Pesca ;	Conclusão do projeto: Fomento da atividade piscatória- a Fguesia de N.S.da Luz;	Nº beneficiários; Nº comunidades; Nº embarcação; Unidade tratamento pescado (UTP);	120 Pescadores e peixeiras; 1 embarcação; UTP de 70m2, 2 bancadas e 9 pias;		*Economia local, dinâmica, criativa e sustentável;	X				
14		Indústria-Pesca ;	Atribuição de malas de conservação de pescado às mulheres peixeiras associadas , no âmbito do Projeto “ Peixe Fresco e Seguro;	Nº de Kit's cedidos; Nº beneficiários; Nº comunidades abrangidos;	20 Kit's; 6 comunidades; 20 peixeiras;			X				
15		Indústria-Pesca ;	Ação de formação em matéria de higiene e segurança alimentar para os pescadores e peixeiras;	Nº ações; Nº comunidades rep.; Nº pescadores e peixeiras;	2 ações; 6 comunidd litoral-NSL; cerca de 40 pescadores e 60 peixeiras;			X				
16		Indústria-Pesca ;	Programa-Incentivo a reaproveitamento e valorização de subprodutos na cadeia de valor de pesca;	Nº de ações; Nº de beneficiários; Nº Kit's	6 ações; 100 pescadores e peixeiras;			X				
												XX X

Nº Ação	Eixo	Pelouros	Projetos e Ações- Ano económico 2024;	Indicadores	Metas 2024	Alinhamento estratégico			Fontes de Verificação	Cronograma de execução					
						Programas do PEMDS-SD	Programas do (PAMRR SD)	Principais ODS's		I	III	IV			
Objetivo estratégico: Projetar SD como destino turístico nos segmentos identificados, através de uma estratégia de marketing e dinamização de parcerias adequadas;															
17		Turismo	Reabilitação e sinalização de caminhos vicinais e itinerário turístico de do Concelho de São Domingos;	Nº caminhos; Nº comunidades abrangidas; Nº de placas sinaléticas fixadas;	3 caminhos; 6 povoados; 40 placas sinaléticas;								X	X	
18			Promoção das 7 Maravilhas de São Domingos;	Nº de ações/mês; instrumentos; proporção procura turística P/7Maravilhas;	4 ações/mês; página Maravilhas SD criado e funcional; tendência de aumento procura na ordem dos 33%;									X	X
19			Projeto- Capacitação de Guias Turístico;	Nº ações, Nº beneficiários; Comunidades representadas;	2 ações; 30 beneficiários; 12 comunidades, sendo: 6 NSL e 6 SNL;									X	
20		Turismo	Lançamento do Selo Municipal "Lembrança de São Domingos e " Sabor di São Domingos";	Nº de produtos lançados;	2 produtos turístico lançados;										X
21			Continuação execução do pacote Projetos "Programa de Valorização das Aldeias Turísticas Rurais, em parceria com o Ministério do Turismo e Ambiente;	Nº projetos executados; Nº povoados abrangidos;	2 projetos concluídos; 2 novos iniciados; e 3 povoados abrangidos;										
22		Turismo	Elaboração e execução projeto: Circuito Turístico Religioso;	Projeto; Mobilização de parceria; Nº de patrimónios religiosos e comunidades abrangidas;	Projeto executado; 10 patrimónios, 6 comunidades, 2 freguesias;										X
23			Conclusão do projeto – Valorização turística e ambiental-Fontenário de Agua de Gato, articulado com o pelouro do turismo;	Nº agricultores e criadores beneficiários, Nº de Negócios criados; Proporção aumento procura turística (%);	120 agricultores; 60 criadores; 30 produtores de aguardente; aumento 50%;										

Nº Ação	Eixo	Pelouros	Projetos e Ações- Ano económico 2024;	Indicadores	Metas 2024	Alinhamento estratégico			Fontes de Verificação	Cronograma de execução			
						Programas do PEMDS-SD	Programas do (PAMRR SD)	Principais ODS's		I	II	III	IV
Objetivo estratégico: Projetar SD como destino turístico nos segmentos identificados, através de uma estratégia de marketing e dinamização de parcerias adequadas;													
COMPETITIVIDADE													
24		Turismo	Implementação do projeto "valorização e salvaguarda do património turístico e ambiental de ribeirão de cal"	Nº de negócios criados; Nº comunidades abrangidos; Proporção da Procura turística;	Gruta R. Cal e Igreja reabilitado; 2 Unidades de negócios criados, procura aumenta 60%; Procura turística aumenta 33%, V. venda dos operadores aumenta 33%;	*Economia local, dinâmica, criativa e sustentável;	*Promoção do Empreendedorismo e dos Investimentos no turismo e no agronegócio;	8,9,11,17	1-Relatórios de atividade e conta gerência da CMSD; 2- Págsua oficial	X	X		
25			Criação do circuito turístico gastronómico "Rotas do grego e "rotas do pastel de milho"						"Municípios de São Domingos, entre outros;	X			
Objetivo estratégico: Criar condições e incentivos para o desenvolvimento sustentável de atividades económicas geradoras de rendimento para as famílias, diferenciação e valorização dos produtos endógenos;													
Objetivo estratégico: Criar incentivos de promoção e de desenvolvimento de pequenos negócios, beneficiando os jovens com formação técnico-profissional nas áreas de interesse para o Concelho,													
COMPETITIVIDADE													
26		Comércio;	Execução do Projeto- Empoderamento socioeconómico das feirantes e ambulantes e organização da atividade comercial nos centros populacionais do município;	Nº de feirantes; Qde centros; Nº de ações capacitação, Nº de Kit 's; % de U.Negocios formalizadas;	Cerca de 210 feirantes e ambulantes; 3 Centros; 80 Kit 's, 60 UN formalizados;				1-Relatórios de atividade e conta gerência da CMSD;	X	X		
27			Ação de Capacitação de operadores económicos locais em matéria de Higiene e segurança alimentar;	Nº ações, Nº beneficiários; Comunidades repres;	2 ações; 50 operadores; 37 comunidades;				2- Págsua oficial	X			
28			Programas de estágios e capacitações aos agentes da fiscalização municipal, em parceria com as entidades nacionais do controlo e fiscalização;	Nº estágios; Nº ações; Nº agentes;	12 estágio; 12 agentes; 2 capacitações;				3-Relatório técnico dos projetos; 4- Estudos setoriais encomendados; 5- Dados e/ou relatórios de instituições parceiras, nacionais e internacionais; etc...				
29			Continuação operação de fiscalização preventiva no Município de São Domingos;	Nº de ações/mês;	12 ações/mês;								
30		Empreendedorismo;	Execução de Projeto -Semana Global do Empreendedorismo (Startup-SD, sessões, capacitações temáticas, assinatura de protocolos, etc...);	Nº sessões; Nº de beneficiários; Nº capacitações; Nº Kit 's entregues; Nº Projetos elaborados; Nº protocolos;	6 sessões; 250 Jovens empreendedores; 50 Kit 's, 3 ações capacitação; 50 Projetos; 3 protocolos;								

Nº Ação	Eixo	Pelouros	Projetos e Ações- Ano económico 2024;	Indicadores	Metas 2024	Alinhamento estratégico			Fontes de Verificação	Cronograma de execução						
						Programas do PEMDS-SD	Programas do (PAMRR SD)	Principais ODS's		I	II	III	IV			
Objetivo estratégico: Criar condições e incentivos para o desenvolvimento sustentável de atividades económicas geradoras de rendimento para as famílias, diferenciação e valorização dos produtos endógenos; Objetivo estratégico: Criar incentivos de promoção e de desenvolvimento de pequenos negócios, beneficiando os jovens com formação técnico-profissional nas áreas de interesse para o Concelho,																
31			Jornadas - Busca Ativa do Emprego destinado aos jovens em situação NEET's-SD de todo o município;	Nº de ações; Nº participantes; Nº de Comunidades repre., % Jovens orientados p/ FP e Empreendedorismo;	4 Jornadas; 2 por freguesia; 250 jovens; 37 comunidades;				1-Relatórios de atividade e conta gerência da CMSD; 2- Página oficial "Municípios de São Domingos; 3-Relatório técnico dos projetos; 4- Estudos setoriais encomendados; 5- Dados e/ou relatórios de instituições parceiras, nacionais e internacionais; etc...	X	X	X				
32			Projeto CASA DO EMPREENDEDOR-Programa de Assistência Técnica para Jovens, potenciais empreendedores e microempresários-SD;	Nº PN's elaborados; Nº beneficiários; Nº Negócios formalizados; Nº ações seguimento/mês;	50 PN's; 50 Beneficiários; 30 UN formalizados; 2 ações/mensal;			*Desenvolvimento das parcerias e alianças para promoção do desenvolvimento local (Fomento empresarial das micro, pequenas e médias empresas);	X	X	X					
33			Execução do Projeto "Empreender SD" - 2ª edição;	Nº ações capacitação; Nº PN elaborados; Nº beneficiários; Nº negócios formalizados; Nº ações seguimento/mês;	2 ações capacitação; 45 PN; 45 Beneficiários; 30 UN Formalizados; 2 ações/mensal;			*Economia local dinâmica, criativa e sustentável;								
34			Execução Projeto-Empoderamento feminino, em colaboração com pelouro FP e Emprego- 2ª edição;	Nº Beneficiárias; Nº Comunidades; Nº ações capacitação;	80 mulheres; 37 comunidd; 4 ações capacitação;						X	X	X			
35			Assistência técnica- Plano de mobilização de recursos para o co-financiamento de Planos de Negócios Bancáveis a serem implementados em SD;	Nº assistência/mês; Nº de empresas; Nº de promotores;	4 assistência/mês; 20 empresas; 20 promotores;						X	X	X			
Objetivo estratégico: Promover o equilíbrio e a consciencialização das atitudes e práticas da população para proteção e qualificação do ambiente;																
36			Ação de formação de Jardinagem e Atribuição de Kit de Jardinagem;	Nº ações; Nº de Kit's;	2 ações; 30 Kit's;								X			
37			Reforço da equipa de Jardineiros Municipais;	Nº de colaboradores;	8 Jardineiros;			* Valorização de SD como destino turístico;	* Programa Ambiental municipal e do desenvolvimento da economia Verde e economia Azul;							
38			Implementação do projeto-Viveiro Municipal;	Nº ações capacitação; área Viveiro; Qde de espécies de Plantas;	2 ações; 250 m2; 30 espécies;								X			
Objetivo estratégico: Promover o equilíbrio e a consciencialização das atitudes e práticas da população para proteção e qualificação do ambiente;																
TRANSVERSAL																

Nº Ação	Eixo	Pelouros	Projetos e Ações- Ano económico 2024;	Indicadores	Metas 2024	Alinhamento estratégico			Fontes de Verificação	Cronograma de execução			
						Programas do PAMRR: SD	Programas do PEMS-SD	Principais ODS's		I	II	III	IV
Objetivo estratégico: Promover o equilíbrio e a consciencialização das atitudes e práticas da população para proteção e qualificação do ambiente;													
TRANSVERSAL													
39			Continuação do projeto de ornamentação: "São Domingos Verde";	Nº de Ruas e espaços públicos verdes;	Aumento de 33% de vias e espaços verdes no município;								X X X
40			Projeto capacitação- Técnicas de Reciclagem;	Nº ações; Nº beneficiários; Nº Kit's;	2 ações; 30 beneficiários; 15 Kit's;								X
41			Implementação do Projeto "Criança Amiga do Ambiente";	Nº de ações; Nº crianças; Nº comunidades; escolas envolvidas;	4 ações; 400 crianças; 10 comunidades;								X
42			Programas de IEC (Informação, educação e comunicação) ambiental nas comunidades;	Nº de ações; Nº de crianças; nº de comunidades; Nº escolas envolvidas; parceiros envolvidos; Nº horto escolar criado;	6 ações; 15 comunidades e escolas; 4 parceiros; 30 horta escolar criado;	*Valorização de SD como destino turístico;	*Programa Ambiental municipal e do desenvolvimento da economia Verde e economia Azul;	6,11,13,15,17					X X X
43			Implementação de projetos de reflorestação, com plantas endémicas e fruteiras nas comunidades bem identificadas;	Nº de comunidades; Nº de plantas e fruteiras; Nº de ações capacitação;	4 comunidades; 2000 plantas; 3000 fruteiras; 4 ações capacitação;								X X
44			Parcerias com MAA, Escolas, Universidades, Associações C. Desenvolvimento para a materialização de Ações e/ou microprojectos de proteção ambiental;	Nº projetos; Nº beneficiários direto; Qde comunidades;	3 projetos; 60 beneficiários direto; 4 comunidades;								X X X

QUADRO LÓGICO 7-PLANO DE ATIVIDADE-2023 E ALINHAMENTO ESTRATÉGICO (PELOURO CULTURA, INDUSTRIAS CRIATIVAS, DESPORTO, VOLUNTARIADO E ASSOCIATIVISMO);

Nº ação	Eixo	Pelouros	Projetos e Ações- Ano económico 2024;	Indicadores	Metas 2024	Alinhamento estratégico;		Fontes de Verificação	Cronograma de Execução			
						Programas do PEMDS-SD	Programas do (PAMRR-SD)		Principais ODS's	I	II	III
<p>Objetivo estratégico: Promover a cultura e as industrias criativas; Objetivo estratégico: Potencializar, valorizar e expressar a nossa identidade tradicional e cultural, valorizando os artistas, os produtos locais, sítios históricos e patrimoniais do município;</p>												
1			Programa- Lembra Nós Mestri , em homenagem ao poeta, dramaturgo e compositor, Ano Nobu-3º edição;	Nº de ações; Nº de artistas; Nº participantes;	6 ações; 50 artistas; 500 participantes;				X			
2			Atividades culturais e recreativas alusivas à comemoração de Nossa Sra. das Candieiras 02 de Fevereiro - "Nhu Febreru";	Nº de ações; Nº de artistas; Previsão nº total participantes;	6 ações; 20 artistas; 2800 pessoas;				X			
3			Execução do projeto "Camaval 2024-SD";	Nº ação; Nº de grupos, Nº de parceiros;	1 ação; 4 grupos; 5 instituições;		*Programa da juventude, cultura, desporto e voluntariado;		X			
4			Execução do Projeto "Festival de música de Praia Baixo"-2º edição, enquadradas na Festa do município;	Nº de artistas; Nº de parceiros, Nº de barracas, Nº de participantes;	32 artistas; 15 parceiros; 45 barracas; 8000 participantes;		*Nós Cultura, Nós História;		X			
5			Execução de um programa cultural enquadrada na comemoração das festas do município- miss São Domingos, Desfile de moda, exposições;	Nº ação; Nº grupos/artistas, Nº de parceiros;	5 ações; 38 artistas/grupos; 20 parceiros;		Crescer e Oportunidades;		X			
6			Execução de atividades culturais no âmbito das comemorações do Dia Internacional da Mulher e Dia da Mulher Cabo-verdiana;	Nº ação; Nº grupos/ artistas, Nº de parceiros e participantes;	2 ações; 6 grupos; 5 instituições; 600 mulheres-SD;				X			

Nº ação	Eixo	Pelouros	Projetos e Ações- Ano económico 2024;	Indicadores	Metas 2024	Alinhamento estratégico;		Fontes de Verificação	Cronograma de Execução			
						Programas do PEMDS-SD	Programas do (PAMIRR-SD)		Principais ODS's	I	II	III
<p>Objetivo estratégico: Promover a cultura e as indústrias criativas; Objetivo estratégico: Potencializar, valorizar e expressar a nossa identidade tradicional e cultural, valorizando os artistas, os produtos locais, sítios históricos e patrimoniais do município;</p>												
7			Reforço institucional e dinamização da escola de música no município;	Nº de escolas; Nº promotores; Nº de beneficiários;	4 escolas; 10 promotores; 300 alunos-SD;			1-Relatórios de atividade e conta gerência da CMSD;	X	X		
8			Execução do projeto "Reforço e reindustrialização da Banda Musical Municipal-SD";	Nº de elementos; % de novos integrantes; Nº atuações;	25 elementos; aumento de 50% novos integrantes; 4 atuações/mensal;			2- Página oficial "Municípios de São Domingos;	X			
9			Retorna do Programa Cultural-Kely é Nha Artty, com a criação de incentivos e valorização de artistas locais na criação e divulgação dos seus trabalhos artesanais, discográficos e literários;	Nº de ações; Nº de artistas; Previsão nº total participantes;	4 edições; 20 artistas; 60/edição;		*Programa da juventude, cultura, desporto e voluntariado;	3-Relatório técnico dos projetos;	X	X	X	
10			Realização da gala de vozes infantojuvenil;	Nº de ação, Nº artistas, Nº parceiros; Nº de comunidades;	4 ações; 12 artistas; 5 parceiros; 12 comunidades;		*Programa Nós História;	4- Estudos setoriais encomendados;		X		
11			Promoção de lançamento de alguns livros de autores do município e nacionais, no concelho;	Nº de ações; Nº de autores, Previsão Público participante;	6 ações; 6 autores, 60 pessoas/ação;		*Programa Crescer com Oportunidades;	5- Dados e/ou relatórios de instituições parceiras, nacionais e internacionais; etc...	X	X		
12			Execução da primeira edição do Festival de «Pastel de midju»;	Nº expositores; Nº de Stand; Previsão média público;	15 expositores; 30 Stand; 800 visitantes; 6 parceiros;						X	

Nº ação	Eixo	Pelouros	Projetos e Ações- Ano económico 2024;	Indicadores	Metas 2024	Alinhamento estratégico;			Fontes de Verificação	Cronograma de Execução														
						Programas do PEMDS-SD	Programas do (PAMIRR-SD)	Principais ODS's		I	II	III	IV											
Objetivo estratégico: Promover a cultura e as indústrias criativas; Objetivo estratégico: Potencializar, valorizar e expressar a nossa identidade tradicional e cultural, valorizando os artistas, os produtos locais, sítios históricos e patrimoniais do município;																								
13			Realização de atividades natalícias e ornamentação das principais vias do concelho;	Nº de ruas e vias; Nº de comunidades abrangidos;	25 ruas e vias; 8 comunidades;								X											
14			Promoção de atividades culturais por ocasião das festas de romaria e festas tradicionais e religiosas nas comunidades do município;	Nº ações; Nº comunidades;	20 ações; 25 comunidades;					X	X	X	X											
15			Realização de um Concurso Municipal de Fotografias com destaque para a nossa paisagem e nossas maravilhas;	Nº participantes; Nº premiados; Nº de beneficiários;	20 participantes; 3 Premiados; 20 beneficiários;						X													
16			Reativação e dinamização do espaço da Sagra-INC para exposição e venda permanente dos produtos do artesanato;	Nº expositores/mês; Previsão de clientes/mês; Nº parceiros; Volume negócio estimado/mês; Nº de feiras/mês;	20 expositores/mês; 40 clientes/mês; 8 parceiros; 400.000\$00 volume negócios/mês; 1 feira/mês;		*Programa da juventude, cultura, desporto e voluntariado; *Programa Nós Cultura, Nós História;		1-Relatórios de atividade e conta gerência da CMSD; 2- Página oficial "Municípios de São Domingos; 3-Relatório técnico dos projetos; 4- Estudos setoriais encomendados; 5- Dados e/ou relatórios de instituições parceiras, nacionais e internacionais; etc...	X														
17			Projeto formação, qualificação e empreendedorismo em artes criativas (arte decorativa, cerâmica, pintura artística, olaria, tecelagem, joalheria entre outros);	Nº de formações, Nº de formandos, % por sexo; % beneficiários de Kit auto-emprego;	8 ações; 120 formandos; 60% SF, 40% SM; 70% beneficiários de Kit;		Nascer e Crescer com Oportunidades;			X	X													
18			Projeto- Novos talentos São Domingos 2022 (Apoio á gravação de um trabalho audiovisual de alguns jovens artistas do município);	Nº de artistas e/ou grupos; Nº de parceiros, Nº produções;	6 artistas e grupos; 10 parceiros; 6 projetos;						X	X												
19			Execução do Projeto "Centro Interpretativo em Alcatrazes e Cimboa, no Centro de Artesanato-SD, em parceria com a IPC";	Nº de procura turística local/mês; Nº de pequenos negócios arredor;	80 turistas/mês; 4 pequenos negócios;						X													

Nº ação	Eixo	Pelouros	Projetos e Ações- Ano económico 2024;	Indicadores	Metas 2024	Alinhamento estratégico;		Fontes de Verificação	Cronograma de Execução			
						Programas do PEMDS-SD	Programas do (PAMRR-SD)		Principais ODS's	I	II	III
<p>Objetivo estratégico: Promover a cultura e as indústrias criativas; Objetivo estratégico: Potencializar, valorizar e expressar a nossa identidade tradicional e cultural, valorizando os artistas, os produtos locais, sítios históricos e patrimoniais do município;</p>												
20			Colocação da estátua, em memória ao músico Ano Nobu;	Nº de visitas turísticas para o município e ao memorial/mês; Nº de infraestrutura cultural-SD; Procura turística/mês;	60 visitas/mês; 1 casa da cultura-SD; 60 procura/mês;			1-Relatórios de atividade e conta gerência da CMSD; 2- Página oficial "Municípios de São Domingos;	X			
21			Elaboração e implementação do projeto -Casa da Cultura Ano Nobu;	Nº de artistas e/ou grupos; Nº de parceiros, Nº produções;	15 artistas e grupos; 10 parceiros; 2 projetos produzidos;		*Programa da juventude, cultura, desporto e voluntariado; *Programa Nacer e Crescer com Oportunidades;	3-Relatório técnico dos projetos; 4- Estudos setoriais encomendados; 5- Dados e/ou relatórios de instituições parceiras, nacionais e internacionais; etc...	X			
22			Implementação do projeto Gravação musical de Grupos de Bataadeiras de diferentes localidades do município de São Domingos;	Nº de artistas e/ou grupos; Nº de parceiros, Nº ações;	3 grupos, 30 artistas, 6 parceiros; 2 ações;		*Nós Cultura, Nós História;	4,8,9,11,17	X			
23			Projeto de promoção do teatro-SD;	Nº de ações; Nº artistas; Nº empresas; Nº de parceiros; Previsão participação/ação;	6 ações; 35 artistas; 4 empresas; 10 parceiros; 100 pessoas/ação;				X			
24			Realização de pacotes de atividades culturais e recreativas alusivas à simbólicas datas/efemérides (Dia nacional da cultura, do Batuque, dia Mundial da poesia, dia internacional da mulher e dia da mulher cabo-verdiana, dia do emigrante);						X	X	X	X

Nº ação	Eixo	Pelouros	Projetos e Ações- Ano económico 2024;	Indicadores	Metas 2024	Alinhamento estratégico;		Fontes de Verificação	Cronograma de Execução			
						Programas do PEMDS-SD	Programas do (PAMRR-SD)		Principais ODS's	I	II	III
Objetivo estratégico: Dinamizar e apoiar o desporto escolar, comunitário, formação de clubes e escolas de desportos e desenvolvimento de talentos através de criação de infraestruturas desportivas e eventos desportivos, que elevam o talento e nome do concelho na área desportiva;												
25			Fomento dos projetos- Criação de escolas de iniciação desportiva masculina e feminina;	Nº de instituição Desportiva-SD; Nº formandos; Nº clubes criados;	4 escola; 40 formandos; 3 novos clubes criados;			1-Relatórios de atividade e conta gerência da CMSD; 2- Página oficial "Municípios de São Domingos; 3-Relatório técnico dos projetos; 4- Estudos setoriais encomendados; 5- Dados e/ou relatórios de instituições parceiras, nacionais e internacionais; etc...	X			
26			Execução do projeto "Torneios de futsal e de jogos de mesa";	Nº de ações; Nº clubes; % comunidade rep;	7 torneios; 120 participa/torneio; 100% comunidade;							
27			Execução do projeto "Campeonato Municipal de Futebol";	Nº de ações; Nº clubes; % comunidade rep;	30 ações; 20 clubes-SD; 100% comunidade;			*Programa da juventude, cultura, desporto e voluntariado; *Programa Nascer e Crescer com Oportunidades;	X			
28			Execução do projeto "Torneio de Andebol masculino e feminino";	Nº de ações; Nº clubes; % comunidade rep;	3 ações; 2 clubes; 33% comunidades;					X		
29			Execução do projeto "Torneio de basquetebol masculino";	Nº de ações; Nº clubes; % comunidade rep;	3 ações; 4 clubes; 33% comunidade;							X
30			Execução do projeto "Realização de provas de ciclismo no município";	Nº de ações; Nº ciclistas;	3 ação; 120 participantes;							X

Nº ação	Eixo	Pelouros	Projetos e Ações- Ano económico 2024;	Indicadores	Metas 2024	Alinhamento estratégico;			Fontes de Verificação	Cronograma de Execução			
						Programas do PEMDS-SD	Programas do (PAMRR-SD)	Principais ODS's		I	II	III	IV
Objetivo estratégico: Dinamizar e apoiar o desporto escolar, comunitário, formação de clubes e escolas de desportos e desenvolvimento de talentos através de criação de infraestruturas desportivas e eventos desportivos, que elevam o talento e nome do concelho na área desportiva;													
Desporto													
CAPITAL HUMANO													
31			Execução do Projeto "Organização de jogos de Mesa entre localidades";	Nº de ações; Nº participantes; % comunidade rep;	3 ações; 60 participantes; 100% comunidades;					X			
32			Execução do Projeto "Organização de jogos de praia em Praia Baixo";	Nº de ações; Nº clubes; % comunidades rep;	2 ações; 100 atletas; 60% comunidades;					X			
33			Provas de atletismo, nas modalidades de trail curto, corrida de estrada e caminhadas;	Nº de ações; Nº clubes; % comunidades rep;	2 ações; 45 atletas; 70% comunidades;					X			
34			Realização de uma Gala Municipal do Desporto-1º edição;	Nº de atletas premiados; Nº modalidades; Nº atletas homenageados; Nº participantes;	27 premeações; 9 modalidades; 40 homenageados; 200 participantes;								X
35			Capacitação e reciclagem de árbitros em diferentes modalidades;	Nº ações; Nº beneficiários;	2 ações; 20 beneficiários;								X
36			Criação de corpo de Staff interno-CMSD, para realização de campeonatos e assessorar as equipas federadas a nível do concelho;	Novo Staff criado; Nº de membros; Nº equipas assessoradas;	1 staff-desportivo; 4 membros; 18 equipas beneficiadas;								X

Nº ação	Eixo	Pelouros	Projetos e Ações- Ano económico 2024;	Indicadores	Metas 2024	Alinhamento estratégico;			Fontes de Verificação	Cronograma de Execução			
						Programas do PEMDS-SD	Programas do (PAMRR-SD)	Principais ODS's		I	II	III	IV
Objetivo estratégico: Dinamizar e apoiar o desporto escolar, comunitário, formação de clubes e escolas de talentos através de criação de infraestruturas desportivas e eventos desportivos, que elevam o talento e nome do concelho na área desportiva;													
Desporto													
CAPITAL HUMANO													
37			Programa de apoio logísticas para as equipas federadas e outros clubes do concelho;	Nº de equipas apoiadas; Nº de projetos e ações;	1 equipas federadas e 4clubes ; 12 ações e 3 projetos;						X	X	
38			Concurso municipal de natação em águas abertas em Praia Baixo;	Nº de atletas premiados; Nº participantes;	15 atletas; 600 participantes;						X		
39			Execução Projeto "Copa futsal-São Domingos 2024;"	Nº de clubes; representação comunitária;	15 clubes; 15 comunidades-SD;			*Programa da juventude, cultura, desporto e voluntariado;				X	
40			Realização do torneio de golf no município;	Nº de atletas; Premeações;	10 atletas; 3 premeações;			*Mais Desporto, Mais Saúde;				X	
41			Co-elaboração e arranque da execução dos projetos de construção de campo relvado em NSL e reabilitação de Placas desportivas mais obsoletas;	Nº projetos; Nº de placas reabilitadas;	6 projetos; 1 campo relvado; 5 placas;			*Programa Nacer e Crescer com Oportunidades;				X	X
42			Promoção de programas de caminhadas pelo município;	Nº de ações; Nº médio participantes/ ação;	12 ações; 30 particip/ação;						X	X	X
43			Realização jogos infantis em diferentes modalidades;	Nº de atletas; Nº modalidades;	250 crianças; 3 modalidades;						X	X	X

Nº ação	Eixo	Pelouros	Projetos e Ações- Ano económico 2024;	Indicadores	Metas 2024	Alinhamento estratégico;			Fontes de Verificação	Cronograma de Execução														
						Programas do PEMDS-SD	Programas do (PAMRR-SD)	Principais ODS's		I	II	III	IV											
Objetivo estratégico: Proporcionar melhores condições de ensino e aprendizagem, promovendo o acesso ao ensino básico obrigatório, formação profissional e ensino superior aos jovens em situação de vulnerabilidade e exclusão social; Objetivo estratégico: Criar incentivos de promoção e de desenvolvimento de pequenos negócios, beneficiando os jovens com formação técnico-profissional nas áreas de interesse para o Concelho;																								
44			Co-organização -Natal de crianças em situação de vulnerabilidade, em parceria com o pelouro da Coesão Social;	Nº de ações; Nº de participantes; Nº de Kit 's	12 ações; 350 crianças; 350 Kit 's;								X											
45			Comemoração do dia internacional da juventude;	Nº de ações; Nº participantes; Nº protocolos;	4 ações; 200 jovens; 3 protocolos;								X											
46			Projeto "Reabilitação e apetrechamento dos centros comunitários, em colaboração com o pelouro das Infraestruturas;	Nº de Centros; Nº Jovens beneficiados;	5 Centros; 500 jovens;							X												
47			Programa comemorativo "Semana Municipal da Juventude";	Nº de ações; Nº participantes; Nº protocolos;	6 ações; 300 jovens; 5 protocolos;								X											
48			Implementação do Programa/projeto- Voluntariado em ação- SD;	Nº de membros; Nº de comunidades representado;	37 membros; 37 comunidades;							X	X											
49			Promoção de intercâmbios juvenis entre localidades;	Nº ações; Nº Jovens; Nº comunidades;	6 Intercâmbios; 1200 jovens; 37 comunidades;							X	X											
50			Continuação programa de ação-Empoderamento das Associações Juvenis e comunitárias do concelho;	Nº de ações; Nº de associações; Nº de membros;	24 ações; 5 Juvenis e 12 comunitárias; 600 membros;							X	X											

1. EXECUTIVO MUNICIPAL E DISTRIBUIÇÃO DE FUNÇÕES
9.NOTA EXPLICATIVA DO ORÇAMENTO PARA O ANO DE 2024
8.1 ENQUADRAMENTO ECONOMICO NACIONAL

Para o ano de 2024 os orçamentos municipais em Cabo Verde, à semelhança do Orçamento Geral de Estado, enquadram-se num mundo incerto, imprevisível e turbulento devido aos múltiplos choques dos últimos anos, com reflexo no Orçamento do Estado para 2024 e, por conseguinte, nos dos municípios.

A nível nacional, de acordo com os dados do Ministério das Finanças de do Fomento Empresarial, em 2024, a economia cabo-verdiana deverá crescer cerca de 4,7%, face ao de 5,7% previsto para o corrente ano. A taxa de inflação situar-se-á em torno dos 2,8%, o défice público deverá, em 2024, atingir cerca de 2,9% do PIB, face ao previsto para 2023 (3,5% do PIB), o saldo primário positivo será reforçado, e o rácio da dívida pública/PIB deverá manter a tendência decrescente dos últimos dois anos, atingindo cerca de 114,7% e 110,5% do PIB em 2023 e 2024, respetivamente.

O Governo propõe, em linha com o PEDS II, “orientar as medidas de política económica para a aceleração da diversificação da economia cabo-verdiana, tornando-a mais inteligente, mais verde, mais azul e mais sustentável, com a aceleração da transição energética e das reformas para a descarbonização da economia, a transição digital e a transição para uma economia circular.”

O Governo pretende realizar programas, implementar medidas e mobilizar recursos para a realização anual do PEDS II, com 28 programas, agrupados em quatro Pilares estratégicos, nomeadamente: (i) Estado Social, (ii) Economia, (iii) Soberania e (iv) Ambiente, através do OE 2024, no montante total de 85.949 milhões de CVE, distribuídos de acordo com as prioridades definidas. Foram alocados ao Pilar Estado Social, o equivalente a 43,5%, 12.973 milhões de CVE ao Pilar Economia, equivalente a 15,1%, 13.343 milhões de CVE ao Pilar Soberania, equivalente a 15,5% e cerca de 4.775 milhões de CVE alocados ao Pilar Ambiente, equivalentes a 5,6% do total do OE 2024.

Merecem em especial a nossa as propostas de medidas orçamentais, particularmente para as autarquias locais e que devemos ter em dívida conta na elaboração do Orçamento para 2024.

- Fundo de Financiamento dos Municípios, com o montante fixado em 4.229.176.253 CVE (quatro mil milhões, duzentos e vinte e nove milhões, cento e setenta e seis mil, duzentos e cinquenta e três escudos), para o ano de 2024, distribuído conforme constante do Mapa X, anexo à presente lei., em o município vê a sua participação a aumentar em 15%, a partir dos critérios de cálculos fixados por Lei.
- Acesso as garantias financeiras do Estado e transferências de ativos, para investimentos em setores de interesse público para os municípios, visando investimentos em setores de interesse público, nomeadamente, ordenamento do território e habitação social; saneamento e tratamento de resíduos sólidos; transição energética; economia circular e desporto.
- Restituição do IVA aos Municípios, nos termos do artigo 19º da Lei 79/VII/2005, de 5 de setembro, com situação fiscal regularizada é automática, nos termos a regulamentar por Portaria do membro do Governo responsável pela área das finanças

ENQUADRAMENTO MUNICIPAL

No plano local, graças aos esforços na implementação de projetos e programadas da nossa Plataforma eleitoral e do PEMDS de São Domingos, a equipa camarária em exercício desde outubro de 2020, apresenta o seu orçamento para 2024 num clima de grande satisfação dos munícipes e dos visitantes pela obras realizadas, que mesmo em situação de crise, fizeram melhor significativamente os indicadores de desenvolvimento, como confirma a evolução de São Domingos no Índice de Coesão Territorial (IcT) 2023, tendo acusado melhoramentos significativos em relação ao ano anterior (da 18ª posição com IcT=82,6, para 16ª posição com IcT=85), embora continue ainda com o valor do índice inferior à media nacional, juntamente com mais 13 municípios.

Com feito, em virtude de melhoramentos substanciais das condições com intervenções do poder local, quanto à ligação do alojamento a rede pública de distribuição de água, aumento do abastecimento de água através da rede pública, reabilitação de habitações e apoio às famílias, transportes escolares (aquisição de dois autocarros), investimentos no saneamento e nas redes viárias (estradas municipais), investimentos nas infraestruturas e ordenamento do território (Ribeirão Chiqueiro), no empreendedorismo e na promoção cultural e desportiva, São Domingos marca diferença quanto ao ritmo de desenvolvimento, com investimentos e receitas municipais em trajetória ascendentes a ritmos nunca conhecidos nos mandatos anteriores, mesmo quando as equipas anteriores tiveram maiores apoios do Governo.

Por outro lado, deve-se assinalar os resultados alcançados quanto de regularização de pendentes com bancos, segurança social e fornecedores de serviços, num esforço contínuo de consolidação que já regista resultados

positivos muito evidentes e com reflexo na relativa diminuição de encargos financeiros, racionalização de despesas e aumento de receitas capacidade de endividamento do município.

Assim, município o continuará na senda de realizações para a promoção da economia local, focado na implementação do PEMDS 2020-2024, a contribuindo para uma gestão mais eficaz e eficiente do território e no do seu Plano de Resultados Rápidos para o Relançamento do Desenvolvimento do Município de São Domingos, aprovado em 2021, no quadro da nova abordagem do processo de desenvolvimento e a implementação do programa de governação local, visando a realização dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS) e retomados no Plano Estratégico de Desenvolvimento Sustentável (PEDS), tendo em conta os pilares estratégicos seguintes e alinhados com os ODS :

- a) Economia (1 - erradicar a pobreza, 2- erradicar a fome, 8 - trabalho digno e crescimento económico, 9- indústrias, inovação e infraestruturas, 12 - Produção e consumo sustentáveis);
- b) ii) Sociedade (3- saúde de qualidade, 4- educação de qualidade, 5 - igualdade do Género, 10 - reduzir as desigualdades, 11 - 16 - paz justa e instituições eficazes);
- c) iii) Ambiente (6 - água potável e saneamento, 7- Energias renováveis, 13- ação climática 14 - proteger a vida marinha, 15 - proteger a vida terrestre);
- d) iv) Parcerias (17 parceria para a implementação dos objetivos).

A câmara propõe como objetivo arrecadar de 650.825.033\$00 (seiscentos e cinquenta milhões, oitocentos e vinte e cinco mil, trinta e três escudos) receitas, incluindo empréstimo e a participação no FFM e na previsão da cobrança do imposto e contratos programas com o Governo, para cobrir despesas no valor de 650.825.033\$00 (seiscentos e cinquenta milhões, oitocentos e vinte e cinco mil, trinta e três escudos).

1.2. Estratégias e Desafios das Finanças Públicas do Município

A estratégia de gestão das finanças públicas municipais continuará a ter como prioridade proteger a saúde e as famílias, viabilizando a massificação da vacinação, a proteção do rendimento, o relançamento da atividade económica e a aceleração do crescimento. A nível das finanças públicas, o Executivo Municipal é convocado a fazer uma gestão financeira com rigor, transparência e disciplina, tendo em conta a concretização dos seguintes desafios:

Melhoria da Gestão Orçamental;

Implementação de uma Programação Financeira;

Gestão de Tesouraria;

Prestação de Contas Trimestrais, com indicadores de resultados;

Gestão rigorosa da Dívida Pública Municipal, assente na sustentabilidade.

PROPOSTA DE ORÇAMENTO

A satisfação das necessidades coletivas das populações requer um conjunto de meios, para os quais, são necessárias a arrecadação de receitas e a realização de despesas, processo este, da responsabilidade da Câmara Municipal, pelo que, através da elaboração do Orçamento Municipal, prevê as receitas a arrecadar, em equilíbrio com as despesas a realizar.

O Orçamento do Município de São Domingos para o ano de 2024 tem definidas as prioridades para um desenvolvimento sustentável e harmonioso do Município, contribuindo para a melhoria das condições de vida das populações.

Na elaboração deste instrumento, pautou-se, pois, por avaliar e prever cautelosamente os recursos financeiros e as realizações, entendidas como necessariamente prioritárias, face à complementaridade subsequente com a estratégia assumida, que também tem, em conta, as condições indispensáveis que garantam a melhoria da qualidade dos serviços prestados aos munícipes.

Este documento previsional, que provém do planeamento operacional, deve garantir o cumprimento dos princípios e regras legalmente estabelecidos. A sua regulamentação é a que consta na Lei n.º 79/VI/2005, de 05 de setembro, que aprova a Lei das Finanças Locais, as normas específicas da Lei n.º 134/IV/95, de 03 de julho (Estatuto dos Municípios) e está adaptado às exigências do novo classificador orçamental, estabelecido pelo Decreto-lei n.º 37/2011, de 30 de dezembro, que se aplica com as necessárias adaptações aos Municípios.

Com efeito, no quadro do novo classificador orçamental definido pelo preceito legal referido que orienta a elaboração e reconfiguração deste orçamento, as receitas públicas são classificadas, conforme dispõe o seu artigo 3º, em Receitas Correntes e Receitas de Capital.

As receitas Correntes, são as que se repercutem no património não duradouro da autarquia e são provenientes de rendimentos no período orçamental, quer pelo aumento do ativo financeiro, quer pela redução do património não duradouro, esgotando-se o processo da sua cobrança

dentro do período financeiro anual.

Designam-se por receitas de Capital, as receitas arrecadadas pela autarquia que alteram o seu património duradouro, porque aumentam o ativo e passivo de médio e longo prazo, ou reduzem o património duradouro da autarquia.

O presente Orçamento cumpre com as regras e princípios orçamentais, nomeadamente, com o princípio do Equilíbrio Orçamental, o Princípio da Unidade e o Princípio da Universalidade.

9. MAPA RESUMO DA PREVISÃO ORÇAMENTAL

O Mapa I das Receitas do Orçamento Municipal para o ano económico de 2024, que integra os Impostos, as Transferências, Outras Receitas e os Ativos Não Financeiros, ascende ao valor global de 650.825.033\$00 (seiscentos e cinquenta milhões, oitocentos e vinte e cinco mil, trinta e três escudos), o que significa um aumento em termos absolutos de 136.842.250\$00 (cento e trinta e seis milhões, oitocentos e quarenta e dois mil, duzentos e cinquenta escudos), comparativamente ao orçamento retificativo de 2023.

Como se poderá verificar da análise à estrutura orçamental refletida no quadro seguinte, encontra-se assegurado “ex. ante”, o cumprimento do princípio do equilíbrio orçamental, estabelecido no art.º 24º, n.ºs 1 e 2 da Lei n.º 79/VI/2005, de 05 de setembro, que aprova o Regime Financeiro das Autarquias Locais, segundo o qual o orçamento deverá prever os recursos necessários para cobrir todas as despesas nele inscritas, devendo as receitas correntes ser pelo menos igual às despesas correntes.

10. PREVISÃO ORÇAMENTAL

Tabela 1- Previsão Orçamento 2024

PREVISÃO ORÇAMENTAL 2024		
RECEITAS 2024	Valor Previsto	%
Receitas correntes	292,271,793.00	44.91%
Receitas capital (Investimentos)	345,928,422.00	53.15%
Defice Global (Financiamento)	12,624,818.00	1.94%
TOTAL GERAL	650,825,033.00	100.00%
DESPESAS 2024	Valor previsto	%
Despesas Correntes	212,419,210.00	32.64%
Despesas Capital (Investimentos)	425,781,005.00	65.42%
Empréstimos Obtidos (Amortização)	12,624,818.00	1.94%
TOTAL GERAL	650,825,033.00	100.00%

Gráfico 1 - Previsão Orçamento Receitas 2024

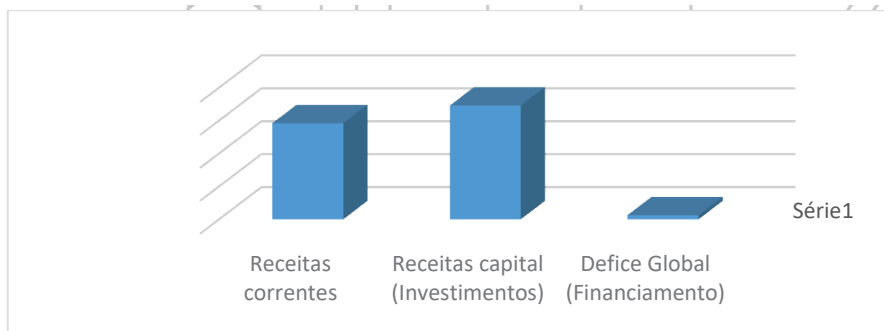
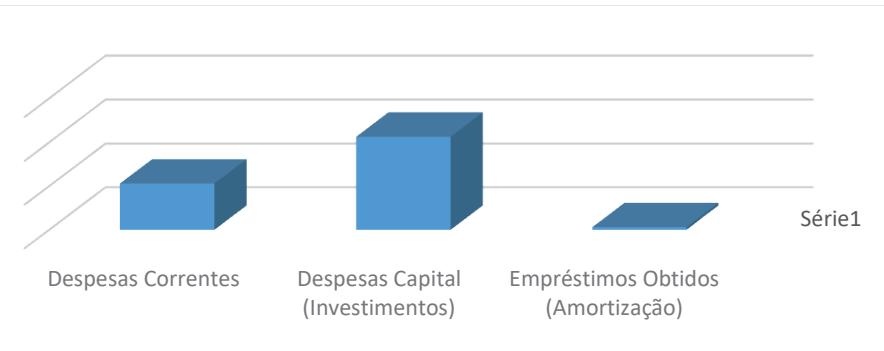


Gráfico 2 – Previsão Orçamento Despesas 2024



11. PRINCÍPIO DO EQUILÍBRIO ORÇAMENTAL

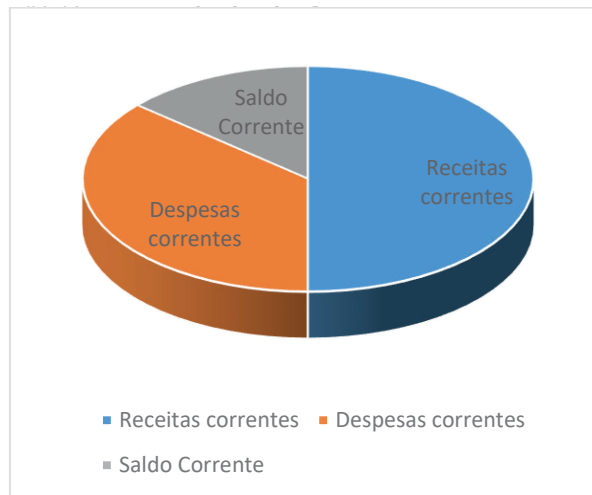
As receitas correntes para o ano de 2024 é de 292.271.793\$00 (duzentos e noventa e dois milhões, duzentos e setenta e um mil, setecentos e noventa e três escudos). Assim, e de acordo com o mapa resumo das receitas e despesas correntes para esse ano, verifica-se que o valor apurado para as despesas correntes é de 212.419.210\$00 (duzentos e doze milhões, quatrocentos e dezanove mil, duzentos e dez escudos), o que permite, à partida, cumprir com o estipulado no art.º 24º, n.ºs 1 e 2 da Lei n.º 79/VI/2005, de 05 de setembro. Isto é, as receitas correntes previstas para o ano de 2024, comparativamente às despesas correntes estimadas para o mesmo período, apresentam um diferencial positivo no valor de 79.852.583\$00

(setenta e nove milhões, oitocentos e cinquenta e dois mil, quinhentos e oitenta e Três escudos), o qual irá contribuir para financiar as despesas capitais, reforçando desta forma a capacidade de investimento municipal.

Tabela 2- Receitas e Despesas Correntes

RECEITA E DESPESAS CORRENTES	
Receitas correntes	292 271 793,00
Despesas correntes	212 419 210,00
Saldo Corrente	79 852 583,00

Gráfico 3- Comparação Receitas e Despesas Corrente



No que toca às receitas correntes, a Câmara Municipal optou por uma previsão baseada em prudência, sendo certo que será realizado esforço no sentido de aumentar as receitas de cobrança do IUP e Taxas Municipais, através de uma melhor fiscalização e eficiência dos serviços da administração fiscal municipal. Para o ano de 2024, prevê-se também incentivos fiscais à regularização de dívidas fiscais municipais:

1. Como redução em 50%, com perdão de 100% de juros, aos contribuintes que pagarem a totalidade de IUP anual em dívida;
2. Redução em 30%, com perdão de 100% de juros aos contribuintes que optarem pelo parcelamento, do total do IUP anual em dívida.
3. O parcelamento é fixado mediante o pagamento de 50% do Total do IUP anual em dívida, e calculado em prestações mensais e consecutivas, e vai até o limite máximo de 12 (doze) prestações.
4. O presente incentivo inicia a 01 de fevereiro de 2024 e termina a 30 de setembro de 2024

A tabela que se segue demonstra a evolução dos crescimentos municipais nos últimos 3 (três) anos:

Mapa Comparativo de execução de receitas referente aos anos 2020/2021/2022/2023 até setembro

Código	Designação	Ano 2020	Ano 2021	Ano 2022	Ano 2023 Setembro	Taxa crescimento	
						2020/2021	2021/2022
01.	Receitas	219 114 590,00	253 993 818,00	454 024 199,00	174 720 616,00	15,92%	78,75%
01.01	IMPOSTOS	6 779 978,00	11 759 575,00	14 986 832,00	10 608 841,00	73,45%	27,44%
01.01.03	Imposto sobre património	5 130 743,00	9 688 707,00	12 837 992,00	8 595 994,00	88,84%	32,50%
01.01.03.01	Imposto Único sobre património	5 130 743,00	9 688 707,00	12 837 992,00	8 595 994,00	88,84%	32,50%
01.01.03.01.01	Pessoas singulares	5 130 743,00	9 688 707,00	12 837 992,00	8 595 994,00	88,84%	32,50%
01.01.04	Impostos sobre bens e serviços	1 563 780,00	1 878 760,00	1 935 500,00	1 859 800,00	20,14%	3,02%
01.01.04.01	Sobre Bens e Serviços	-	-	-	-	-	-
01.01.04.05	Outros impostos	1 563 780,00	1 878 760,00	1 935 500,00	1 859 800,00	20,14%	3,02%
01.01.04.05.01	Imposto de circulação de veiculos automoveis	1 563 780,00	1 878 760,00	1 935 500,00	1 859 800,00	20,14%	3,02%
01.01.06.01	Imposto selo	85 455,00	192 108,00	213 340,00	153 047,00	124,81%	11,05%
01.01.06.01.01	Outros (selo)	85 455,00	192 108,00	213 340,00	153 047,00	124,81%	11,05%
01.03	Transferências	199 065 507,00	195 533 739,00	259 225 918,00	138 035 238,00	-1,77%	32,57%
01.03.01.01.03	Donativos direto	-	-	2 428 689,00	-	-	-
01.03.03	Das administração publicas	199 065 507,00	195 533 739,00	256 797 229,00	138 035 238,00	-1,77%	31,33%
01.03.03.01	Correntes	156 103 848,00	154 406 749,00	154 406 756,00	113 728 352,00	-1,09%	0,00%
01.03.03.01.01	Administraçã Central	156 103 848,00	154 406 749,00	154 406 756,00	113 728 352,00	-1,09%	0,00%
01.03.03.02	Capital	42 961 659,00	41 126 990,00	102 390 473,00	24 306 886,00	-4,27%	148,96%
01.03.03.02.01	Administração central	42 961 659,00	41 126 990,00	102 390 473,00	24 306 886,00	-4,27%	148,96%

01.04	Outras receitas	6 280 448,00	26 181 933,00	17 887 120,00	17 473 428,00	316,88%	-31,68%
01.04.01	Rendimento de propriedade	427 420,00	35 000,00		100 000,00	-91,81%	-100,00%
01.04.01.05	Rendas	427 420,00	35 000,00	-	100 000,00	-91,81%	-100,00%
01.04.01.05.07	Outras rendas	427 420,00	35 000,00		100 000,00	-91,81%	-100,00%
01.04.02	Vendas de bens e serviços	48 590,00	80 430,00	79 837,00	61 967,00	65,53%	-0,74%
01.04.02.01	Vendas de bens correntes	48 590,00	80 430,00	79 837,00	61 967,00	65,53%	-0,74%
01.04.02.01.03	Publicações e impressos	48 590,00	80 430,00	79 837,00	61 967,00	65,53%	-0,74%
01.04.02.02	Taxa de prestação de serviços	3 750 744,00	7 547 551,00	8 310 660,00	6 883 149,00	101,23%	10,11%
01.04.02.02.01	Prestações de serviços	3 750 744,00	7 547 551,00	8 310 660,00	6 883 149,00	101,23%	10,11%
01.04.02.02.01.00.02	Taxa de serviços agrícola e pecuária	-					
01.04.02.02.01.00.07	Taxa de serviço de comércio	387 000,00	695 000,00	599 000,00	615 000,00	79,59%	-13,81%
01.04.02.02.01.00.08	taxa de exploração de água	-					
01.04.02.02.01.00.09	Taxa de serviços de secretaria	446 320,00	1 182 570,00	1 267 990,00	1 436 850,00	164,96%	7,22%
01.04.02.02.01.01.00	taxas de loteamento e execução de obras	600 779,00	1 333 169,00	1 596 071,00	1 173 654,00	121,91%	19,72%
01.04.02.02.01.01.03	Taxa de ocupação e utilização de locais reservados a mercados e feiras	11 990,00	5 500,00		1 100,00	-54,13%	-100,00%
01.04.02.02.01.01.08	Taxa de autorização de vendas ambulante nas vias e recintos públicos	1 248 000,00	2 213 050,00	3 087 415,00	1 630 800,00	77,33%	39,51%
01.04.02.02.01.01.09	Taxa de serviço de enterramento, concessão de terreno e uso de jazigos de ossários e de outras	18 920,00	468 160,00	23 280,00	159 480,00	2374,42%	-95,03%
01.04.02.02.01.02.00	Taxa de viacao	879 240,00	1 393 715,00	1 254 490,00	825 950,00	58,51%	-9,99%
01.04.02.02.01.03.04	Taxas pela emissão de outras licenças não prevista nas rubricas anteriores	158 495,00	256 387,00	476 914,00	670 315,00	61,76%	86,01%
01.04.02.02.01.09.09	Outras taxas	-		5 500,00	370 000,00		
01.04.02.03	Taxas de outros serviços	492 850,00	12 405 807,00	4 972 278,00	2 172 989,00	2417,16%	-59,92%
01.04.02.03.09	Outros	492 850,00	12 405 807,00	4 972 278,00	2 172 989,00	2417,16%	-59,92%
01.04.02.04	Emolumentos pessoais	852 679,00	786 851,00	128 800,00	1 745 900,00	-7,72%	-83,63%
01.04.02.04.09	Serviços diversos	852 679,00	786 851,00	128 800,00	1 745 900,00	-7,72%	-83,63%
01.04.03	Multas e outras penalidades	88 821,00	161 136,00	317 971,00	188 654,00	81,42%	97,33%
01.04.03.04	Taxa de relaxe	6 108,00	9 746,00	23 389,00	28 530,00	59,56%	139,99%
01.04.03.05	Multas por infrações ao código de posturas	11 250,00	113 750,00	141 075,00	53 575,00	911,11%	24,02%
01.04.03.06	Juros de mora	71 463,00	37 640,00	153 507,00	106 549,00	-47,33%	307,83%
01.04.04	Outras transferências	619 344,00	5 165 158,00	4 077 574,00	6 320 769,00	733,97%	-21,06%
01.04.04.01	Correntes	619 344,00	5 165 158,00	4 077 574,00	6 320 769,00	733,97%	-21,06%
03.01	ACTIVOS NÃO FINANCEIROS	6 988 657,00	20 518 571,00	161 924 329,00	8 603 109,00	193,60%	689,16%
01.04.05.02	Reposições não abatidas no pagamento	11 100,00	4 946,00	1500		-55,44%	-69,67%
03.01.01.02.04.02	Vendas de Outras maquinarias e equipamentos	-	6 230 714,00	93 250,00	1 600 000,00		-98,50%
03.01.04.01.02.02	Vendas de terreno de dominio publico	387 245,00	582 911,00	1 829 579,00	7 003 109,00	50,53%	213,87%
03.01.01.06.02	Outros passivos financeiros aquisições	6 590 312,00	13 700 000,00	160 000 000,00		107,88%	1067,88%

Mapas Evolução de execução Orçamental -Despesas 2020/2021/2022 a Setembro 2023							
Rubrica	Designação	Ano				Taxa crescimento	
		2020	2021	2022	2023 ate setembro	2020/2021	2021/2022
						%	%
	Despesas Correntes	182 962 162,00	213 737 983,00	222 249 129,00	186 511 435,00	16,82%	3,98%
0 2	Despesas						
02.01	Despesas com o pessoal	122 827 302,00	141 246 695,00	133 876 257,00	88 661 319,00	15%	-5%
02.01.01	Remunerações certas e Permanentes	122 827 302,00	141 246 695,00	133 876 257,00	88 661 319,00	15,00%	-5,22%
02.01.01.01	Remunerações e abonos	111 792 481,00	121 332 230,00	118 421 672,00	76 911 482,00	8,53%	-2,40%
02.01.01.01.01	Pessoal dos quadros especiais	9 656 176,00	16 694 505,00	16 427 032,00	10 372 856,00	72,89%	-1,60%
02.01.01.01.02	Pessoal do quadro	27 553 229,00	28 882 062,00	27 610 742,00	18 012 100,00	4,82%	-4,40%
02.01.01.01.03	Pessoal contratado	74 583 076,00	75 755 663,00	74 383 898,00	48 526 526,00	1,57%	-1,81%
02.01.01.02	Abonos variáveis ou eventuais	9 693 287,00	19 444 265,00	15 013 585,00	11 749 837,00	100,60%	-22,79%
02.01.01.02.01	Gratificações permanentes	354 729,00	390 995,00	408 000,00	306 000,00	10,22%	4,35%
02.01.01.02.02	Subsídios permanentes	0,00	860 400,00	840 000,00	630 000,00		-2,37%
02.01.01.02.03	Despesas de representação	243 440,00	224 400,00	244 800,00	163 200,00	-7,82%	9,09%
02.01.01.02.04	Gratificações eventuais	743 351,00	7 930 118,00	9 239 740,00	6 167 947,00	966,81%	16,51%
02.01.01.02.05	Horas extraordinárias	6 519 469,00	3 505 182,00	3 453 549,00	2 858 916,00	-46,24%	-1,47%
02.01.01.02.06	Alimentação e alojamento	0,00	95 340,00	27 862,00	257 814,00		-70,78%
02.01.01.02.07	Formação		3 522 110,00	615 722,00	1 083 760,00		-82,52%
02.01.01.02.09	Outros suplementos e abonos	790 569,00	2 915 720,00	183 912,00	282 200,00	268,81%	-93,69%
02.01.01.03	Dotação provisional	122 400,00	0,00	0,00	0,00	-100,00%	
02.01.01.03.02	Recrutamentos e nomeações	122 400,00				-100,00%	
02.01.02	Segurança Social	1 219 134,00	470 200,00	441 000,00	0,00	-61,43%	-6,21%
02.01.02.01	Segurança social dos agentes do Município	1 219 134,00	470 200,00	441 000,00	0,00	-61,43%	-6,21%
02.01.02.01.01	Contribuições para a segurança social	915 188,00				-100,00%	
02.01.02.01.03	Abono de família	299 800,00	470 200,00	441 000,00		56,84%	-6,21%
02.01.02.01.09	Encargos diversos de segurança social	4 146,00				-100,00%	
02.02	Aquisição de bens e serviços	28 074 390,00	21 580 770,00	28 341 074,00	29 720 224,00	-23,13%	31,33%
02.02.01	Aquisição de bens	12 605 752,00	6 006 694,00	5 444 083,00	6 465 008,00	-52,35%	-9,37%
02.02.01.00.00	Livros e documentação técnica	84 380,00				-100,00%	
02.02.01.00.02	Medicamentos	19 084,00				-100,00%	
02.02.01.00.03	Produtos alimentares	54 424,00				-100,00%	
02.02.01.00.04	Roupa, vestuário e calçado	96 674,00	221 908,00	22 000,00	22 728,00	129,54%	-90,09%
02.02.01.00.05	Material de escritório	1 825 541,00	1 425 230,00	524 491,00	772 716,00	-21,93%	-63,20%
02.02.01.00.06	Material de consumo clínico	26 804,00				-100,00%	
02.02.01.00.08	Material de educação, cultura e recreio	3 600,00		37 300,00	29 238,00	-100,00%	
02.02.01.00.09	Material de transporte – peças	1 166 985,00	488 451,00	7 000,00	795 254,00	-58,14%	-98,57%
02.02.01.01.01	Artigos honoríficos e de decoração	26 331,00	30 635,00	55 080,00	71 406,00	16,35%	79,79%
02.02.01.01.02	Combustíveis e lubrificantes	8 203 536,00	1 565 557,00	2 425 659,00	2 975 787,00	-80,92%	54,94%
02.02.01.01.03	Material de limpeza, higiene e conforto	657 867,00	359 832,00	322 613,00	177 689,00	-45,30%	-10,34%
02.02.01.01.04	Material de conservação e reparação	308 066,00	1 322 614,00	1 661 745,00	642 784,00	329,33%	25,64%
02.02.01.09.09	Outros bens	132 460,00	592 467,00	388 195,00	977 406,00	347,28%	-34,48%
02.02.02	Aquisição de serviços	15 468 638,00	15 574 076,00	22 896 991,00	23 255 216,00	0,68%	47,02%
02.02.02.00.01	Rendas e alugueres	239 888,00	1 233 241,00	923 196,00	1 048 681,00	414,09%	-25,14%
02.02.02.00.02	Conservação e reparação de bens	7 940 963,00	493 237,00	419 331,00	361 636,00	-93,79%	-14,98%
02.02.02.00.03	Comunicações	696 623,00	1 809 051,00	725 533,00	1 878 192,00	159,69%	-59,89%
02.02.02.00.04	Transportes	703 524,00	131 082,00	204 402,00	92 998,00	-81,37%	55,93%
02.02.02.00.05	Água	379 353,00	332 634,00	158 155,00	93 119,00	-12,32%	-52,45%
02.02.02.00.06	Energia eléctrica	769 752,00	262 379,00	232 360,00	157 232,00	-65,91%	-11,44%
02.02.02.00.07	Publicidade e propaganda	187 683,00	233 767,00	121 773,00	172 276,00	24,55%	-47,91%
02.02.02.00.08	Representação dos serviços	43 080,00	875 107,00	853 951,00	552 425,00	1931,35%	-2,42%
02.02.02.00.09	Deslocações e estadas	216 050,00	968 930,00	2 081 894,00	2 019 901,00	348,47%	114,87%
02.02.02.01.00	Vigilância e segurança	0,00	36 420,00		105 000,00		-100,00%
02.02.02.01.01	Limpeza, higiene e conforto	25 875,00	16 570,00	4 600,00		-35,96%	-72,24%
02.02.02.01.02	Honorários	0,00		230 000,00			
02.02.02.01.03.01	Assistência técnica – residentes	2 423 449,00	6 889 673,00	11 229 598,00	14 511 004,00	184,29%	62,99%
02.02.02.01.03.02	Assistência técnica – não residentes	176 470,00				-100,00%	
02.02.02.01.04	Outros encargos da dívida	141 158,00	272 909,00			93,34%	-100,00%
02.02.02.09.09	Outros serviços	1 524 770,00	2 019 076,00	5 712 198,00	2 262 752,00	32,42%	182,91%

02.04	Juros e outros encargos	8 754 437,00	8 330 299,00	9 531 512,00	4 000 000,00	-4,84%	14,42%
02.04.01	Juros da dívida pública externa	0,00	0,00				
02.04.02	Juros da dívida pública interna	8 754 437,00	8 330 299,00	9 531 512,00	4 000 000,00	-4,84%	14,42%
02.06	Transferências	200 000,00	0,00	0,00	0,00	-100,00%	
02.06.03	Administrações Públicas	200 000,00				-100,00%	
02.06.03.01.02	Municípios	200 000,00				-100,00%	
02.07	Benefícios Sociais	8 842 910,00	12 148 071,00	9 388 199,00	7 586 930,00	37,38%	-22,72%
02.07.01	Benefícios sociais em numerário	64 890,00	2 922 360,00	193 120,00	1 674 705,00	4403,56%	-93,39%
02.07.01.01.01	Pensões de aposentação	8 160 276,00	8 578 215,00	8 662 303,00	5 638 076,00	5,12%	0,98%
02.07.01.01.02	Pensões de sobrevivência	300 696,00	647 496,00	532 776,00	274 149,00	115,33%	-17,72%
02.07.01.02	Benefícios sociais em especie	36 000,00				-100,00%	
02.07.02.01.03	Evacuação de doentes	35 000,00				-100,00%	
02.07.02.01.09	Outros	246 048,00				-100,00%	
02.08	Outras despesas	14 263 123,00	30 432 148,00	41 112 087,00	56 542 962,00	113,36%	35,09%
02.08.01	Seguros	495 847,00	417 990,00	361 847,00	435 330,00	-15,70%	-13,43%
02.08.02	Outras despesas	13 547 098,00	29 982 320,00	40 644 040,00	56 107 632,00	121,32%	35,56%
02.08.04	Organizações não governamentais	0,00	10 800,00				-100,00%
02.08.05	Restituições	74 630,00	21 038,00	17 000,00		-71,81%	-19,19%
02.08.06	Indemnizações	0,00		89 200,00			
02.08.07	Outras despesas Residual	145 548,00				-100,00%	
3	Despesas de Capital	37 424 308,00	44 161 885,00	82 915 167,00	24 312 190,00	18,00%	87,75%
03.01	Activos Não Financeiros	37 424 308,00	44 161 885,00			18,00%	-100,00%
03.01.01	Activos Fixos	32 427 112,00	21 063 628,00	75 626 738,00	23 443 314,00	-35,04%	259,04%
03.01.01.01	Edifícios e Outras Construções	32 427 112,00	21 063 628,00	75 626 738,00	23 443 314,00	-35,04%	259,04%
03.01.01.01.06	Outras Construções	32 427 112,00	21 063 628,00		0,00	-35%	-100%
03.01.01.01.06.01	Aquisições de Outras Construções	32 427 112,00	21 063 628,00	75 626 738,00	19 996 470,00	-35,04%	259,04%
03.01.01.01.01	Edifícios para ensino		0,00		3 446 844,00		
03.01.01.02.01	Equipamento de transporte	2 310 867,00	13 700 000,00	4 926 988,00	188 482,00	492,85%	-64,04%
03.01.04	Recursos naturais	0,00	0,00	4 926 988,00	188 482,00		
03.01.01.02.01.01	Viaturas ligeiros de passageiros aquisições	2 310 867,00	13 700 000,00	4 926 988,00	188 482,00	492,85%	-64,04%
03.01.01.02.01.04	Motos e Motociclos	0,00	0,00	0,00	68 000,00		
03.01.01.02.01.06.01	Aquisições motos e motociclos	0,00			68 000,00		
03.01.01.02.02	Ferramentas e Utensílios	1 675 000,00	0,00	0,00	0,00	-100%	
03.01.01.02.02.01	Aquisição de Ferramentas e Utensílios	1 675 000,00				-100%	
03.01.01.02.03	Equipamento Administrativo	1 011 329,00	3 317 948,00	431 633,00	612 394,00	228%	-87%
03.01.01.02.03.01	Aquisição de equipamento administrativo	1 011 329,00	3 317 948,00	431 633,00	612 394,00	228%	-87%
03.01.01.02.04	Outra maquinaria e Equipamento	0,00	5 495 745,00	1 929 808,00	0,00		- 1
03.01.01.02.04.01	Aquisição de outra Maquinaria e Equipament	0,00	5 495 745,00	1 929 808,00			- 1
03.02.1.04.04	Activos Intangíveis não produzidos	0,00	584 564,00	0,00	0,00		-100,00%
03.02.01.04.04.01	Aquisição de Aplicação Informática	0,00	584 564,00				-100,00%
03.03	Passivos financeiros	6 120 145,00	6 698 811,00	121 546 052,00	0,00	9,46%	1714,44%
03.03.01	Mercado interno	0,00					
03.03.01.04.01	Amortizações de empréstimos obtidos	6 120 145,00	6 698 811,00	121 546 052,00	0,00	9,46%	1714,44%
03.03.01.04.02	Empréstimos Obtidos- Amortizações Pmi	6 120 145,00	6 698 811,00	121 546 052,00		9,46%	1714,44%
	Total Geral	226 506 615,00	264 598 679,00	426 710 348,00	210 823 625,00	16,82%	61,27%

A previsão das receitas para o orçamento do ano de 2024 foi efetuada com base nos fundamentos que sustentaram a previsão da receita em anos anteriores, por forma a garantir a uniformização dos critérios de previsão.

O exercício efetuado à previsão da receita é cada vez mais prudente, com a apresentação de estimativas mais equilibradas e que asseguram o equilíbrio das contas do Município. A proposta orçamental para o ano de 2024 demonstra uma total coerência e realismo nas projeções ao não contemplar a inscrição orçamental de projetos para os quais não estão garantidas, a priori, as fontes de financiamento.

13. ESTRUTURA DAS RECEITAS

A previsão da receita municipal para o ano de 2024, ascende a 650.825.033\$00 (seiscentos e cinquenta milhões, oitocentos e vinte e cinco mil, trinta e três escudos), sendo:

1. 292.271.793\$00 (duzentos e noventa e dois milhões, duzentos e setenta e um mil, setecentos e noventa e três escudos), correspondem a receitas orçadas a título corrente.

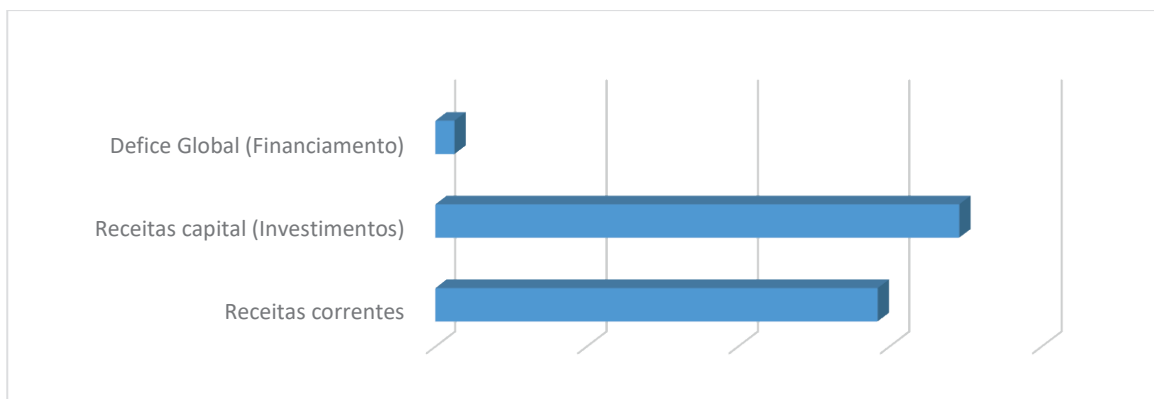
2. 345.928.422\$00 (trezentos e quarenta e cinco milhões, novecentos e vinte e oito mil, quatrocentos e vinte e dois escudos), correspondem a receitas de capital.

3. 12.624.818\$00 (doze milhões, seiscentos e vinte e quatro mil, oitocentos e dezoito escudos), corresponde ao financiamento através de empréstimo e saldo do exercício anterior.

A principal fonte de receita é a de natureza capital, que representa cerca de 53,15% do total estimado.

Tabela 5-Receita Previsional

PREVISÃO ORÇAMENTAL 2024		
RECEITAS 2023	Valor Previsto	%
Receitas correntes	292 271 793,00	44,91%
Receitas capital (Investimentos)	345 928 422,00	53,15%
Defice Global (Financiamento)	12 624 818,00	1,94%
TOTAL GERAL	650 825 033,00	100,00%



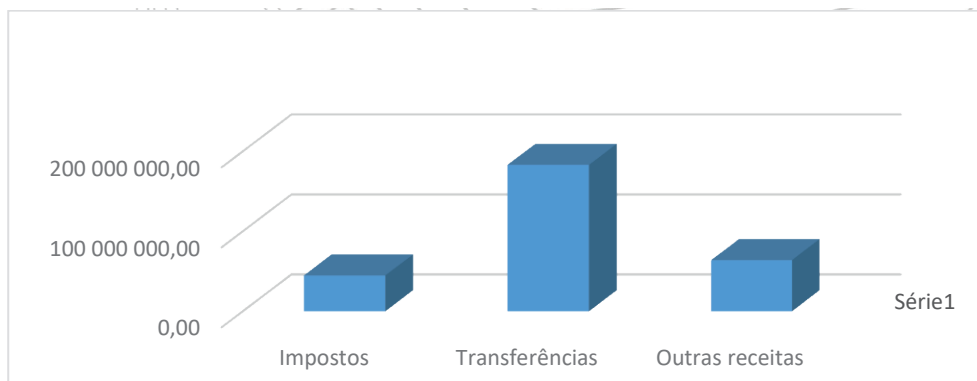
14. ESTRUTURA DAS RECEITAS CORRENTES

Relativamente a receitas correntes, destaca-se o predomínio das rubricas das Transferências Correntes (62,69%), seguida das Outras Receitas (21,95%) e dos Impostos (15,36%) que perfazem 100% das receitas correntes municipais. Realça-se o montante de previsão dos impostos, factos que resultarão dos incentivos a serem aplicadas como medida de aumentar a arrecadação dos impostos atrasados.

Tabela 6 - Composição Estrutura Receitas

Composição Estrutura Receitas Correntes			
Código	Designação	Valor	%
01.01	Impostos	44 900 000,00	15,36%
01.03	Transferências	183 222 966,00	62,69%
01.04	Outras receitas	64 148 827,00	21,95%
	Receitas Totais	292 271 793,00	100,00%

Gráfico 5-Composição Estrutura Receitas



15. TRANSFERÊNCIAS CORRENTES

As receitas provenientes das transferências correntes, constituem uma fonte privilegiada de financiamento. Nestas receitas enquadram o FFM (Fundo de Financiamento Municipal), a título de participação nos Impostos do Estado, traduzindo recursos financeiros, auferidos sem qualquer contrapartida, destinados ao financiamento de despesas. Neste orçamento o FFM continua a ser a maior componente da receita do Município, um montante 177.222.966\$00 (cento e oitenta e três milhões, duzentos e vinte e dois mil, novecentos e sessenta e seis escudos) representando 62,69% das receitas correntes. É de realçar o aumento do FFM para 2024 em cerca de 22.816.217\$00 (vinte e dois milhões, oitocentos e dezasseis mil, duzentos e dezasseis escudos), comparativamente ao montante de 154.406.749\$00 (cento e cinquenta e quatro milhões, quatrocentos e seis mil, setecentos e quarenta e nove escudos), previsto para o ano de 2023.

Tabela 7 Composição Transferências Correntes

Composição de Estrutura de Transferência Corrente					
Código	Designação	Valor	%	Valor 2023	Diferença
01.03.03.01.01	Administração Central	177 222 966,00	96,73%	154 406 749,00	22 816 217,00
01.03.03.01.02	Administração local	6 000 000,00	3,27%	2 000 000,00	4 000 000,00
	Total	183 222 966,00	100,00%	156 406 749,00	26 816 217,00

16. OUTRAS RECEITAS

Compreende as receitas provenientes basicamente rendimentos de propriedade (0,62%), Vendas de bens e serviços (82,38%), multas e outras penalidades (7,95%), e outras transferências (9,04%), do qual se se destacam as vendas de bens e serviços, com 82,38%, no valor de 52.848.827\$00 (cinquenta e dois milhões, oitocentos e quarenta e oito mil, oitocentos e vinte e sete escudos). A edilidade pretende vender remanescentes dos lotes do loteamento situado em Ribeirão Chiqueiro, bem como terrenos que pretende adquiridos em 2023 cujo destino é vendas.

Tabela 8 Composição Estrutura Outras Receitas

Composição de Estrutura de Outras Receitas			
Código	Designação	Valor	%
01.04.01	Rendimento de propriedade	400 000,00	0,62%
01.04.02	Vendas de bens e serviços	52 848 827,00	82,38%
01.04.03	Multas e outras penalidades	5 100 000,00	7,95%
01.04.04	Outras transferências	5 800 000,00	9,04%
	Total	64 148 827,00	100,00%

17. IMPOSTOS

Ao nível dos impostos, continua a destacar-se as receitas fiscais orçadas em sede do IUP (Imposto Único sobre o Património) que, neste orçamento, ascendem a 44.900.000\$00 (quarenta e quatro milhões e novecentos mil escudos), correspondente a 15,36% das receitas correntes. A sua previsão foi estabelecida tendo em conta os princípios da ponderação e da contenção e com base nos dados da cobrança dos últimos anos, bem como o acumulado de dívidas por cobrar.

Em 2024 com os incentivos fiscais propostos bem como a negociação dos dívidas acumuladas, irá permitir a Câmara Municipal a atingir a meta fixada.

Tabela 9- Composição Impostos

Composição Estrutura Imposto			
Código	Designação	Valor	%
01.01.03	Imposto Sobre Património	39 800 000,00	88,64%
01.01.04	Impostos sobre bens e serviços	4 800 000,00	10,69%
01.01.06	Outros Impostos	300 000,00	0,67%
	Total Geral	44 900 000,00	100,00%

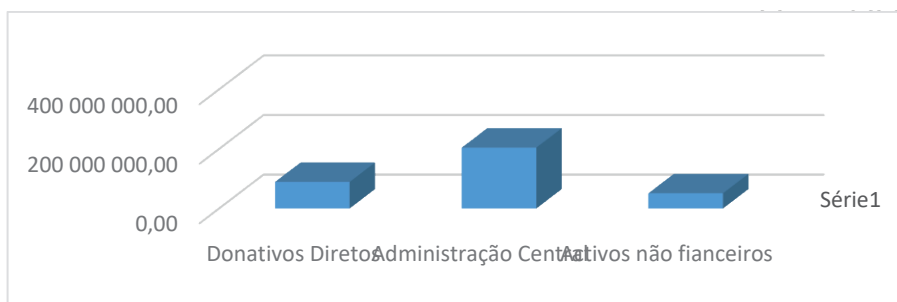
18. RECEITAS DE CAPITAL

As receitas de capital correspondem a 53,15% do total das receitas previstas para o ano de 2024. Estas receitas provêm essencialmente das transferências da Administração Central, com o peso de 59,20% do total das receitas de capital, no valor de 204.786.208\$00, (duzentos e quatro milhões, setecentos e oitenta e seis mil, duzentos e oito escudos), seguida das receitas provenientes dos Donativos, com o peso de 25,90% das receitas de capital, no valor de 89.592.214 (oitenta e nove milhões, quinhentos e noventa e dois mil, duzentos e catorze escudos), e a contribuição dos ativos não financeiros, com um percentual de 14,90%, no montante de 51.550.000\$00 (cinquenta e um milhões, quinhentos e cinquenta mil escudos).

Tabela 10 - Composição das Transferências de Capital

Composição de Receitas de transferência de Capital			
Código	Designação	Valor	%
01.03.01.02.03	Donativos Diretos	89 592 214,00	25,90%
01.03.03.02.01	Administração Central	204 786 208,00	59,20%
03.01	Activos não financeiros	51 550 000,00	14,90%
	Total Geral	345 928 422,00	100,00%

Gráfico 6- Composição das Transferências de Capital



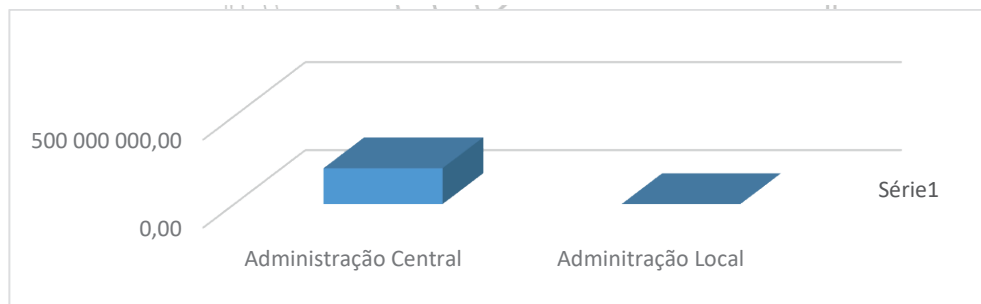
19. TRANSFERÊNCIA DE ADMINISTRAÇÃO CENTRAL E LOCAL

São transferências de recursos financeiros que se destina a financiamento de projetos de investimentos. Os valores previstos neste capítulo provêm, principalmente, dos diferentes órgãos de Administração Central, como Fundo de Ambiente, Ministério de Família, Contratos Programa. Para o ano de 2023, o valor desta rubrica atinge o valor de 149.634.406\$00 (cento e quarenta e nove milhões, seiscentos e trinta e quatro mil, quatrocentos e seis escudos).

Tabela 11- Transferência de Capital

Composição de Receitas de Administração Central e Local			
Código	Designação	Valor	%
01,03,03,02,01	Administração Central	204 786 208,00	100,00%
01,03,03,02,01	Adminitração Local	0,00	0,00%
	Total Geral	204 786 208,00	100,00%

Gráfico 7- Transferência de Capital



20. VENDA DE BENS DE INVESTIMENTO

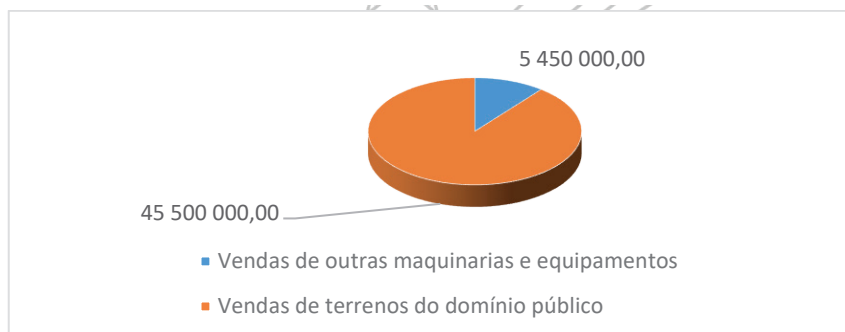
Inclui os rendimentos provenientes de alienação, a título oneroso, de bens de capital que na aquisição ou construção tenham sido contabilizados como investimento. Consideram-se neste capítulo as vendas de bens de capital em qualquer estado, inclusive sucata.

O valor de venda de bens de investimento é de 51.550.000\$00 (Cinquenta e um milhões, quinhentos e cinquenta mil, escudos).

Tabela 12- Venda de Bens e Serviços

Venda de Bens e Serviços			
Código	Designação	Valor	%
03.01.01.02.04.02	Vendas de outras maquinarias e equipamentos	5 450 000,00	10,70%
03.01.04.01.02	Vendas de terrenos do domínio público	45 500 000,00	89,30%
	Total Geral	50 950 000,00	100,00%

Gráfico 8 Venda de Bens e Serviços



21. REPOSIÇÕES NÃO ABATIDAS NOS PAGAMENTO

Esta rubrica compreende as importâncias devolvidas à autarquia resultantes de pagamentos feitos em excesso ou indevidamente.

O valor estimado para esta rúbrica é de 600.000\$00 (seiscentos mil escudos).

Na previsão do montante das receitas provenientes das transferências, foram consideradas os montantes constantes no Mapa da proposta de Lei de Orçamento de Estado para 2024.

Quanto às restantes rubricas, adotou-se genericamente a aplicação da média aritmética simples das cobranças efetuadas nos últimos 36 meses, que antecedem a elaboração do orçamento.

Tabela 13- Origem e Aplicação dos Fundos Previstos para o Ano de 2024

O Mapa XI, em anexo, ilustra a origem e a aplicação dos fundos previstos para o ano de 2024.

Económica	Descrição	Administração directa	Serviços Autónomos	Sub-total	Investimento	Total	Parcial %	Global%
TOTAL RECEITAS		292 271 793,00	-	292 271 793,00	345 928 422,00	638 200 215,00	100%	100%
O1	RECEITAS							
01.01	Impostos	44 900 000,00	-	44 900 000,00	-	44 900 000,00	15,36%	7,04%
01.02	Segurança Social	-	-	-	-	-	0,00%	0,00%
01.03	Transferências	183 222 966,00	-	183 222 966,00	294 378 422,00	477 601 388,00	62,69%	74,84%
01.04	Outras receitas	64 148 827,00	-	64 148 827,00	-	64 148 827,00	21,95%	10,05%
03.01	Activos não Financeiros	-	-	-	51 550 000,00	51 550 000,00	0,00%	8,08%
TOTAL DESPESAS		212 419 210,00	-	212 419 210,00	425 781 005,00	638 200 215,00	100,00%	100,00%
O2	DESPESAS							
02.01	Despesas com pessoal	145 974 819,00		145 974 819,00	6 850 000,00	152 824 819,00	68,72%	23,95%
02.02	Aquisição de bens e serviços	36 638 341,00		36 638 341,00	2 400 000,00	39 038 341,00	17,25%	6,12%
...	...			-		-	0,00%	0,00%
02.04	Juros e outros encargos	8 300 667,00		8 300 667,00	-	8 300 667,00	3,91%	1,30%
02.06	Transferências	850 000,00		850 000,00		850 000,00	0,40%	0,13%
02.07	Benefícios Sociais	9 360 000,00		9 360 000,00	6 249 660,00	15 609 660,00	4,41%	2,45%
02.08	Outras despesas	11 295 383,00		11 295 383,00	151 438 345,00	162 733 728,00	5,32%	25,50%
03.01	Activos não financeiros	-		-	258 843 000,00	258 843 000,00	0,00%	40,56%

22.DESPESA PREVISIONAL

22.1 CRITÉRIOS ADOTADOS NA FIXAÇÃO DAS DESPESAS

Em sede de orçamentação da despesa, e prosseguindo a linha de orientação que tem sido adotada nos últimos anos, permanece como objetivo, uma gestão rigorosa e prudente, procurando-se em simultâneo, assegurar aos municípios melhores serviços e melhor qualidade de vida, sem nunca descuidar a sustentabilidade das finanças locais.

A realização das Despesas tem como princípio fundamental, e no âmbito das competências conferidas ao Município, a afetação de recursos ao desenvolvimento de atividades para satisfazer as necessidades da população local.

As despesas são classificadas, orçamentalmente, segundo o trinómio: funcional, orgânica e económica. De acordo com a classificação económica das despesas, estas podem ser correntes ou de capital.

As despesas correntes influenciam o património não duradouro daí resultando uma diminuição do ativo líquido. Tomam-se como exemplos as despesas de funcionamento que se evidenciam através da aquisição de bens e serviços correntes.

As despesas de capital são todas aquelas que incrementam o património duradouro da autarquia, tais como edifícios, viaturas, equipamentos, entre outros.

No que à previsão da despesa diz respeito, foram tidas em conta todas as normas e especificidades técnicas e legais.

O processo de orçamentação previsional, iniciou-se com a aferição e inscrição das despesas obrigatórias derivadas da satisfação de compromissos assumidos contratualmente pelo Município, designadamente, os encargos fixos e permanentes com o pessoal, com o funcionamento (comunicações, energia, água, combustíveis, etc.) e com a satisfação do serviço da dívida (amortizações e juros).

No que à previsão da despesa diz respeito, os montantes orçamentados, refletem as medidas de ponderação e de contenção na sua previsão, determinadas pelos efeitos da conjuntura sobre as finanças municipais que aconselham que a gestão orçamental seja condicionada, em termos de princípio, às despesas prioritárias, necessárias e indispensáveis, sob pena de poder influenciar o défice orçamental máximo esperado para este ano.

22.2 ESTRUTURA DAS DESPESAS

Cumprindo o princípio do equilíbrio orçamental previsto na Lei das Finanças Locais, o orçamento prevê os recursos necessários para cobrir todas as despesas, e as receitas correntes devem ser pelo menos iguais às despesas correntes. A despesa total estimada, para 2024, situa-se nos 650.825.033\$00 (seiscentos e cinquenta milhões, oitocentos e vinte e cinco mil, trinta e três escudos).

A despesa total é repartida em despesa corrente, ou seja, 32.64 %, e despesa de capital, 65.42%, eo valor das amortizações no valor de 12.624.810 (doze milhões, seiscentos e vinte e quatro mil, oitocentos e dezoito escudos) de acordo com o quadro a seguir indicado.

Tabela 14 - Previsão de Despesas do ano 2024

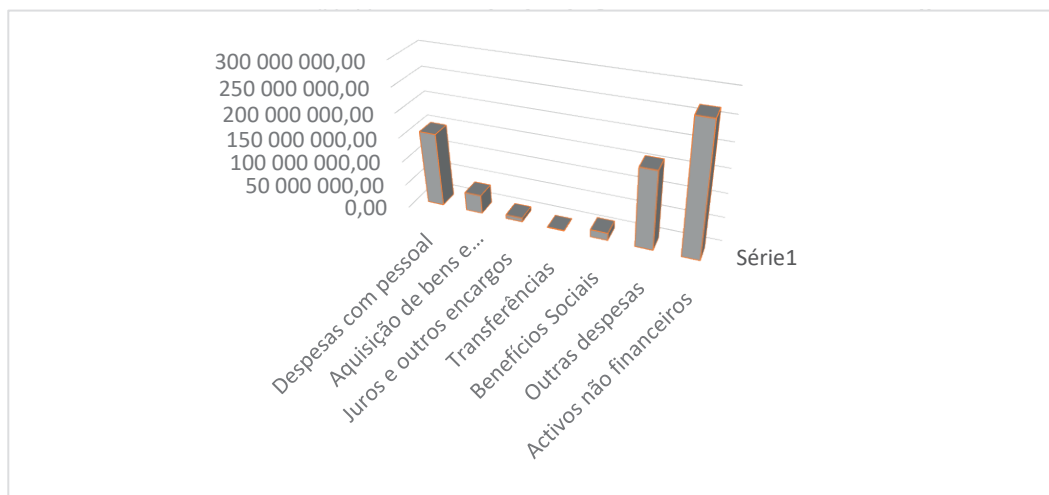
DESPESAS 2024	Valor previsto	%
Despesas Correntes	212,419,210.00	32.64%
Despesas Capital (Investimentos)	425,781,005.00	65.42%
Empréstimos Obtidos (Amortização)	12,624,818.00	1.94%
TOTAL GERAL	650,825,033.00	100.00%

Análise detalhada revela que a rubrica que possui maior valor de despesas é a de ativos não financeiros, que ascende o valor de 271.467.818\$00 (duzentos e setenta e um milhões, quatrocentos e sessenta e sete mil e oitocentos e dezoitos escudos), correspondente a 41,71% do total das despesas estimadas, seguida de Outras despesas, no valor de 162.733.728\$00 (cento e sessenta e dois milhões, setecentos e trinta e três mil), correspondendo a 25.00%, seguida de Despesas com pessoal, no valor de 152.824.819\$00 (cento e cinquenta e dois milhões, oitocentos e vinte e quatro mil e oitocentos e dezanove escudos), correspondente a 23.48%, conforme discriminado no quadro seguinte e ilustrado no gráfico seguinte:

Tabela 15 - Despesas Por Classificação Económica

Despesas Por Classificação Económica			
Código	Designação	Valor	%
02.01	Despesas com pessoal	152 824 819,00	23,48%
02.02	Aquisição de bens e serviços	39 038 341,00	6,00%
02.04	Juros e outros encargos	8 300 667,00	1,28%
02.06	Transferências	850 000,00	0,13%
02.07	Benefícios Sociais	15 609 660,00	2,40%
02.08	Outras despesas	162 733 728,00	25,00%
03.01	Activos não financeiros	271 467 818,00	41,71%
Total Geral		650 825 033,00	100,00%

Gráfico 9- Despesas Por Classificação Económica



23. DESPESAS CORRENTE

23.1 DESPESAS COM PESSOAL

Com um montante de 145.974.819\$00 (cento e quarenta e cinco milhões, novecentos e setenta e quatro mil, oitocentos e dezanove escudos), esta rubrica engloba todas as espécies de remunerações principais, de abonos acessórios, aumentos salariais, progressões e reclassificações que sejam satisfeitos pela autarquia local. Integram ainda nesta rubrica os encargos da autarquia para com a segurança social dos seus funcionários.

Destaca-se as despesas de Dotações Previsional no montante de 5.633.819\$00 (cinco milhões, seiscentos e trinta e três mil, oitocentos e dezanove escudos), como medidas de politica de melhoria salarial do pessoal de quadro comum, bem como a regularização de vínculos precários na administração municipal, com progressões que ascende o valor de 1.189.930\$00 (um milhão, cento e oitenta e nove mil, novecentos e trinta escudos), reclassificações no montante de 1.460.880\$00 (um milhão, quatrocentos e sessenta mil, oitocentos e oitenta escudos), bem como aumento salarial de 3% previsto para ano de 2024, que ascende o montante de 2.983.009\$00 (dois milhões, Novecentos e oitenta e Três mil e nove escudos).

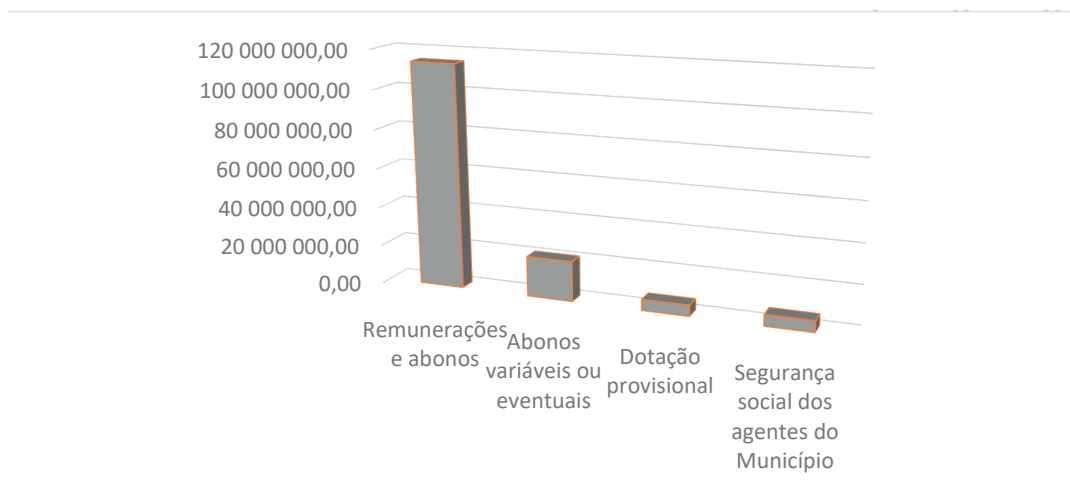
As verbas orçamentadas para esta rubrica, destinam-se a suportar os encargos com as remunerações dos trabalhadores que devem manter em exercício de funções.

O quadro seguinte discrimina os valores de gastos com pessoal e o gráfico seguinte ilustram os mesmos gastos:

Tabela 16- Despesas com Pessoal

Despesas Correntes com Pessoal			
Código	Designação	Valor	%
02.01.01.01	Remunerações e abonos	114 097 993,00	78,16%
02.01.01.02	Abonos variáveis ou eventuais	20 481 460,00	14,03%
02.01.01.03	Dotação provisional	5 633 819,00	3,86%
02.01.02.01	Segurança social dos agentes do M	5 761 547,00	3,95%
Total Geral		145 974 819,00	100,00%

Gráfico 10- Despesas Correntes com Pessoal



No âmbito das despesas correntes, mantém-se o predomínio das despesas com o pessoal. A orçamentação das despesas com o pessoal foi realizada com base na tabela remuneratória vigente, tendo-se considerado os efetivos a 30 de setembro de 2023, em todas as modalidades de vinculação (nomeação, comissão de serviço, contratos de prestação de serviço, etc.).

24. CUMPRIMENTO DOS LIMITES LEGAIS COM O PESSOAL

O montante das despesas com o pessoal projetado para 2024, totaliza 145.974.819\$00 (cento e quarenta e cinco milhões, novecentos e setenta e quatro mil, oitocentos e dezanove escudos) 50% da receita ordinária prevista no orçamento, o que demonstra a preocupação da Câmara Municipal em cumprir os limites estipulados por lei, designadamente, no artigo 32º, n.º 3 da Lei das Finanças Públicas. Nos termos da referida lei, as despesas com o pessoal, incluindo os Encargos Provisionais com o pessoal, não podem exceder 50% das receitas correntes previstas no orçamento.

25. AQUISIÇÃO DE BENS E SERVIÇOS

São previstas nesta rubrica duas grandes categorias de despesas, que não são qualificáveis como despesas de investimento, num total de 39.038.341\$00 (trinta e nove milhões, trinta e oito mil, trezentos e quarenta e um escudos):

25.1 Despesas com aquisições de bens;

Quanto as despesas com aquisição de Bens, foram previstas despesas com Roupa, vestuário e calçado, material de escritório, Material de educação, cultura e recreio, Material de transporte – peças, Artigos honoríficos e de decoração, combustíveis e lubrificantes, Material de conservação e reparação e outros bens, num montante de 15.327.061\$00 (quinze milhões, trezentos e vinte e sete mil e sessenta e um escudos).

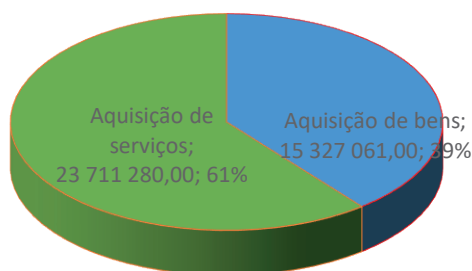
25.2 despesas com aquisições de serviços,

Quanto as despesas com aquisição de serviços, foram previstas aquisição de serviços a terceiros, nomeadamente rendas e alugueres, conservação e reparação de bens, comunicações, transportes, água, energia elétrica, publicidades e propagandas, representação dos serviços, Deslocação e estadias, vigilância e segurança, limpeza, higiene e conforto, honorários, seguros, Assistência técnica - Residentes e outros serviços, num montante de 23.711.280\$00 (cinco milhões, setecentos e onze mil, duzentos e oitenta escudos).

Tabela 17-Aquisição de Bens e Serviços

Despesas com Aquisição de Bens e Serviços			
Código	Designação	Valor	%
02.02.01	Aquisição de bens	15 327 061,00	39,26%
02.02.02	Aquisição de serviços	23 711 280,00	60,74%
	Total Geral	39 038 341,00	100,00%

Gráfico 11- Aquisição de Bens e Serviços



26. JUROS E OUTROS ENCARGOS

Incluem-se nesta rubrica as despesas referentes a juros e outros encargos financeiros, designadamente, juros de empréstimos bancários, bem como juros de empréstimos obrigacionistas, contraídas junto da Bolsa de Valores de Cabo Verde. Como uma forma de minimizar os encargos financeiros, nomeadamente a taxa de juros dos empréstimos, a edilidade negociou em 2022, junto da Bolsa de Valores de Cabo Verde um financiamento a título de empréstimos obrigacionistas. As despesas com juros totalizam o montante de 8.300 667\$00 (oito milhões, trezentos mil, seiscentos e sessenta e sete escudos) anual, correspondente a 691.722\$00 (seiscentos e noventa e um mil, setecentos e vinte e dois escudos) mensal.

27. TRANSFERÊNCIA CORRENTES

São previstas nesta rubrica as importâncias concedidas sem qualquer contrapartida, retiradas do rendimento corrente da autarquia para financiar despesas correntes do destinatário, designadamente despesas com serviços e Fundos Autónomos, Administração local, Instituições sem fins lucrativos e Famílias.

As transferências para o ano de 2024 ascendem o valor de 850.000\$00 (oitocentos e cinquenta mil escudos).

28. BENEFÍCIOS SOCIAIS

Incluem-se nesta rubrica as importâncias referentes a pensão de aposentação da responsabilidade da Câmara Municipal, a pensão de sobrevivência e os valores destinados ao benefício de assistência social, bem como despesas para conclusão das obras e funcionamento do Centro do Dia.

O valor estimado para esta rubrica é de 15.609.660\$00 (quinze milhões, seiscentos e nove, seiscentos e sessenta escudos).

29. OUTRAS DESPESAS CORRENTE

Incluem-se nesta rubrica as despesas correntes que não são enquadráveis nas outras rúbricas.

Foram registadas nessa rubrica as despesas com seguros, outras despesas, restituições, indemnizações e dotações provisionais.

O valor fixado para esta rúbrica ascende o valor de 11.295.383\$00 (onze milhões, duzentos e noventa e cinco mil, trezentos e oitenta e três escudos).

30. DESPESAS DE CAPITAL

30.1 AQUISIÇÃO DE BENS DE CAPITAL

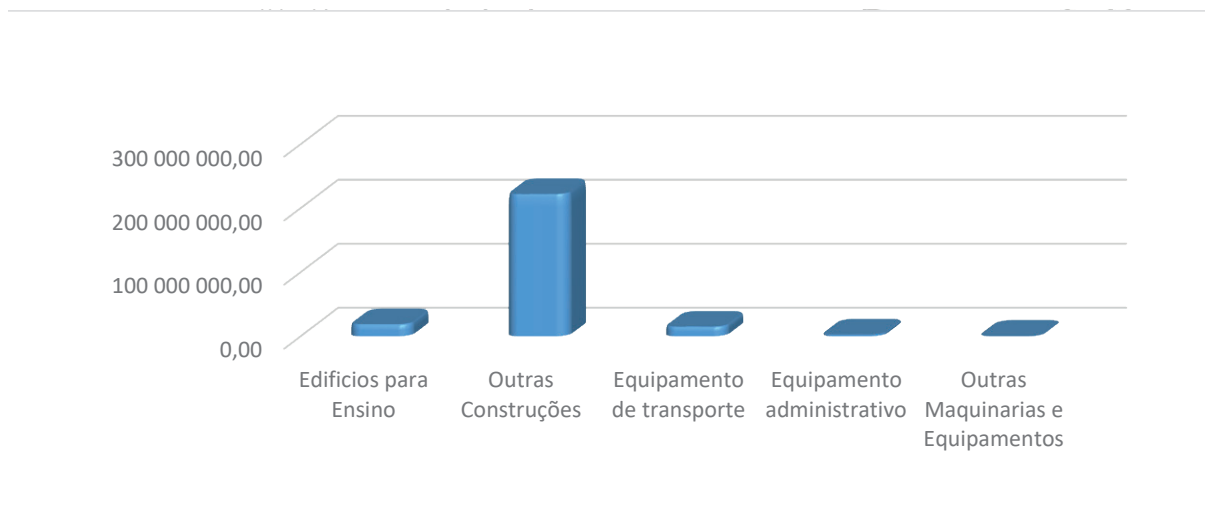
Incluem-se as despesas com aquisições, construções de edifícios e das grandes reparações de bens que contribuam para a formação de capital fixo, originando por regra aumento do ativo, designadamente, terrenos, instalações de serviços, instalações desportivas e recreativas, escolas, equipamento básico, equipamento administrativo, equipamento de transporte e outros.

O valor fixado para esta rúbrica é de 258.843.000\$00 (duzentos e oitenta e cinco milhões, oitocentos e quarenta e três mil escudos), discriminado conforme o quadro seguinte e ilustrado no gráfico seguinte:

Tabela 18- Aquisição de Bens de Capital

Despesas com Aquisição de Bens de Capital			
Código	Designação	Valor	%
03.01.01.01.04	Edifícios para Ensino	18 718 000,00	7,23%
03.01.01.01.06	Outras Construções	222 300 000,00	85,88%
03.01.01.02.01	Equipamento de transporte	15 000 000,00	5,80%
03.01.01.02.03	Equipamento administrativo	2 700 000,00	1,04%
03.01.01.02.04	Outras Maquinarias e Equipamentos	125 000,00	0,05%
	Total Geral	258 843 000,00	100,00%

Gráfico 12- Aquisição de Bens de Capital



30.1.1 Edifícios para Ensino

Apetreçamento dos Jardins Infantis com equipamentos didáticos modernos e Reabilitação das infraestruturas Educação (EBI e Jardins); no montante de 18.718.000\$00 (dezoito milhões, setecentos e dezoito mil escudos)

30.1.2 Outras Construções

Inclui nesta rubrica, diversas atividades ligadas a construções, no montante de 222.300.000\$00 (duzentos e vinte e dois milhões, trezentos mil, escudos), nomeadamente:

- Arborização de bermas de estradas, municipais e espaços públicos (Ornamentação “São Domingos Verde”);
- Instalação de Praça Digitais;
- Reabilitação de trilhas, instalação de sinaléticas, construção de miradouros;

- Elaboração de Planos Detalhados (Praia Baixo, Vale da Custa e Ribeirão Chiqueiro);
- Elaboração de Planos Urbanísticos Municipais;
- Projeto de Extensão da Rede Pública de Abastecimento de Água e Ligação Domiciliária (Tinca Dôbe e Vale da Custa, Rema -Rema, Gudim e Banana, Loura e Rui Vaz);
- Construção de Reservatórios Domiciliários;
- Ligação Domiciliária de Água às famílias carenciadas;
- Terminal de Passageiros nas Rotundas e Entroncamentos;
- Reforço de Segurança dos Espaços Públicos;
- Criação de Praças de Táxis e Concessão de Licenças de Exploração;
- Construção de Quebra-Molas modernas nos sítios onde se justifiquem;
- Execução de Obras de Drenagem de Águas Pluviais nas Ribeiras de Tambreira a João Garrido - I FASE;
- Construção e reabilitação das infraestruturas desportivas (Campo relvado, Pavilhão e reabilitação de placas desportivas);
- Ampliação do Cemitério Municipal do Centro da Cidade;
- Remodelação Mercados Municipais;
- Projeto de Drenagem de Águas Pluviais em Choupana, Tenda a João Garrido;
- Promoção de políticas para o incentivo de pintura da fachada de moradias nos principais centros terciários do Município;
- Construção de passareira aérea para as Localidades de Cova de Barro, Veneza e Choupana;
- Continuação das obras de Infraestruturação dos terrenos da Câmara Municipal na zona Ribeirão Chiqueiro_ zona habitacional;
- Reforço de iluminação pública nos espaços públicos;
- Requalificação Urbana de Rui Vaz, Portal, e execução de arruamentos em calçada nas localidades de Baia, Moia Moia, Tinca e Dobe;
- Programa de Regeneração do habitat em Moia-Moia; Continuação Baia
- Manutenção de estradas municipais em parceria com Estradas de Cabo Verde;
- Reabilitação das infraestruturas Saúde;
- Reabilitação de estradas de acessos as Localidades de Txancinho em Milho Branco e Rema-rema
- Reabilitação da sinalização rodoviária vertical e horizontal em Ribeirão Chiqueiro
- Djudam Compu Nha kaza - Projetos de reabilitação, construção de moradias a famílias carenciadas e casas de banho;
- Projetos de reabilitação, construção de moradias a famílias carenciadas e casas de banho

30.1.3 Equipamento de transporte

Contempla esta rubrica despesas com aquisição de uma viatura para serviços administrativos do centro de Dia, viatura para serviços Administrativos, e transportes escolares, no montante de 15.000.000\$00 (quinze milhões de escudos)

30.1.4 Equipamento administrativo

Regista as despesas com aquisição de Equipamentos Administrativos e Mobiliários Diversos, num montante de 2.700.000\$00 (dois milhões, setecentos mil escudos).

30.1.5 Outras Maquinarias e Equipamentos

Regista as despesas com aquisição de drones, no montante de 125 000\$00 (cento e vinte e cinco mil escudos)

31. PASSIVOS FINANCEIROS

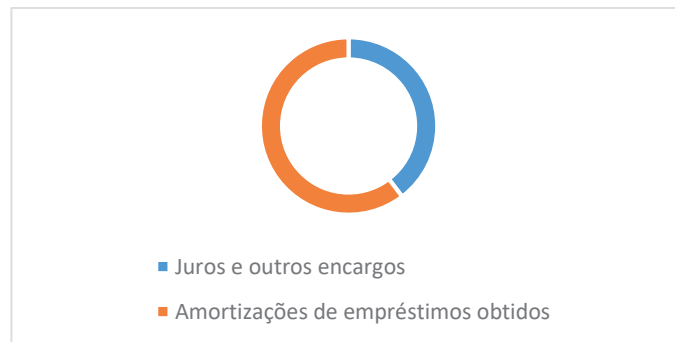
Esta rubrica inclui as operações financeiras, englobando as de tesouraria e as do medio e longo prazo, que envolvem pagamentos decorrentes das amortizações de empréstimo.

O valor de amortização de dívidas fixado para o ano de 2024 totaliza o valor de 12.624.818\$00 (doze milhões, seiscentos e vinte e quatro mil, oitocentos e dezoito escudos), correspondem à amortização do empréstimo, referente aos encargos semestrais de empréstimo obrigacionista contraído junto da Bolsa De valores de Cabo Verde, bem como a previsão de reembolso do empréstimo bancário, conforme discriminado no quadro seguinte e ilustrado no gráfico seguinte:

Tabela 19- Passivo Financeiro

Passivos Financeiros			
Código	Designação	Valor	%
02.04	Juros e outros encargos	8 300 667,00	39,67%
	Amortizações de empréstimos obtid	12 624 818,00	60,33%
	Total Geral	20 925 485,00	100,00%

Gráfico 13- Passivo Financeiro



32. POUPANÇA CORRENTE

O orçamento para 2024 tem subjacente um nível de poupança corrente (saldo corrente líquido) de 79.852.583\$00 (setenta e nove milhões, oitocentos e cinquenta e dois mil, quinhentos e oitenta e três escudos), facto que, à luz do Princípio do Equilíbrio Orçamental, permite que se assista a uma canalização de receitas correntes para financiamento de despesas de capital e que se cumpra a regra de equilíbrio orçamental, expressa no artigo 24º, n.º 2 do preceito legal que define o Regime Financeiro dos Municípios, que determina que as Receitas Correntes serão pelo menos, iguais às Despesas Correntes.

33. ANÁLISE DAS DESPESAS SEGUNDO CLASSIFICAÇÃO ORGÂNICA

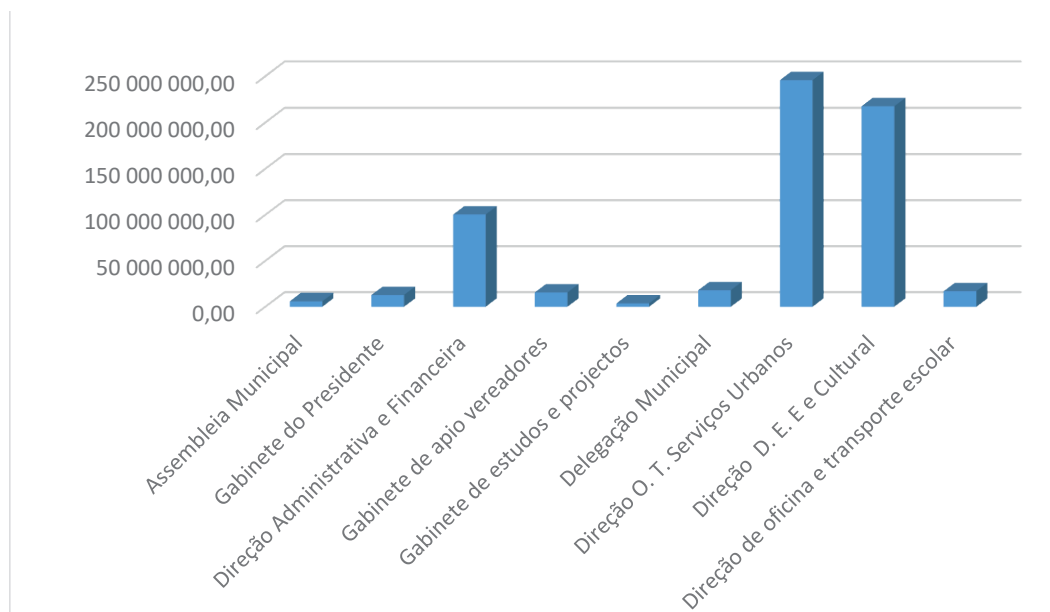
O orçamento de despesas para o ano de 2024 foi estimado através das necessidades de cada unidade orgânica.

As despesas estimadas para cada órgão são as apresentadas no quadro seguinte e ilustradas no gráfico seguinte:

Tabela 20- Despesas por Unidade Orgânica

Despesas segundo classificação orgânica			
Nº	Descrição	Valor	%
1	Assembleia Municipal	6 126 289,00	0,96%
2	Gabinete do Presidente	12 937 955,00	2,03%
3	Direção Administrativa e Financeira	100 592 014,00	15,76%
4	Gabinete de apoio vereadores	15 739 841,00	2,47%
5	Gabinete de estudos e projectos	3 876 108,00	0,61%
6	Delegação Municipal	18 156 794,00	2,84%
7	Direção O. T. Serviços Urbanos	245 916 482,00	38,53%
8	Direção D. E. E e Cultural	217 746 538,00	34,12%
9	Direção de oficina e transporte escolar	17 108 194,00	2,68%
Total Geral		638 200 215,00	100,00%

Gráfico 14 Despesas por Unidade Orgânica



Análise detalhada demonstra que a orgânica com maior despesa previstas é a de Direção de Ordenamento de Território e Serviços Urbanos, que por excelência é o Órgão de Execução dos Investimentos Camarários, é a unidade orgânica que mais verba absorve com 245.916.482\$00 (duzentos e quarenta e cinco milhões, novecentos e dezasseis mil, quatrocentos e oitenta e dois escudos) cerca de 38.53% do total das despesas.

A Direção Desenvolvimento Economico, Educação e Cultura, é o serviço que se segue, com uma dotação estimada em 217.746.538\$00 (duzentos e dezassete milhões, setecentos e quarenta e seis mil, quinhentos e trinta e oito escudos), cerca de 34.12% do total global das despesas.

A Direção de Administrativa e Financeira, é o serviço que se segue, com uma dotação estimada em 100.592.014\$00 (cem milhões, quinhentos e noventa e dois mil, catorze escudos), cerca de 15,76% do total global das despesas.

A Assembleia Municipal, órgão fiscalizadora da atividade municipal, canaliza cerca de 0.96%, cerca de 6.126.289\$00 (seis milhões, cento e vinte e seis mil, duzentos e oitenta e nove escudos).

34. INVESTIMENTOS

O Município de São Domingos tem de modo sustentado, ao longo dos anos, dado continuidade às políticas de desenvolvimento municipal nos termos do cumprimento da sua missão sustentada na construção de um concelho coeso, solidário, centrado nas pessoas e que promove a inclusão social e territorial, bem como a infraestruturização do município e o desenvolvimento humano.

Edilidade tem definido seis eixos de governação, como sendo a Transversal, Boa Governação, Capital Humano, Competitividade, Infraestruturização e Coesão Social. É notório a aposta no infraestruturização do município, com cerca de 56.35% das despesas de investimento, no montante de 239.943.000\$00 (duzentos e trinta e nove milhões, novecentos e quarenta e três mil escudos), uma aposta direcionada principalmente pela Juventude, com a construção de Infraestruturas desportivas, como Campo relvado para freguesia de Nossa Senhora da Luz, Reabilitações de Placas desportivas, Construção de Pavilhão Desportiva.

O reforço da coesão social e territorial do Município, assim como a promoção da sustentabilidade ambiental constituem o referencial estratégico do Programa de Investimento Municipal, que se encontra estruturado em Programas e Subprogramas, devidamente discriminados em projetos, permitindo ao Município realizar um programa diversificado de atividades nos mais diversos sectores, através da construção, reabilitação e requalificação de uma rede de infraestruturas sócio comunitárias, onde se destaca a Urbanização e Construção do Parque Industrial, Comercial e Habitacional de Ribeirão Chiqueiro, que ira permitir aos proprietários dos terrenos rústicos do loteamento da Câmara Municipal em Ribeirão Chiqueiro, iniciarem as suas construções, em condições normais, por um lado, e por lado ira permitir os um melhoramento na arrecadação dos impostos e taxas incorporados aos processos de construções e consequentemente o aumento das receitas do IUP com a efetivação das construções.

Estrutura dos Projetos de Investimentos 2024			
Eixo	Descrição	2024	%
1	TRANSVERSAL	17 461 428,00	4,10%
2	BOA GOVERNAÇÃO	28 025 000,00	6,58%
3	CAPITAL HUMANO	67 101 917,00	15,76%
4	COMPETITIVIDADE	34 450 000,00	8,09%
5	INFRA-ESTRUTURAÇÃO	239 943 000,00	56,35%
6	COESÃO SOCIAL	38 799 660,00	9,11%
Total		425 781 005,00	100,00%

O Mapa X reflete a distribuição dos investimentos para 2024, por setores, como a seguir se descreve:

Tabela 21- Distribuição dos Investimentos para 2024

Programa de Investimento para 2024 por eixo		
Prog/Sub	Programa sub/programas	Valor
	TOTAL GERAL	425 781 005,00
1	TRANSVERSAL	17 461 428,00
	11 GENERO	3 800 000,00
	12 JUVENTUDE	4 900 000,00
	13 AMBIENTE	8 761 428,00
2	BOA GOVERNAÇÃO	28 025 000,00
	21 Reforma do Estado e da Administração Pública	24 575 000,00
	22 Governação Eletrónica	3 300 000,00
	23 Segurança	150 000,00
3	CAPITAL HUMANO	67 101 917,00
	31 Educação	22 650 000,00
	32 Desporto	4 300 000,00
	33 Emprego e Formação Profissional	1 500 000,00
	34 Cultura	35 151 917,00
	35 Saúde	3 500 000,00
4	COMPETITIVIDADE	34 450 000,00
	41 Agricultura	10 200 000,00
	42 Pesca	8 450 000,00
	43 Turismo	11 550 000,00
	44 Comércio	2 500 000,00
	45 Indústria	1 750 000,00
5	INFRA-ESTRUTURAÇÃO	239 943 000,00
	51 Ordenamento do Território	10 495 000,00
	52 Saneamento Básico	12 300 000,00
	53 Gestão dos Recursos Hídricos	38 580 000,00
	54 Infra-Estruturas e Transportes	100 450 000,00
	55 Energia	3 050 000,00
	56 Requalificação Urbana e Habitação	75 068 000,00
6	COESÃO SOCIAL	38 799 660,00
	61 Habitação social	28 300 000,00
	62 Proteção social	10 499 660,00

ANÁLISE DE DESPESAS POR EIXOS, PROGRAMAS E SUBPROGRAMAS (MAPA X).

35. TRANSVERSAL

Este eixo enquadra os programas Género, Juventude e Ambiente, com os subprogramas “Juntos contra a desigualdade, Inclusão da pessoa deficiente”, “nascer e crescer com oportunidade” e “Gestão Equilibrada dos Recursos Naturais” num total de 17.461.428\$00 (dezasete milhões, quatrocentos e sessenta e um mil. Quatrocentos e vinte e oito escudos).

36. BOA GOVERNAÇÃO

Com um orçamento a rondar os 28.025.000\$00 (Vinte e oito milhões, vinte e cinco mil, escudos), o eixo integra o programa “Reforma do Estado e da Administração Pública; Governação eletrónica e a segurança, que ira proporcionar na melhoria da capacidade técnica da instituição, assim como o seu protagonismo a nível local e regional.

37. CAPITAL HUMANO

A materialização de políticas de gestão de recursos humanos que reforcem o espirito de equipa e a coesão (team building), bem como a identidade e cultura organizacional, o investimento na educação, desporto, emprego e formação profissional, cultura e saúde são objetivos deste eixo programático. Orçado em 67.101.917\$00 (sessenta e sete milhões, cento e um mil, novecentos e dezassete escudos), com os subprogramas como:

- Formação e capacitação das monitoras de infâncias;
- Apetrechamento dos Jardins Infantis com equipamentos didáticos modernos;
- Reforço do Transporte Escolar
- Apoio aos estudantes carenciados (Kits escolar, propinas, etc.)
- Apoio à Inserção dos Jovens no Ensino Superior
- Programa de ações de fomento ao emprego e promoção empresarial no município (Formação, estagio, formalização de Unidades de Negócios, promoção autoemprego);
- Reforço da Dinamização, promoção e divulgação da musica (Escolas de Música, Dança e Teatro, festivais, show de talentos (Galas de vozes infantojuvenil, minifestival de teatro, Gala de Vozes), lembra nos mestres, “queli nha arte, gravação musical, festas de romarias, comemoração da data e efémeras, intercâmbios, banda musical)
- Apetrechamento, Reforço, dinamização, promoção e divulgação do artesanato;
- Musealização e Criação de Centro interpretativo em Baía de Alcatraz, em parceria com IPC e parquia de Nossa Senhora da Luz;
- Projeto Casa da Cultura e estatua-Ano Nobu;
- Projeto de promoção de teatro e Artes;
- Projeto Natal de Luz e Cor;
- Carnaval SD 2023;
- Feiras de Saúde, campanhas e ações de IEC nas comunidades;
- Comemoração das datas/ eferimeres ligado à saúde;
- Apoio no apetrechamento das USB's nas comunidades mais dispersas do município;
- Melhoria da qualidade do ensino Pré-escolar, e ensino Superior.

38. EIXO COMPETITIVIDADE

Com orçamento de 34.450.000\$00 (trinta e quatro milhões, quatrocentos e cinquenta mil escudos), o eixo da competitividade perspetiva a implementação de atividades económicas locais ligados ao sector agrícola, pesca, turismo, comercio e industria, com os subprogramas como:

- Valorização dos recursos naturais e desenvolvimento agro-silvo-pastoril-(Agricultura):
- Fomento da atividade agropecuária (Capacitação, assistência técnica, instalação unidades agropecuárias e conexos);
- Fomento da atividade transformação agroalimentar (Capacitação, instalação unidades transformação e assistência técnica);
- Comemoração de datas e efemérides ligadas ao mundo rural;
- Feira Municipal de Agronegócios e gastronómico do interior e litoral (enfoque pastel de milho), Festival de Milho Rui Vaz)
- Valorização dos produtos da pesca – (Pesca):
- Fomento a atividade piscatória no litoral da freguesia de Nossa Senhora da Luz (Capacitação de Pescadores e Peixeiras em Conservação e Manuseamento do Pescado, Reativação do Centro de Produção de Gelo em Praia Baixo, Kits para as Peixeiras e Pescadores (EPI!, arca frigorífica e mala térmica) Feira Gastronómica Sabores do Mar;)

- Capacitação e Assistência a formalização das atividades no setor da pesca e economia azul
- Melhoria da qualidade dos produtos e serviços do turismo – (Turismo):
- Reabilitação de trilhas, instalação de sinaléticas, construção de miradouros;
- Projeto de valorização do potencial e património turístico de São Domingos;
- Promoção de eventos e marcas turísticos-SD;
- Valorização Potencial turístico de Agua de Gato (Fontenário e arredores)
- Valorização da Produção Nacional, - (comercio):
- Capacitação, atribuição de Kit's de reforço de negócio, formalização, orientação dos feirantes e comerciantes ambulantes;
- Capacitação -Agentes de fiscalização em técnicas de inspeção;
- Integração da Indústria na Política de Desenvolvimento – (Industria):
- Incentivo à criação de Unidades de Transformação Agroalimentar;
- Continuação processo-Dinamização da Zona do Parque industrial de Ribeirão Chiqueiro, estudo de projeto (Plataforma logística verde);

39. INFRAESTRUTURAÇÃO

O eixo propõe o desenvolvimento sustentado e equilibrado do Município, com um orçamento de 239.943.000 (duzentos e trinta e nove milhões, novecentos e quarenta e três mil escudos), perspetiva a implementação dos subprogramas de Ordenamento de Território, Saneamento Básico, Gestão dos Recursos Hídricos, infraestruturas, energia e requalificação urbana e habitação, com os seguintes projetos:

- Melhoria da Gestão do Território, Solos e Cadastro – (Ordenamento do Território)
- Implementação da Proposta Toponímica Municipal (Continuação);
- Elaboração de Planos Detalhados (Praia Baixo, Vale da Costa e Ribeirão Chiqueiro);
- Elaboração de Planos Urbanísticos Municipais;
- Capacitação de Colaboradores do Gabinete técnico;
- Revisão e alteração do PDM (Plano Diretor Municipal);
- Melhoria do Sistema de Recolha, Tratamento dos Resíduos Sólidos e Águas Residuais – (Saneamento Básico)
- Aquisição de Equipamentos de Coleta e Transporte de Resíduos Sólidos;
- Sensibilização, Qualificação e Limpeza do Território Municipal;
- Apoio na construção de casas de banho às famílias em situação de vulnerabilidade;
- Melhoria da Gestão Integrada e Qualidade de Água para o Abastecimento Público – (Gestão de Recursos Hídricos)
- Projeto de Extensão da Rede Pública de Abastecimento de Água e Ligação Domiciliária (Tinca Dôbe e Vale da Costa, Rema-Rema, Godim e Banana, Loura e Rui Vaz);
- Construção de Reservatórios Domiciliários;
- Programa de IEC nas comunidades e Comemoração do Dia Mundial da Água;
- Ligação Domiciliária de Água às famílias em situação de vulnerabilidade;
- Garantia de Condições de Segurança das Estradas para a Circulação – (Infraestruturas e Transportes)
- Garantia de Condições de Segurança das Estradas para a Circulação
- Reforço de Segurança dos Espaços Públicos;
- Criação de Praças de Táxis e Concessão de Licenças de Exploração;
- Construção de Quebra-Molas modernas nos sítios onde se justifiquem;
- Construção e reabilitação das infraestruturas desportivas (Campo relvado, Pavilhão e reabilitação de placas desportivas);
- Ampliação do Cemitério Municipal do Centro da Cidade;
- Reabilitação Mercado Municipal;
- Projeto de Drenagem de Águas Pluviais em Choupana, Tenda a João Garrido;

- Construção de passareira aérea para as Localidades de Cova de Barro, Veneza e Choupana;
- Continuação das obras de Infraestruturação dos terrenos da Câmara Municipal na zona Ribeirão Chiqueiro-zona habitacional;
- Melhoria das Infraestrutura, Produção, Armazenamento e Distribuição de Energia – (Energia);
- Reforço de iluminação pública nos espaços públicos;
- Melhoria da Planificação Urbanística, Habitacional e Requalificação – (Requalificação Urbana e Ambiental)
- Requalificação Urbana de Rui Vaz, Portal, e execução de arruamentos em calçada nas localidades de Baia, Moia Moia, Tinca e Dobe;
- Programa de Regeneração do habitat em Moia-Moia; Continuação Baia;
- Manutenção de estradas municipais em parceria com Estradas de Cabo Verde;
- Reabilitação das infraestruturas Educação (EBI e Jardins);
- Reabilitação das infraestruturas de Saúde;
- Reabilitação de estradas de acesso às Localidades de Txancinho, em Milho Branco, Veneza e Rema-rema;
- Reabilitação da sinalização rodoviária vertical e horizontal em Ribeirão Chiqueiro;

40. COESÃO SOCIAL

Estimado em 38.799.660\$00 (trinta e nove milhões, setecentos e noventa e nove mil, seiscentos e sessenta escudos), este eixo integra os programas de habitação social e proteção social, com os seguintes Subprogramas de:

- Promover a melhoria das condições habitacionais das famílias em situação de exclusão e vulnerabilidade – (Habitação Social)
- Projetos de reabilitação, construção de moradias a famílias carenciadas e casas de banho;
- Programa de Emergência (mitigação da seca e mau ano agrícola)
- Programa de promoção de acesso aos serviços básicos nas habitações das famílias mais vulneráveis-SD;
- Garantia do acesso de todos os grupos sociais e profissionais a proteção social – (Proteção Social)
- Proteção dos Direitos das Crianças e Adolescentes;
- Apoio às crianças com paralisia cerebral;
- Promoção e Inclusão social - Benefícios Sociais;
- Promoção de serviços de cuidados a dependentes - Outras Despesas; (Centro do Dia)

O Mapa de Investimentos Públicos Municipais (mapa X em anexo) infra, apresenta a estrutura dos projetos de investimentos para o ano de 2023.

Tabela 22- Estruturas dos Projetos de Investimentos

Estrutura dos Projetos de Investimentos 2024			
Eixo	Descrição	2024	%
1	TRANSVERSAL	17 461 428,00	4,10%
2	BOA GOVERNAÇÃO	28 025 000,00	6,58%
3	CAPITAL HUMANO	67 101 917,00	15,76%
4	COMPETITIVIDADE	34 450 000,00	8,09%
5	INFRA-ESTRUTURAÇÃO	239 943 000,00	56,35%
6	COESÃO SOCIAL	38 799 660,00	9,11%
Total		425 781 005,00	100,00%

41. ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SÃO DOMINGOS

Deliberação n.º 2/AMS/2023

de 07 de dezembro de 2023

A Assembleia Municipal de S. Domingos, reunida na sua 7ª Sessão Ordinária do primeiro Mandato, no dia 07 dezembro de 2023, delibera, nos termos do artigo 39º da Lei n.º 79/VI/2005, de 05 de setembro, que aprova o novo Regime das Finanças Locais e da alínea b) n.º 2 do artigo 81º da Lei n.º 134/IV/95 de 3 de julho que aprova os Estatuto dos Municípios, o seguinte:

Capítulo I

Aprovação do orçamento

Artigo 1º

Objeto da deliberação

1 - A presente deliberação aprova o Orçamento do Município de S. Domingos para o ano económico de 2024, no montante global de 650.825.033\$00 (seiscentos e cinquenta milhões, oitocentos e vinte e cinco mil, trinta e três escudos).

2 – Agregam este orçamento, aprovado pela presente deliberação, estruturado, bem como os mapas orçamentais e os anexos informativos, previstos nos artigos 37º e 38º do novo regime das finanças locais.

Artigo 2º

Regime geral

1 – O Orçamento constitui o principal instrumento da política económica e financeira do Município de São Domingos e um dos meios de garantia para materialização das principais propostas do Plano de Atividades deste Município para o exercício de 2024.

2 – Para efeitos do disposto no número anterior, o orçamento do Município satisfaz, na sua elaboração e execução, as orientações e as normas estabelecidas pelo novo regime das finanças locais, bem como a nova classificação orçamental, definida pelo Decreto-lei n.º 37/2011, de 30 de dezembro, aplicada, com as devidas adaptações aos orçamentos municipais e dos demais princípios e regras exigidos pela contabilidade pública municipal.

Capítulo II

Normas de execução e fiscalização

Artigo 3º

Normas de execução

Ficam definidas, no articulado desta deliberação, as normas de orientações de carácter obrigatório e de abrangência geral, que constituem as medidas principais e necessárias para mobilização e arrecadação dos recursos financeiros e para a gestão rigorosa das despesas municipais, designadamente as previstas nos artigos 6 e 7 da presente deliberação.

Artigo 4º

Normas de fiscalização

1 – A Assembleia Municipal estabelece, nos termos do n.º 4 do artigo 47º do novo regime das finanças locais e para efeitos de acompanhamento das medidas de políticas de ponderação e contenção na previsão das receitas e afetação de despesas, os seguintes dispositivos pontuais de avaliação e fiscalização orçamental, a serem apreciados em cada sessão ordinária do ano de 2024:

- Verificar o cumprimento das principais medidas de políticas, fiscal, urbana e de gestão dos recursos humanos definidas neste orçamento;
- Debruçar sobre a problemática da cobrança dos créditos municipais e os constrangimentos encontrados na sua mobilização;
- Debater as implicações e adoptar as medidas que se mostrarem necessárias, caso as dívidas apuradas, resultantes de incentivos fiscais concedidos pelo Estado em sede de impostos municipais, não forem regularizadas ou continuarem a crescer sem as devidas compensações estabelecidas pelo art.º 18º do novo regime das finanças locais;
- Analisar os balancetes trimestrais do Município que devem ser enviados, à Assembleia Municipal, pelo Presidente da Câmara Municipal com regularidade que se fixa, nesta deliberação, em período trimestral, conforme dispõe o n.º 3 do art.º 53º do novo regime das finanças locais.

2 - Para efeitos do disposto no número anterior, a Câmara Municipal deve facultar a Assembleia Municipal os meios e as informações necessárias para cumprimento dos objetivos definidos nesta norma, em conformidade com a última parte da disposição legal acima indicada.

3 – Nos mesmos termos dos dispostos nos números 1 e 2, deve a Câmara Municipal adotar dispositivos permanentes de acompanhamento, avaliação e fiscalização orçamental e financeira do orçamento, com periodicidade trimestral, em cumprimento do disposto no n.º 2 do artigo 47º do novo regime das finanças locais, podendo recorrer-se, para o efeito, a serviços externos especializados, em conformidade com o n.º 3 da disposição legal indicada.

Capítulo III

Disciplina orçamental

Artigo 5º.

Execução orçamental

1 – No quadro da execução orçamental, a Câmara Municipal de S. Domingos, baseada em critérios de economia, eficácia e eficiência, estabelecerá as medidas necessárias para uma gestão prudente e rigorosa, com contenção das despesas públicas municipais, de forma a conseguir, nos limites estabelecidos pelas políticas adotadas e na contingência dos recursos mobilizados, uma melhor satisfação das necessidades coletivas e a redução do défice orçamental.

2 – A Câmara Municipal tomará as medidas necessárias com vista ao cumprimento da disciplina orçamental e a observância do equilíbrio financeiro, promovendo iniciativas para mobilização, arrecadação, liquidação e cobrança das receitas municipais em ordem a ultrapassar as previsões estabelecidas e não ultrapassar o défice orçamental.

3 – A Câmara Municipal reforçará as medidas que visem a contenção rigorosa das despesas municipais dentro do limite das dotações e do défice orçamentais, devendo orientar a execução orçamental para o cumprimento da norma fixada pelo artigo 42º do novo regime das finanças locais.

4 – As receitas provenientes da venda de terrenos devem, nos termos da Lei, ser utilizados no financiamento de projetos municipais constantes no mapa X, em anexo.

5 – As receitas correntes provenientes da cobrança de impostos e taxas devem ser priorizadas no financiamento das despesas correntes, de acordo com o princípio do equilíbrio orçamental previsto na Lei.

Artigo 6º

Mobilização de receitas municipais

1 - Para mobilização de recursos financeiros, é estabelecida, nos limites da sua autonomia financeira, a base orçamental de abrangência global, diversificada e qualificada, a todas as fontes de financiamento municipal, quer revistam a forma de impostos como de taxas ou outras receitas municipais que, por lei, o Município deve velar para cobrar, nos fundamentos das seguintes orientações:

- Desencadeamento de processos negociais com as concessionárias de serviços públicos para o cumprimento da sua obrigação legal de pagarem taxas pela utilização do subsolo e pela passagem de cabos e outros;
- Implementação de políticas urbanas que visam a mobilização de receitas municipais;
- Definição de medidas de cobrança coerciva de dívidas fiscais tornadas certas, líquidas e exigíveis em sede de impostos municipais por títulos executivos dos respetivos processos;
- Recuperação, tanto quanto possível, dos créditos municipais resultantes das isenções concedidas pelo Estado em sede de impostos municipais;
- Previsão e avaliação cautelosa dos recursos financeiros para o exercício de 2024;
- Ponderação e contenção na previsão de receitas e na realização de despesas;
- Incerteza conjuntural e os seus efeitos na mobilização das receitas municipais;
- Restrição alargada da base ponderada nos investimentos concretizados para a arrecadação de receitas fiscais pretendidas.

2 – Sem prejuízo do disposto no número anterior, pode a Câmara Municipal, analisados o comportamento e a evolução das receitas municipais, apresentar um orçamento rectificativo para reforço das despesas municipais, com prioridade absoluta para as despesas de investimento.

Artigo 7º

Despesas orçamentais

1 – É definido, para o ano de 2024, as seguintes normas para a execução das despesas orçamentais:

- Eficácia e eficiência na execução das despesas;
- Contenção, prudência e rigor na realização de despesas;
- Restrição e contenção na gestão orçamental, condicionada por fatores económicos de natureza conjuntural;
- Redução de custos e implementação de medidas de rigor na realização das despesas do funcionamento do Município;
- Cumprimento das obrigações e compromissos financeiros municipais;

2 - A Câmara Municipal, no quadro do estabelecimento das despesas prioritárias, definirá as medidas necessárias com vista a execução satisfatória do plano de investimento municipal.

Artigo 8º

Regime Duodecimal

Durante o ano de 2024, fica sujeita a regime duodecimal a execução das seguintes despesas:

- Remunerações certas e permanentes
- Encargos com a segurança social;
- Transferências as associações e as pessoas
- Comunicações

Artigo 9º

Suspensão de despesas

1 - Fica a Câmara Municipal autorizada a suspender ou condicionar a execução das despesas orçamentais a cada uma das unidades orgânicas da estrutura camarária e a Assembleia Municipal, se a situação financeira do Município assim justificar.

2 – A suspensão das despesas orçamentais da Assembleia Municipal é precedida de comunicação prévia a este órgão municipal, com a devida fundamentação.

Artigo 10º

Contenção das despesas de funcionamento

1 - As despesas de funcionamento que não resultam de encargos obrigatórios, prioritários e indispensáveis devem ser objeto de programação antecipada, com períodos trimestrais, limitando-se as estritamente necessárias e essenciais.

2 - Enquadram-se, nessa categoria, deslocações e estadias, combustíveis e lubrificantes, consumo de secretaria, senhas de presença, conservação e manutenção, transportes, rendas e aluguer, entre outras.

3 - Os encargos superiores a 500.000\$00 devem ser programados, tanto quanto possível, com antecedência mínima de 30 dias.

4 - As missões ao exterior devem ser objeto de programação atempada facultada com antecedência à Secretaria Municipal para efeitos de agendamento e limitam-se as estritamente necessárias previstas e aprovadas no âmbito dos planos das Vereações ou estruturas institucionais municipais, antecipadamente aprovadas por deliberação da Câmara Municipal.

Capítulo III

Do défice orçamental e da dívida pública municipal

Artigo 11º

Défice orçamental

O défice orçamental para o ano económico de 2024, determinado pela diferença entre as receitas e despesas previstas, excluindo os empréstimos obtidos, 0 (zero)

Artigo 12º

Encargos e dívidas

A Câmara Municipal, só pode, no decorrer da execução orçamental de 2024, assumir encargos ou contrair dívidas mediante a respetiva e necessária dotação orçamental, em obediência ao princípio fixado no n.º 1 do art.º 44º da Lei n.º 79/VI/2005, de 05 de setembro de modo a que o défice orçamental não venha a ultrapassar os limites estabelecidos no orçamento municipal.

Artigo 13º

Dívida pública municipal

1 - Fica a Câmara Municipal irá aumentar a dívida pública municipal de médio/longo prazo, no montante de 10.024.818\$00 (dez milhões, vinte e quatro mil, oitocentos e dezoito escudos), conforme estabelecido no artigo 25º desta deliberação, destinado a financiamento de alguns projetos municipais constantes no mapa X.

Capítulo IV

Recursos humanos

Artigo 14º

Política de recrutamento

1 - Durante o ano de 2024 ficam congeladas as admissões na Administração Pública Municipal, em conformidade com as disposições específicas da lei que aprova o Orçamento do Estado para o ano de 2024.

2 - Em conformidade com as condições exigidas pela disposição legislativa da Lei que aprova o orçamento do Estado para o ano económico de 2024, a Câmara Municipal, em proposta fundamentada, com conhecimento da Tutela e dos Ministros pelas áreas das finanças e da administração pública, pode descongelar as admissões do Município de S. Domingos.

3. A proposta mencionada no número anterior deve demonstrar, de forma clara, que com as novas admissões, as despesas com o pessoal do Município, incluindo os encargos provisionais com o pessoal, não ultrapassam os limites fixados por lei.

4 - A mobilidade interna dos funcionários da Administração Pública Municipal entre as estruturas orgânicas municipais é efetuada mediante a transferência da dotação orçamental correspondente ao funcionário, do quadro de origem para o novo quadro, sem acréscimo do orçamento global.

6 - A Câmara Municipal fica obrigada a enviar uma cópia de todas as decisões que alterem a situação jurídica dos recursos humanos, nomeadamente, licenças sem vencimento, transferência, comissão de serviço e exoneração, à Direção Geral da Administração Pública para efeitos de atualização da Base de Dados dos Recursos Humanos.

7 - Durante o ano de 2024, reclassificações, reenquadramentos e promoções, realizam-se de acordo com a disponibilidade orçamental e financeira municipal.

Artigo 15º

Formação do pessoal

1 - É fixada uma dotação global de 6.850.000\$00 para a formação de pessoal, em conformidade com o disposto no artigo 111 da Lei n.º 134/IV/95 de 03 de julho, que aprova o Estatuto dos Municípios;

2 - A realização das despesas correspondentes a esta dotação será concretizada, em conformidade com os Planos Anuais de Formação e com o cronograma da sua implementação, elaborados pelas estruturas orgânicas respetivas.

Capítulo V

Sistema Fiscal Municipal

Artigo 16º

Regime geral dos impostos e taxas municipais

Só são liquidados e cobrados os impostos e taxas municipais, criados respetivamente pela Assembleia Nacional e Assembleia Municipal, em obediência aos princípios gerais do sistema fiscal estabelecido pela Constituição, pelo regime das finanças locais e pelo Código Geral Tributário, que tenham sido objeto de inscrição orçamental, podendo ultrapassar a previsão estabelecida, em conformidade com os dispostos no n.º 1 e n.º 2 do art.º 43º da Lei n.º 79/VI/2005 de 05 de setembro.

Artigo 17º

Cobrança das receitas fiscais

1- Fica a Câmara Municipal autorizada a cobrar os impostos e taxas inscritos no orçamento e constantes dos regulamentos, demais legislações tributárias e das deliberações da Assembleia Municipal, com as subseqüentes modificações em diplomas complementares em vigor no País e no Município.

2 - No decorrer do ano de 2024, a Câmara Municipal deve proceder a inventariação das taxas e de outras receitas municipais estabelecidas por lei que não são cobradas no território municipal desencadeando as medidas tendentes a sua efetivação.

Artigo 18º

Apuramento das dívidas fiscais municipais

Para efeitos do disposto no n.º 4 do artigo 43º da Lei n.º 79/VI/2005, de 05 de setembro, deve a Câmara Municipal proceder ao apuramento das receitas fiscais municipais liquidadas e não cobradas até 31 de dezembro de 2024, para eventual cobrança e contabilização nas rubricas correspondentes do orçamento de 2024.

Artigo 20º

Cobrança coerciva de créditos municipais

1 - A Câmara Municipal deve desenvolver, impreterivelmente até o término do primeiro semestre de 2023, todas as diligências necessárias com vista a implementação dos serviços municipais com competências para cobrança coerciva dos créditos municipais, conforme dispõe o artigo 20 da Lei n.º 79/VI/2005, de 05 e setembro, devendo, para o efeito, fazer os ajustamentos necessários na estrutura orgânica municipal.

Artigo 21º

Incentivos fiscais de regularização de dívidas fiscais municipais

1 - É fixado o seguinte regime de incentivo, para regularização das dívidas fiscais em sede dos impostos municipais devido pelas empresas e serviços que apresentem projetos de investimentos de especial interesse para o Município, conforme dispõem o n.º 2 do art.º 6º e o n.º 5 do art.º 17º, ambos da Lei n.º 79/VI/2005 de 05 de setembro, que se conjugam com o n.º 3 do art.º 31 do Código Geral Tributário.

a) como redução em 50%, com perdão de 100% de juros, aos contribuintes que pagarem a totalidade de IUP anual em dívida em 31 dezembro de 2023.

b) Redução em 30%, com perdão de 100% de juros aos contribuintes que optarem pelo parcelamento, do total do IUP anual em dívida.

c) O parcelamento é fixado mediante o pagamento de 50% do Total do IUP anual em dívida, e calculado em prestações mensais e consecutivas, e vai até o limite máximo de 12 (doze) prestações.

d) O presente incentivo inicia a 01 de fevereiro de 2024 e termina a 30 de setembro de 2024

2 – A Câmara Municipal deve tomar as medidas necessárias com vista a divulgação dos incentivos estabelecidos para regularização das dívidas fiscais municipais.

Artigo 22º

Regularização das dívidas fiscais municipais por prestações

1 – É admitida a possibilidade de as dívidas fiscais exequendas em processo executivo serem pagas em regime de prestações, conforme estabelece o Decreto-lei n.º 36/92, de 15 de abril.

2 – Para efeitos do disposto em 1, os serviços da administração fiscal da Câmara Municipal devem proceder a citação dos contribuintes com processos executivos, nos termos e condições estabelecidos pelo artigo 21º desta deliberação.

Artigo 23º

Fiscalização do IUP

1 – A Câmara Municipal desencadeará ações, visando a avaliação de imóveis sujeitos ao Imposto Único sobre o Património (IUP), para efeitos de determinação da base tributável sempre que o valor real declarado pelo contribuinte, quer para efeito de inscrição na matriz, quer para efeito de transmissão onerosa, for inferior ao valor do mercado.

2 – Em conformidade com a Lei n.º 79/V/98 de 07 de dezembro, a Câmara Municipal continuará a promover as condições institucionais em 2024, nomeadamente com a Conservatória dos Registos e Notariado, com vista a que esta continue a fornecer-lhe, periodicamente, as informações relativas aos registos de imóveis realizados pelos contribuintes.

Artigo 24º

Encontro de contas

1 – A Câmara Municipal, em conformidade com a disposição específica fixada na lei que aprova o orçamento do estado para o ano de 2024, deve desencadear junto do Governo um processo negociado para, através de encontro de contas, acordar um plano de amortização das dívidas efetivas em atraso.

2 – Para efeitos do disposto no número anterior, a Câmara Municipal pode estabelecer, pela via de representação, em empresas especializadas ou consultoria contratada, as competências para acordar o plano de amortização das dívidas.

Capítulo VI

Financiamento do orçamento

Artigo 25º

Fontes de financiamento

1 – O orçamento municipal para o ano de 2024 é suportado pelas seguintes e principais fontes de financiamento:

- a) Receitas próprias correntes, no montante global de 292.271.793\$00 (duzentos e noventa e dois milhões, duzentos e setenta e um mil, setecentos e noventa e três escudos) que incluem impostos, taxas, multas e transferências;
- b) Receitas de Capital no valor de 345.928.422\$00 (trezentos e quarenta e cinco milhões, novecentos e vinte e oito mil, quatrocentos e vinte e dois escudos)
- c) Empréstimo e saldo do ano anterior no valor de 12.624.818\$00 (doze milhões, seiscentos e vinte e quatro mil, oitocentos e dezoito escudos)

2 – Podem, no entanto, ser colocados a disposição do Município, outros recursos por parte do Estado, para além do Fundo do Financiamento dos Municípios, conforme o previsto no regime das finanças locais.

Capítulo VII

Disposições finais

Artigo 26º

Entrada em vigor

A presente deliberação entra em vigor logo após a sua publicação no *Boletim Oficial* n.º /2024. — O Presidente da Assembleia Municipal, *Felismina dos Santos Moreno*.

42 CÂMARA MUNICIPAL

REGULAMENTO DE EXECUÇÃO ORÇAMENTAL PARA 2024

PLANO DE ACTIVIDADES E ORÇAMENTO

Normas de acompanhamento da execução

O Plano de Atividades e o Orçamento municipal para o ano de 2024 serão executados em estrita observância às normas de acompanhamento que a seguir se apresentam:

Compete à Secretaria Municipal, o acompanhamento e controlo da execução financeira dos documentos previsionais.

EXECUÇÃO, CONTROLO E ACOMPANHAMENTO ORÇAMENTAL

Execução orçamental

A execução orçamental compreende a prática dos atos que integram a atividade financeira desenvolvida pelos serviços municipais na prossecução das suas atribuições.

Os serviços municipais são responsáveis pela gestão dos meios financeiros afetos às respetivas áreas de atividade e tomarão as medidas necessárias à sua otimização e rigorosa utilização, em estrita obediência às medidas de gestão orçamental definidas pelo órgão executivo.

CONTROLO ORÇAMENTAL

Nenhuma receita pode ser liquidada ou cobrada, mesmo que seja legal, se não tiver sido objeto de inscrição orçamental (artigo 43º, n.º 1 da Lei n.º 79/VII/2005, de 05 de Setembro). Uma das regras vigentes consiste no facto de em matéria de previsão e arrecadação de receitas, vigorar o princípio da tipicidade qualitativa. Significa que só podem ser arrecadadas as receitas inscritas no orçamento, podendo, no entanto, o seu valor ultrapassar o montante inscrito no orçamento.

O controlo orçamental visa a verificação da legalidade e da regularidade financeira das operações de execução orçamental e a apreciação da economia, eficiência e eficácia da gestão do dinheiro público. Efetua-se prévia, concomitante e sucessivamente à realização das operações de execução orçamental e assume a forma de controlo interno, administrativo e externo.

O controlo administrativo e financeiro da execução orçamental cabe, além da própria Câmara Municipal, à Assembleia Municipal e aos órgãos de inspeção e de controlo administrativo do Estado (vide artigo 47º, n.º 1 da Lei das Finanças Locais). O controlo interno da atividade municipal é exercido através da verificação da regularidade das operações contabilísticas relativas a receitas e despesas, uma atividade geralmente exercida pelo Secretário Municipal.

O controlo externo da atividade municipal é exercido pelo Governo, através da tutela da legalidade (controlo administrativo), pela Inspeção-geral de Finanças (controlo financeiro e administrativo), pelo Tribunal de Contas (controlo financeiro jurisdicional) e pelos Tribunais com competência em matéria administrativa. O controlo externo exercido pela Inspeção-geral de Finanças é um controlo exclusivamente “a posteriori” e incide sobre a apreciação da legalidade e regularidade da gestão administrativa e financeira, tendo por objeto a verificação do cumprimento da lei no que se refere às seguintes matérias: Plano de atividades, orçamento e a sua execução, gestão patrimonial.

O controlo externo exercido pelo Tribunal de Contas é um controlo preventivo, mas sobretudo sucessivo. O controlo preventivo (sujeito ao visto prévio) do Tribunal de Contas é um controlo seletivo que incide sobre certos atos e contratos previstos na lei (artigo 42º, n.º 1, da Lei n.º 24/IX/2018, de 2 de dezembro), com o objetivo de averiguar se esses atos e contratos estão em conformidade com a lei e se as despesas têm previsão e cabimento orçamentais.

Estão sujeitos a essa fiscalização prévia do Tribunal de Contas, nos termos da alínea b) do número 1 do artigo 5º:

- a) os contratos de qualquer natureza, quando celebrados por integrantes na Administração direta e local do Estado.
- b) Os atos que resulta que resulte o aumento da dívida pública fundada das entidades referidas nas alíneas a) a c) do número 1 do artigo 3º, bem como os atos que modifiquem as condições gerais de empréstimos visados.
- c) Os contratos de obras públicas, aquisição de bens e serviços, bem como outras aquisições patrimoniais que impliquem dispensa nos termos do número 3 do artigo 46º exceto quando não deduzidos e escrito por força da lei.
- d) As minutas dos contratos sujeitos à escritura pública e ou as minutas do contrato de valor ou superior ao fixado nas leis do Orçamento nos termos do número 3 do artigo 46º, cujos os encargos, parte deles tenham de ser satisfeitos no ato da sua celebração.
- e) Os atos ou contratos que formalizem modificações objetivas a contratos não visados que impliquem um agravamento dos respetivos encargos financeiros ou responsabilidade financeiras.
- f) Os atos ou contratos que formalizem modificações objetivas a contratos não visados que impliquem um agravamento dos respetivos encargos financeiros em valores previsto no número 3 do artigo 46º.

Quando esse órgão, após esta análise, verifica que o processo está de acordo com os requisitos legais, concede o visto. Se, pelo contrário, deteta alguma ilegalidade, recusa o visto. O visto é, pois, um requisito de eficácia no acto administrativo, pelo que sendo recusado, aquele acto não pode produzir efeitos. Por outro lado, nenhum contrato ou acto sujeito à fiscalização prévia pode produzir efeitos, designadamente financeiros, sem o respetivo visto.

O controlo sucessivo exercido pelo Tribunal de Contas é um controlo global que incide

sobre a globalidade da atividade municipal. Os instrumentos essenciais utilizados para o exercício do controlo das despesas públicas municipais pelo Tribunal de Contas (vide artigo 49º da Lei n.º 24/IX/2018, de 2 de fevereiro) são as auditorias, a prestação e julgamento de contas de gerência, podendo esse órgão impor responsabilidade financeira.

Sendo o princípio da legalidade um elemento estruturante das finanças públicas, nenhuma despesa pode ser assumida, autorizada e paga sem que, para além de ser legal, esteja inscrita em orçamento, disponha de dotação adequada e nela tenha cabimento (artigo 44º, n.º 1 da Lei n.º 79/VI/2005 de 05 de Setembro).

A autorização da realização de despesa não cabimentadas e a assunção de compromissos, não podem ocorrer sem que seja verificada a conformidade legal e a regularidade financeira da despesa, respetivamente, porque configura a prática de atos inválidos, invalidada que a lei comina com a nulidade e respetiva responsabilização.

Apenas poderão ser autorizadas despesas no âmbito das competências e atribuições definidas aos Municípios.

ACOMPANHAMENTO ORÇAMENTAL

Trimestralmente, deverão ser realizadas análises aos desvios orçamentais apurados no âmbito das receitas municipais, face às previsões inicialmente definidas. Igualmente, deverá o responsável pela execução orçamental aferir os desvios existentes na execução das despesas à sua responsabilidade, face aos cronogramas iniciais de execução, procedendo à sua reprogramação e remetendo os novos cronogramas de execução à Câmara Municipal, com o objetivo de se compatibilizarem os compromissos orçamentais registados.

ALTERAÇÕES ORÇAMENTAIS

Durante a execução do orçamento poderão haver rubricas que se encontrem insuficientemente dotadas face às despesas que se pretende realizar. Assim, a respetiva despesa não poderá ser autorizada por não ser possível efetuar o cabimento da mesma.

Desta forma, justifica-se, que seja feita uma alteração ou revisão dos valores inscritos no orçamento. Também poderão ocorrer situações que pela sua imprevisibilidade na fase de preparação do orçamento, urgência, ou por razões que visam manter o equilíbrio financeiro justificam a transferência de verbas de uma rubrica para outras, permitindo assim o aumento de flexibilidade e racionalidade da execução do orçamento.

As alterações orçamentais consistem na transferência de verbas de rubricas dotadas em excesso para rubricas que se encontram insuficientemente dotadas, não se alterando, portanto, a dotação global do orçamento. Sem prejuízo dos princípios orçamentais e das regras previsionais, para ocorrer a despesas não previstas ou insuficientemente dotadas, o orçamento poderá ser objeto de revisões e de alterações.

Na revisão e alteração do orçamento municipal, há que distinguir a revisão porque supõe um aumento das despesas ou uma redução de receitas, é da competência da Assembleia Municipal que é quem aprova o orçamento, e a alteração porque não determina aumento de despesas nem redução de receitas, mas mera transferência de verba de uma rubrica para outra, é da competência do órgão executivo, ou seja, da Câmara Municipal.

A transferência de verbas é geralmente feita uma vez por ano a partir do segundo trimestre, mediante proposta fundamentada da Câmara Municipal. Nesse processo, são tidas em conta alguns aspetos importantes, como sejam, as verbas orçamentais que tenham sido objeto de reforço, não podem oferecer disponibilidades para suprir a insuficiência ou inexistência de qualquer outra dotação; e as que tenham oferecido contrapartida para transferência não podem ser reforçadas.

São da competência da Câmara Municipal as seguintes alterações orçamentais:

- a) As transferências de dotações inscritas a favor de serviços que, no decorrer do ano económico, transitem de um departamento para outro;
- b) O reforço de verbas, por inscrição ou transferência, que tenham por contrapartida as dotações previsionais previstas nos artigos 32º n.º 2 e 33º da Lei das Finanças Locais;
- c) A inscrição de dotações orçamentais relativas a donativos,

internos ou externos, não previstos no orçamento;

- d) A inscrição ou reforço de dotações orçamentais por contrapartida de empréstimos que venham a ser disponibilizados ou utilizados durante o período de execução orçamental e que à data da aprovação do orçamento não estavam efetivamente concedidos, desde que não ultrapassem dos limites, condições e aplicação estabelecidos pela Assembleia Municipal na deliberação de aprovação do orçamento;
- e) A inscrição ou reforço de dotações orçamentais por contrapartida em acréscimos de transferências do Estado que, à data da aprovação do orçamento, não estejam definitivamente fixadas.

COMPETÊNCIA NA APROVAÇÃO DE ALTERAÇÕES ORÇAMENTAIS

As alterações aos documentos previsionais, para efeitos da sua aplicação legal, têm de ser sujeitas à aprovação dos respetivos órgãos autárquicos.

Compete à Câmara Municipal, no âmbito do planeamento e do desenvolvimento, aprovar as alterações ao orçamento e às opções do plano, podendo estes atos ser delegados no presidente deste órgão.

As alterações orçamentais, por contrapartida da diminuição ou anulação das dotações da Assembleia Municipal, têm de ser aprovadas por este órgão.

Compete à Assembleia Municipal, em matéria regulamentar e organização do funcionamento, aprovar, sob proposta da Câmara Municipal, as alterações ao orçamento e às opções do plano.

A proposta que a Câmara Municipal apresentar não pode ser alterada pela Assembleia Municipal e carece de devida fundamentação quando rejeitada. Mas a Câmara Municipal deve acolher as sugestões efetuadas pela Assembleia Municipal, quando devidamente fundamentadas, salvo se estas enfermarem de provisões ou factos que possam ser considerados ilegais.

FINANCIAMENTO

Os Municípios podem contrair empréstimos junto de qualquer instituição autorizada por lei a conceder crédito, bem como emitir obrigações e celebrar contratos de locação financeira para financiar projetos de investimentos municipais.

O n.º 3 do artigo 8º da Lei n.º 79/VI/2005, de 05 de setembro, autoriza a Câmara Municipal a contratar financiamento de curto prazo, para suprir dificuldades pontuais de tesouraria, não podendo o seu montante exceder 10% das receitas cobradas no ano económico anterior, excluídas as contas de ordem.

Os empréstimos contraídos para aplicação em investimentos não podem, em caso algum, exceder a vida útil do respetivo investimento e o limite máximo de 20 anos. Compete à Assembleia Municipal, sob proposta da Câmara Municipal, autorizar o recurso pelo Município ao crédito.

O recurso ao crédito a curto prazo carece apenas de Deliberação da Câmara Municipal e não pode exceder o final do ano económico em curso, ficando esta na obrigação de informar a Assembleia Municipal na sessão seguinte.

A proposta da Câmara Municipal, quando se refere a crédito que não seja de curto prazo, é obrigatoriamente acompanhada de informações que incluam, necessariamente:

1. A demonstração, de forma inequívoca e verificável por entidade externa, da relevância do investimento e a capacidade de reembolso por parte do Município;
2. Um mapa demonstrativo da capacidade de endividamento do Município, designadamente, os encargos com juros e amortização do capital de cada um dos empréstimos não reembolsados e sua incidência anual num horizonte de 5 (cinco) anos.

Os encargos anuais com amortizações e juros de crédito de médio e longo prazo, incluindo os dos empréstimos obrigacionistas, não podem exceder o maior dos seguintes limites:

1. 15% do valor das receitas correntes, incluindo as transferências a que o Município tem direito nos termos dos artigos 10º a 13º da lei supra;
2. 25% do valor dos investimentos realizados pelo Município no ano anterior.

DISPOSIÇÕES GERAIS

Na aplicação e interpretação das normas supramencionadas, quaisquer questões adicionais serão esclarecidas através de despacho do Presidente da Câmara Municipal.

Cidade da Várzea da Igreja, 07 de dezembro de 2023.

Deliberação n.º 3/AMS/2023

de 12 de dezembro de 2023

A Assembleia Municipal de S. Domingos, reunida na sua 7ª Sessão Ordinária do primeiro Mandato, no dia 12 dezembro de 2023, delibera, deliberou, por unanimidade, com 16 (dezassex) votas a favor, 0 (zero) contra e 0 (zero) abstenção:

A fixação de um regime de incentivos fiscais e não fiscais aos projetos de investimentos dos benfeitores doadores de patrimónios ao município e aos parceiros de PPP, bem como Incentivos fiscais à regularização de dívidas.

1. Benefícios fiscais e não fiscais aos projetos de investimentos em setores e áreas estratégicas para o desenvolvimento do Município;

O município de São Domingos procura no quadro da promoção da economia local atrair investimentos privados de caráter estratégico para a sua afirmação como um espaço económico competitivo e atrativo no quadro regional e nacional, com destaque para o setor do agronegócio, turismo, cultura e artesanato, energia renováveis e ambiente e de impacto positivo na criação do emprego jovem.

Incentivos fiscais a projetos de investimentos estratégicos

Propõe-se, assim, a fixação de um regime de incentivos fiscais e não fiscais aos projetos estratégicos de setores acima referidos, nos seguintes termos:

- a) Impostos e taxas de caráter temporário (Impostos Único sobre Património sobre imóveis (IUP) e taxas municipais) - isenção de pagamentos do IUP, taxas e emolumentos municipais nos primeiros 5 anos do projeto;
- b) Incentivos de Infraestrutura de caráter temporário, nomeadamente cedência de infraestruturas e equipamentos municipais no quadro da implementação de projetos bem como a realização por conta do município de infraestruturas de suporte a projetos;
- c) Incentivos urbanísticos, nomeadamente assistência pontual à elaboração de planos urbanísticos e projetos de requalificação

Incentivos fiscais e não fiscais aos benfeitores doadores de patrimónios ao município e aos parceiros de PPP

O município de São Domingos tem necessidade de terrenos para a infraestruturização urbana e promoção da economia local e considera a parceria público-privada uma das vias para suprir essa necessidade. Nessa perspetiva propõe aprovar incentivos aos benfeitores que se optarem por doações patrimoniais ao município.

Incentivos fiscais e não fiscais aos benfeitores doadores de patrimónios ao município e aos projetos de parceiros de Parceria Público-privada com o Município

Propõe-se, assim, a fixação de um regime de incentivos fiscais aos contribuintes doadores de patrimónios ao Município no valor superior a 1.000.000\$00 (um milhão de escudos), que comporte:

- a) A redução 50% de dívidas acumuladas em sede do IUP, com perdão de 100% de juros, bem como a isenção de pagamentos de IUP, taxas e emolumentos municipais, nos próximos 2 anos;
- b) Incentivos de Infraestrutura de caráter temporário, nomeadamente cedência de infraestruturas e equipamentos municipais no quadro da implementação de projetos, bem como a realização por conta do município de infraestruturas de suporte a projetos de contribuintes doadores acima referidos
- c) Incentivos urbanísticos, nomeadamente assistência pontual à elaboração de planos urbanísticos e projetos de requalificação

Propõe-se também a fixação de um regime de incentivos municipais aos de parceiros, que realizarem ou que participem em projetos de PPP com o Município:

- a) A isenção de pagamentos do IUP, taxas e emolumentos municipais nos durante a vigência da PPP;
- b) Incentivos de Infraestrutura de caráter temporário nomeadamente cedência de infraestruturas e equipamentos municipais no quadro da implementação de projetos, bem como a realização por conta do município de infraestruturas de suporte a projetos desses contribuintes;
- c) Incentivos urbanísticos, nomeadamente assistência pontual à elaboração de planos urbanísticos e projetos de requalificação.

3 Incentivos fiscais à regularização das dívidas fiscais municipais.

As dívidas fiscais acumuladas ascendiam a 30 de setembro de 2023, a um montante de ... e os esforços de cobrança desenvolvidos não tem tido respostas esperadas. Estudos e experiências de outros municípios, mostram que medidas de incentivos à cobrança pela via de perdão de juros e bónus aos cumpridores tem ajuda a melhorar o indicador de cobrança

Incentivos fiscais à regularização de dívidas

Propõe-se, assim, a fixação de um regime de incentivo, para regularização das dívidas fiscais em sede do Impostos Único sobre Património sobre imóveis (IUP), dívidas pelas pessoas singulares, conforme dispõe o n.º2 do artº 6 e no n.º5 do art 17º, ambos da lei n.º79/VI/2005, d 05 de setembro:

- a) Redução em 50%, com perdão de 100% de juros, aos contribuintes que pagarem a totalidade IUP em dívida;
- b) Redução em 30%, com perdão e100% de juros, aos contribuintes que optarem pelo parcelamento, do total do IUP anual em dívida;
- c) O parcelamento é fixado mediante o pagamento de 50% do total do IUP em dívida, e calculado em prestações mensais e consecutivas, e vai até o limite máximo de 12 (doze) prestações;
- d) O presente incentivo terá início a 1 de janeiro de 2024 e termina a 30 de setembro do mesmo ano.

Paços do Concelho aos 12 de dezembro de 2023. — A Presidente da Assembleia Municipal, *Felíssima dos Santos Moreno*

MUNICÍPIO DE SÃO DOMINGOS
Câmara Municipal
Orçamento 2024

MAPA I - Receitas e Ativos não financeiros do Município, especificado segundo uma classificação económica e orgânica

Código	Designação	Administração Directa	Investimentos	Total Geral
01.	Receitas	292 271 793,00	345 928 422,00	638 200 215,00
01.01	IMPOSTOS	44 900 000,00	-	44 900 000,00
01.01.03	Imposto Sobre Património	39 800 000,00	-	39 800 000,00
01.01.03.01	Imposto único sobre património	39 800 000,00	-	39 800 000,00
01.01.03.01.01	Pessoas singulares	39 800 000,00	-	39 800 000,00
01.01.04.04.01	Imposto de Turismo	-	-	-
01.01.04.04.09	Outros Diversos	-	-	-
01.01.04.05	Outros impostos	4 800 000,00	-	4 800 000,00
01.01.04.05.01	Imposto de circulação de veículos automóveis	4 800 000,00	-	4 800 000,00
01.01.04.06	Outros impostos diversos sobre bens e serviços	-	-	-
01.01.06	Outros Impostos	300 000,00	-	300 000,00
01.01.06.01	Imposto Selo	300 000,00	-	300 000,00
01.01.06.01.01	Outros (Selo)	300 000,00	-	300 000,00
01.03	Transferências	183 222 966,00	294 378 422,00	477 601 388,00
01.03.01	Do Governos Estrangeiros	-	89 592 214,00	89 592 214,00
01.03.01.02	Capital	-	89 592 214,00	89 592 214,00
01.03.01.02.01	Ajuda Orçamental	-	-	-
01.03.01.02.02	Ajuda Alimentar	-	-	-
01.03.01.02.03	Donativos Directos	-	89 592 214,00	89 592 214,00
01.03.01.02.09	Outras	-	-	-
01.03.02	De Organizações Internacionais	-	-	-
01.03.02.01	Correntes	-	-	-
01.03.02.01.01	Ajuda Orçamental	-	-	-
01.03.02.01.02	Ajuda Alimentar	-	-	-
01.03.02.01.03	Donativos Directos	-	-	-
01.03.02.01.09	Outras	-	-	-
01.03.03	Das Administrações Públicas	183 222 966,00	204 786 208,00	388 009 174,00
01.03.03.01	Correntes	183 222 966,00	-	183 222 966,00
01.03.03.01.01	Administração Central	177 222 966,00	-	177 222 966,00
01.03.03.01.02	Administração local	6 000 000,00	-	6 000 000,00
01.03.03.02	Capital	-	204 786 208,00	204 786 208,00
01.03.03.02.01	Administração Central	-	204 786 208,00	204 786 208,00
01.03.03.02.01	Administração Local	-	-	-
01.04	Outras receitas	64 148 827,00	-	64 148 827,00
01.04.01	Rendimento de propriedade	400 000,00	-	400 000,00
01.04.01.05	Rendas	400 000,00	-	400 000,00
01.04.01.05.04	De Terrenos	-	-	-
01.04.01.05.05	De habitações	-	-	-
01.04.01.05.06	De edifícios	-	-	-
01.04.01.05.07	Outras rendas	400 000,00	-	400 000,00
01.04.01.05.09	Outros rendimentos de propriedade	-	-	-
01.04.02	Vendas de bens e serviços	52 848 827,00	-	52 848 827,00
01.04.02.01	Vendas de bens correntes	69 619,00	-	69 619,00
01.04.02.01.03	Publicações e impressos	69 619,00	-	69 619,00
01.04.02.02	Taxas de prestações de serviços	52 779 208,00	-	52 779 208,00
01.04.02.02.01	Prestações sociais	38 279 208,00	-	38 279 208,00
01.04.02.02.01.00.07	Taxas de serviço de comércio	3 500 000,00	-	3 500 000,00
01.04.02.02.01.00.09	Taxa de serviço de secretaria	3 500 000,00	-	3 500 000,00
01.04.02.02.01.01.00	Taxas de licença de loteamento de execução de obras de particulares de utilização de via pública por motivos de obras e de utilização de	8 200 000,00	-	8 200 000,00
01.04.02.02.01.01.01	Taxa de construção, manutenção ou reforço de infraestruturas urbanísticas e de saneamento	-	-	-
01.04.02.02.01.01.02	Taxa de ocupação de domínio público e aproveitamento de bens de utilização	-	-	-
01.04.02.02.01.01.03	Taxa de ocupação e utilização de locais reservados nos mercados e feiras	229 088,00	-	229 088,00
01.04.02.02.01.01.04	Taxa de aferição de pesos e medidas e aparelhos de medição	-	-	-
01.04.02.02.01.01.05	Taxa de estacionamento de veículos em parques ou outros locais a esse fim detinado	-	-	-
01.04.02.02.01.01.07	Taxa de serviços de publicidade com fins comerciais	-	-	-
01.04.02.02.01.01.08	Taxa de autorização de venda ambulante nas vias e recintos públicos	3 000 000,00	-	3 000 000,00
01.04.02.02.01.01.09	Taxa de serviço de enterramento, concessão de terrenos e uso e edificação de jazigos e de outras instalações em cemitérios municipais	3 170 120,00	-	3 170 120,00
01.04.02.02.01.02.00	Taxas de registos e licenças de cães	-	-	-
01.04.02.02.01.02.00.05	Taxa de Viacao	3 200 000,00	-	3 200 000,00
01.04.02.02.01.02.01	Taxa de utilização de matadouro e talho municipais	200 000,00	-	200 000,00
01.04.02.02.01.02.02	Taxa pela Utilização de quaisquer instalações destinadas ao conforto, comodidade ou recreio público	50 000,00	-	50 000,00
01.04.02.02.01.02.03	Taxa de comparticipação dos proprietários de solos urbanos nos custos da urbanização	800 000,00	-	800 000,00
01.04.02.02.01.02.04	Taxa pela comparticipação dos proprietários de imóveis em áreas urbanizadas nos custos de conservação dos espaços públicos	800 000,00	-	800 000,00
01.04.02.02.01.02.05	Taxas pelas extrações de inertes em explorações particulares a céu aberto	6 200 000,00	-	6 200 000,00
01.04.02.02.01.02.06	Taxa pela concessão de licenças de obras no solo e subsolo do domínio público municipal	2 500 000,00	-	2 500 000,00
01.04.02.02.01.02.07	Taxa pelo aproveitamento de bens de utilidade pública situados no solo e subsolo e espaço aéreo do domínio público municipal	2 000 000,00	-	2 000 000,00
01.04.02.02.01.02.09	Taxas pela instalação de antenas parabólicas	50 000,00	-	50 000,00
01.04.02.02.01.03.00	Taxas pela instalação de antenas de operadores de telecomunicação móveis	20 000,00	-	20 000,00
01.04.02.02.01.03.03	Taxa de serviço de licenciamento de alambique	-	-	-
01.04.02.02.01.03.04	Taxa pela emissão de outras licenças não previstas nas rubricas anteriores	860 000,00	-	860 000,00
01.04.02.02.01.09.09	Outras Taxas	-	-	-
01.04.02.03	Taxas de outros serviços	12 000 000,00	-	12 000 000,00
01.04.02.03.09	Outros	12 000 000,00	-	12 000 000,00
01.04.02.04	Emolumentos pessoais	2 500 000,00	-	2 500 000,00
01.04.02.04.09	Serviços diversos	2 500 000,00	-	2 500 000,00
01.04.03	Multas e outras penalidades	5 100 000,00	-	5 100 000,00
01.04.03.04	Taxa de relaxe	800 000,00	-	800 000,00
01.04.03.05	Multas por infrações de código de postura municipais	2 500 000,00	-	2 500 000,00
01.04.03.06	Juros de mora	1 800 000,00	-	1 800 000,00
01.04.04	Outras transferências	5 800 000,00	-	5 800 000,00
01.04.04.01	Correntes	5 800 000,00	-	5 800 000,00
01.04.04.02	Capital	-	-	-
01.04.05	Outras receitas diversas e não especificadas	-	-	-
03.01	Activos não financeiros	-	51 550 000,00	51 550 000,00
01.04.05.02	Reposições não abatidas no pagamento	-	600 000,00	600 000,00
03.01.01.02.04.02	Vendas de outras maquinarias e equipamentos	-	5 450 000,00	5 450 000,00
03.01.04.01.02	Vendas de terrenos do domínio público	-	45 500 000,00	45 500 000,00

MAPA III - DESPESA DE FUNCIONAMENTO E DE INVESTIMENTO DO MUNICÍPIO SEGUNDO A CLASSIFICAÇÃO FUNCIONAL

Código funcional	Descrição	Orçamento		Total	Peso no orçamento
		Funcionamento	Investimento		
TOTAL		212 419 210	425 781 005	638 200 215	100,00%
07.00.01	Serviços Públicos Gerais	212 419 210	0	212 419 210	33,28%
07.00.01.01.01	Órgãos Legislativos e executivos (Câmara Municipal e Assembleia Municipal)	32 763 134		32 763 134	5,13%
07.00.01.01.02	Administração Financeira e Fiscal	71 557 084		71 557 084	11,21%
07.00.01.03	Serviços Gerais	108 098 992		108 098 992	16,94%
07.00.01.03.01	Administração de Pessoal	94 252 491		94 252 491	14,77%
07.00.01.03.03	Outros Serviços Gerais	13 846 501		13 846 501	2,17%
07.00.08	Ativos não financeiros	0		0	0,00%
07.00.03	Segurança e Ordem Pública	0	150 000	150 000	0,02%
07.00.03.06.00	Programa Nadador Salvador (vigilância das praias)	0	150 000	150 000	0,02%
		0		0	0,00%
07.00.04	Assuntos Económicos	0	75 575 000	75 575 000	11,84%
07.00.04.01.01	Comercio	0	2 500 000	2 500 000	0,39%
07.00.04.01.02	Assuntos laborais e de Emprego	0	29 375 000	29 375 000	4,60%
07.00.04.02	Agricultura Sivicultura Pesca e caça			0	0,00%
07.00.04.02.01	Agricultura	0	10 200 000	10 200 000	1,60%
07.00.04.02.02	Sivicultura			0	0,00%
07.00.04.02.04	Pesca	0	8 450 000	8 450 000	1,32%
07.00.04.02.01	Pecuaria			0	0,00%
07.00.04.03.05	Energia	0	2 500 000	2 500 000	0,39%
07.00.04.04.02	Industria	0	1 750 000	1 750 000	0,27%
07.00.04.05	Transportes				
07.00.04.05.01	Rede Rodoviaria				
07.00.07.04.03	Turismo	0	11 550 000	11 550 000	1,81%
07.00.03.06	Outros não especificados	0	9 250 000	9 250 000	1,45%
07.00.05	Proteção Ambiental	0	21 061 428	21 061 428	3,30%
07.00.05.05.00	I&D Proteção Ambiental	0	8 761 428	8 761 428	1,37%
07.00.05.06.00	Outros não especificados	0	12 300 000	12 300 000	1,93%
07.00.06	Habitação e Desenvolvimento Urbanístico	0	224 593 000	224 593 000	35,19%
07.00.06.02.00	Desenvolvimento Urbanístico	0	110 945 000	110 945 000	17,38%
07.00.06.05.00	I&D Habitação e Desenvolvimento Urbanístico	0	75 068 000	75 068 000	11,76%
07.00.06.03.00	Abastecimento de Agua	0	38 580 000	38 580 000	6,05%
07.00.07	Saude		3 500 000	3 500 000	
07.00.07.05	Outros não especificados		3 500 000	3 500 000	0,55%
07.00.08	Serviços culturais, recreativos e religiosos	0	39 451 917	39 451 917	6,18%
07.00.08.01.00	Serviços Recreativos e Desporto	0	4 300 000	4 300 000	0,67%
07.00.08.02.00	Serviços culturais	0	35 151 917	35 151 917	5,51%
07.00.09	Educação	0	22 650 000	22 650 000	3,55%
07.00.09.01.01	Ensino Pre Escolar	0	3 650 000	3 650 000	0,57%
07-00-09-02	Melhoria da Qualidade do Ensino Secundário	0	12 000 000	12 000 000	1,88%
07.00.09.04	Esino Universitario	0	4 000 000	4 000 000	0,63%
07.00.09.08.00	Outros não especificados de Educação	0	3 000 000	3 000 000	0,47%
07.00.10	Proteção Social	0	38 799 660	38 799 660	6,08%
07.00.10.06.00	Habitação	0	28 300 000	28 300 000	4,43%
07.00.10.08	I&D Proteção Social	0	10 499 660	10 499 660	1,65%
07.00.10.08.00	I&D Proteção Social	0	10 499 660	10 499 660	1,65%
TOTAL		212 419 210	425 781 005	638 200 215	100,00%

MAPA VII- Orçamento consolidado das receitas e ativos não financeiros e das despesas e ativos não financeiros de funcionamento e investimentos, segundo uma classificação económica

Económica	Capítulo/Grupo	Total
01'	Receitas e ativos não financeiros	
01.01	Impostos	44 900 000,00
01.03	Transferências	477 601 388,00
01.04	Outras receitas	64 148 827,00
03.01	Activos não Financeiros	51 550 000,00
Total GERAL/RECEITAS		638 200 215,00
Despesas de correntes		
02.01	Despesas com pessoal	145 974 819,00
02.02	Aquisição de bens e serviços	36 638 341,00
02.04	Juros e outros encargos	8 300 667,00
02.06	Transferências	850 000,00
02.07	Benefícios Sociais	9 360 000,00
02.08	Outras despesas	11 295 383,00
03.01	Activos não Financeiros	-
Total Despesas Correntes		199 794 392,00
Eixos- Investimentos		
1	TRANSVERSAL	17 461 428,00
2	BOA GOVERNAÇÃO	28 025 000,00
3	CAPITAL HUMANO	67 101 917,00
4	COMPETITIVIDADE	34 450 000,00
5	INFRA-ESTRUTURAÇÃO	239 943 000,00
6	COESÃO SOCIAL	38 799 660,00
Total Despesas Investimentos		425 781 005,00
TOTAL GERAL		625 575 397,00

Mapa VIII - Orçamento consolidado das Receitas e ativos não financeiros das Despesas de Funcionamento segundo uma classificação Orgânica

Receitas	Ano	Peso	Despesas	Ano	Peso
	2024	%		2024	%
Impostos	44 900 000,00	7%	Assembleia Municipal	6 126 289,00	1%
Segurança Social	-	0%	Gabinete do Presidente	13 113 501,00	2%
Transferências	477 601 388,00	75%	Direção Administrativa e Financeira	100 152 084,00	16%
Outras receitas	64 148 827,00	10%	Gabinete de apio vereadores	16 004 225,00	3%
Activos não Financeiros	51 550 000,00	8%	Gabinete de estudos e projectos	3 876 108,00	1%
			Delegação Municipal	18 156 794,00	3%
			DirDireção O. T. Serviços Urbanos	245 916 482,00	39%
			Direção D. E. e Cultural	217 746 538,00	34%
			Direção de oficinas e transporte escolar	17 108 194,00	3%
Receitas totais	638 200 215,00	100%	Despesas Totais	638 200 215,00	100%

MAPA XI- Resumo das operações fiscais do Município, especificando os saldos e a natureza do seu financiamento

Económica	Descrição	Administração directa	Serviços Autónomos	Sub-total	Investimento	Total	Parcial %	Global %
TOTAL RECEITAS		292 271 793,00	-	292 271 793,00	345 928 422,00	638 200 215,00	100%	100%
01	RECEITAS			-		-	0%	0%
01.01	Impostos	44 900 000,00	-	44 900 000,00	-	44 900 000,00	15%	7%
01.02	Segurança Social	-	-	-		-	0%	0%
01.03	Transferências	183 222 966,00	-	183 222 966,00	294 378 422,00	477 601 388,00	63%	75%
01.04	Outras receitas	64 148 827,00	-	64 148 827,00	-	64 148 827,00	22%	10%
03.01	Activos não Financeiros	-	-	-	51 550 000,00	51 550 000,00	0%	8%
TOTAL DESPESAS		212 419 210,00	-	212 419 210,00	438 405 823,00	650 825 033,00	100%	100%
02	DESPESAS							
02.01	Despesas com pessoal	145 974 819,00		145 974 819,00	6 850 000,00	152 824 819,00	69%	23%
02.02	Aquisição de bens e serviços	36 638 341,00		36 638 341,00	2 400 000,00	39 038 341,00	17%	6%
...	...			-		-	0%	0%
02.04	Juros e outros encargos	8 300 667,00		8 300 667,00	-	8 300 667,00	4%	1%
02.06	Transferências	850 000,00		850 000,00		850 000,00	0%	0%
02.07	Benefícios Sociais	9 360 000,00		9 360 000,00	6 249 660,00	15 609 660,00	4%	2%
02.08	Outras despesas	11 295 383,00		11 295 383,00	151 438 345,00	162 733 728,00	5%	25%
03.01	Activos não financeiros	-		-	271 467 818,00	271 467 818,00	0%	42%
Investimento					425 781 005,00			
Financiamento interno					131 402 583,00			
Financiamento externo					294 378 422,00			
Empréstimo								

Total Receita	Total Despesas	Déficit Global
638 200 215,00	650 825 033,00	(12 624 818,00)
	Financiamento	(12 624 818,00)

03.02 - Ativos Financeiros	Valor	
03.02.01.02.01	Constituições de depósitos, certificados de depósitos e poupanças	2 600 000,00

Passivos Financeiros	22 649 636,00
----------------------	---------------

Mercado Interno	22 649 636,00
Empréstimos Obtidos - Aquisições	10 024 818,00
Empréstimos Obtidos Amortização	12 624 818,00
Outras Passivos Financeiros - Aquisição	-

Total de Operações activas

Total de Operações Passivo

2 600 000,00	22 649 636,00	-20 049 636,00
--------------	---------------	----------------

Necessidade de Financiamento

Déficit Global	Financiamento	GAP
12 624 818,00	- 12 624 818,00	-

MAPA X - Programa de Investimentos Públicos do Município, Estruturado por Programas, Sub-programas e Projetos
0,00

Prog	C.E	Designação	Fontes de Financiamento				Alienações/ Activos	Total Geral
			Orçamento Municipal	Governo /Tesouro	Donativos			
TOTAL GERAL			79 852 583,00	204 786 208,00	89 592 214,00	51 550 000,00	425 781 005,00	
1		TRANSVERSAL	5 480 250,00	1 588 964,00	10 392 214,00	0,00	17 461 428,00	
11		GENERO	1 100 000,00	200 000,00	2 500 000,00	0,00	3 800 000,00	
111		Promoção da Igualdade e Equidade de Género	1 100 000,00	200 000,00	2 500 000,00	0,00	3 800 000,00	
111.1	02.08.02	Empoderamento social e económico das mulheres	1 000 000,00		2 500 000,00		3 500 000,00	
111.2	02.08.02	Gabinete de Apoio e Encaminhamento às Vítimas de VBG, consumo de álcool e outras drogas e de exclusão social;	100 000,00	200 000,00			300 000,00	
12		JUVENTUDE	1 300 000,00	0,00	3 600 000,00	0,00	4 900 000,00	
121		Participação e representação dos jovens	1 300 000,00	0,00	3 600 000,00	0,00	4 900 000,00	
121.1	02.08.02	Apoio ao Empreendedorismo Jovem (capacitação, Start-UP e prémio empreendedor)	500 000,00		3 000 000,00		3 500 000,00	
121.2	02.08.02	Reforço da capacidade técnica e operacional das Associações Juvenis	300 000,00		600 000,00		900 000,00	
121.3	02.08.02	Promoção de Atividades de Lazer e de Integração Social (intercâmbios e atividades de voluntariado)	100 000,00				100 000,00	
121.4	02.08.02	Semana Municipal da Juventude	150 000,00				150 000,00	
121.5	02.08.02	Semana Global do Empreendedorismo	150 000,00				150 000,00	
121.6	02.01.01.02.07	Criação e Implimentação do Corpo de Voluntariado em Acção	100 000,00				100 000,00	
13		AMBIENTE	3 080 250,00	1 388 964,00	4 292 214,00	0,00	8 761 428,00	
131		Gestão Equilibrada dos Recursos Naturais	3 080 250,00	1 388 964,00	4 292 214,00	0,00	8 761 428,00	
311.1	03.01.01.01.06.01	Arborização de bermas de estradas, municipais e espaços publicos (Ornamentação "São Domingos Verde");	600 000,00				600 000,00	
311.2	02.08.02	Ações de capacitação: 1-Jardinagem, atribuição de Kit de Jardinagem e 2-Técnicas de recolha;	51 500,00		200 000,00		251 500,00	
311.3	02.08.02	Projeto "Viveiros Municipal";	500 000,00		700 000,00		1 200 000,00	
311.4	02.08.02	Projeto "Criança Amiga do Ambiente";	500 000,00		350 000,00		850 000,00	
311.5	02.08.02	Comemoração do Dia Mundial do Ambiente;	70 000,00		0,00		70 000,00	
311.6	02.08.02	Feira Municipal de Plantas Ornamentais - 3ª Edição e comemoração de datas e efemérides ambientais;	200 000,00		0,00		200 000,00	
311.7	02.08.02	Implementação de projetos de reflorestação, com plantas endémicas e fruteiras nas comunidades estrategicamente identificadas em parceria com a ACD Agro Louira e do Planalto-Rui Vaz;	1 158 750,00	1 388 964,00	3 042 214,00		5 589 928,00	
2		BOA GOVERNAÇÃO	6 025 000,00	6 500 000,00	15 500 000,00	0,00	28 025 000,00	
21		Reforma do Estado e da Administração Pública	4 575 000,00	6 500 000,00	13 500 000,00	0,00	24 575 000,00	
211		Modernização da Administração Pública	4 575 000,00	6 500 000,00	13 500 000,00	0,00	24 575 000,00	
211.1	02.01.01.02.07	Formação e qualificação dos Recursos Humanos; (Inclui a Formação de Polícia Municipal, Assistência técnica e honorários)	1 000 000,00	3 500 000,00			4 500 000,00	
211.2	03.01.01.02.03.01	Aquisição de Equipamentos Administrativos e Mobiliários Diversos;	1 200 000,00		1 500 000,00		2 700 000,00	
211.3	03.01.01.02.04.01	Aquisição de drones;	125 000,00				125 000,00	
211.4	02.02.01.00.05	Criação central de impressão;	450 000,00				450 000,00	
211.5	03.01.01.02.01.01	Viaturas - aquisição;		3 000 000,00	12 000 000,00		15 000 000,00	
211.6	02.02.01.00.09	Material de transporte – peças;	1 800 000,00				1 800 000,00	
22		Governação Eletrónica	1 300 000,00	0,00	2 000 000,00	0,00	3 300 000,00	
22.1	02.01.01.02.07	Capacitação dos Stafs em SIG - Sistema de Informação e Gestão	450 000,00				450 000,00	
22.2	03.01.01.01.06.01	Instalação de Praça Digitais;	850 000,00		2 000 000,00		2 850 000,00	
23		Segurança	150 000,00	0,00	0,00	0,00	150 000,00	
231		Reforço da Segurança Interna	150 000,00	0,00	0,00	0,00	150 000,00	
231.1	02.02.02.01.00	Programa Nadador Salvador (vigilância das praias)	150 000,00				150 000,00	
3		CAPITAL HUMANO	30 199 333,00	20 902 584,00	16 000 000,00	0,00	67 101 917,00	
31		Educação	16 150 000,00	2 500 000,00	4 000 000,00	0,00	22 650 000,00	
311		Melhoria da Qualidade do Ensino Pré-Escolar	1 150 000,00	2 500 000,00	0,00	0,00	3 650 000,00	
311.1	02.01.01.02.07	Formação e capacitação das Monitoras de Infância;	300 000,00				300 000,00	
311.2	03.01.01.01.04.01	Apetrechamento dos Jardins Infantis com equipamentos didáticos modernos;	850 000,00	2 500 000,00			3 350 000,00	
312		Melhoria da Qualidade do Ensino Secundário	12 000 000,00	0,00	0,00	0,00	12 000 000,00	
312.1	02.08.02	Reforço do Transporte Escolar	12 000 000,00				12 000 000,00	
313		Ação Social Escolar	1 500 000,00	0,00	1 500 000,00	0,00	3 000 000,00	
313.1	02.08.02	Apoio aos estudantes carenciados (Kits escolar, propinas, etc.)	1 500 000,00		1 500 000,00		3 000 000,00	
314		Ensino Superior	1 500 000,00	0,00	2 500 000,00	0,00	4 000 000,00	
314.1	02.08.02	Apoio à Inserção dos Jovens no Ensino Superior	1 500 000,00		2 500 000,00		4 000 000,00	
32		Desporto	1 800 000,00	0,00	2 500 000,00	0,00	4 300 000,00	
321		Generalização da Prática Desportiva	1 800 000,00	0,00	2 500 000,00	0,00	4 300 000,00	
321.1	02.08.02	Dinamização de Práticas Desportivas (Apoio e incentivos à Criação de Escolas de Iniciação Desportiva, Gala Municipal do Desporto, Apoio a clubes federados, capacitação)	1 800 000,00		2 500 000,00		4 300 000,00	
33		Emprego e Formação Profissional	1 500 000,00	0,00	0,00	0,00	1 500 000,00	
331		Formação profissional direcionada para o emprego e inclusão social	1 500 000,00	0,00	0,00	0,00	1 500 000,00	
331.1	02.01.01.02.07	Programa de ações de fomento ao emprego e promoção empresarial no município (Formação, estágio, formalização de Unidades de Negócios, promoção auto emprego);	1 500 000,00				1 500 000,00	
34		Cultura	9 749 333,00	18 402 584,00	7 000 000,00	0,00	35 151 917,00	
341		Valorização dos Produtos Culturais e Património Histórico-Cultural	9 749 333,00	18 402 584,00	7 000 000,00	0,00	35 151 917,00	
341.1	02.08.02	Reforço da Dinamização, promoção e divulgação da musical: Escolas de Música, Dança e Teatro, festivais, show de talentos (Galas de vozes infanto-juvenil, minifestival de teatro, Gala de Vozes), lembra nos mestre, "quei nha arte, gravação musical, festas de romarias, comemoração da data e efeméres, intercâmbios, banda musical)	5 500 000,00	3 000 000,00	7 000 000,00		15 500 000,00	
341.2	02.08.02	Apetrechamento, Reforço, dinamização, promoção e divulgação da artesanato;	500 000,00	8 652 584,00			9 152 584,00	
341.3	02.08.02	Musicalização e Criação de Centro interpretativo em Baia de Alcatraz, em parceria com IPC e paróquia de Nossa Senhora da Luz;	450 000,00	500 000,00			950 000,00	
341.4	02.08.02	Projeto Casa da Cultura e estatua-Ano Nobu;	949 333,00	5 750 000,00			6 699 333,00	
341.5	02.08.02	Projeto de promoção de teatro e Artes;	500 000,00				500 000,00	
341.7	02.08.02	Projeto Natal de Luz e Cor;	1 400 000,00				1 400 000,00	
341.8	02.08.02	Carnaval SD 2023;	450 000,00	500 000,00			950 000,00	
35		Saúde	1 000 000,00	0,00	2 500 000,00	0,00	3 500 000,00	
351		Melhoria da Prestação de Cuidados de Saúde	1 000 000,00	0,00	2 500 000,00	0,00	3 500 000,00	
351.1	02.07.02.01	Feiras de Saúde, campanhas e ações de IEC nas comunidades;	350 000,00		500 000,00		850 000,00	
351.2	02.08.02	Comemoração das datas/efeméres ligado à saúde;	300 000,00				300 000,00	
351.3	02.08.02	Apoio no apetrechamento das USB's nas comunidades mais despensas do município;	350 000,00		2 000 000,00		2 350 000,00	
4		COMPETITIVIDADE	7 350 000,00	18 800 000,00	8 300 000,00	0,00	34 450 000,00	

CALCULO DOS JUROS E AMORTIZAÇÕES OBRIGAÇÕES PARA 2024

	MONT/CREDITO	JUROS	AMORTIZAÇÕES
1			0.00
2			0.00
3			0.00
4			0.00
5			0.00
6	9,571,429.00	3,857,142.86	5,714,286.14
7			0.00
8			0.00
9			0.00
10			0.00
11			0.00
12	9,428,572.00	3,714,285.71	5,714,286.29
TOTAL		7,571,428.57	11,428,572.43

TOTAL DE JUROS	7,571,429.00
TOTAL DE AMORTIZAÇÕES	11,428,572.00
TOTAL	19,000,001.00

TOTAL DE JUROS	8,300,667.00
TOTAL DE AMORTIZAÇÕES	12,624,818.00
TOTAL	20,925,485.00

CALCULO DOS JUROS E AMORTIZAÇÕES PARA 2024 CREDITO

	MONT/CREDITO	JUROS	AMORTIZAÇÕES
1	160,457.00	63,034.00	97,423.00
2	160,457.00	62,628.00	97,829.00
3	160,457.00	62,220.00	98,237.00
4	160,457.00	61,811.00	98,646.00
5	160,457.00	61,400.00	99,057.00
6	160,457.00	60,987.00	99,470.00
7	160,457.00	60,573.00	99,884.00
8	160,457.00	60,156.00	100,301.00
9	160,457.00	59,739.00	100,718.00
10	160,457.00	59,319.00	101,138.00
11	160,457.00	58,897.00	101,560.00
12	160,457.00	58,474.00	101,983.00
TOTAL		729,238.00	1,196,246.00

TOTAL DE JUROS	729,238.00
TOTAL DE AMORTIZAÇÕES	1,196,246.00
TOTAL	1,925,484.00

Mapas Evolução de execução Orçamental - Despesas 2020/2021/2022 a Setembro 2023

Rubrica	Designação	Ano					Taxa crescimento	
		2020	2021	2022	2023 ate setembro	2020/2021	2021/2022	
						%	%	
0.2	Despesas Correntes	182,962,162.00	213,737,983.00	222,249,129.00	186,511,435.00	16.82%	3.98%	
	Despesas							
02.01	Despesas com o pessoal	122,827,302.00	141,246,695.00	133,876,257.00	88,661,319.00	15%	-5%	
02.01.01	Remunerações certas e permanentes	122,827,302.00	141,246,695.00	133,876,257.00	88,661,319.00	15.00%	-5.22%	
02.01.01.01	Remunerações e abonos	111,792,481.00	121,332,230.00	118,421,672.00	76,911,482.00	8.53%	-2.40%	
02.01.01.01.01	Pessoal dos quadros especiais	9,656,176.00	16,694,505.00	16,427,032.00	10,372,856.00	72.89%	-1.60%	
02.01.01.01.02	Pessoal do quadro	27,553,229.00	28,882,062.00	27,610,742.00	18,012,100.00	4.82%	-4.40%	
02.01.01.01.03	Pessoal contratado	74,583,076.00	75,755,663.00	74,383,898.00	48,526,526.00	1.57%	-1.81%	
02.01.01.02	Abonos variáveis ou eventuais	9,693,287.00	19,444,265.00	15,013,585.00	11,749,837.00	100.60%	-22.79%	
02.01.01.02.01	Gratificações permanentes	354,729.00	390,995.00	408,000.00	306,000.00	10.22%	4.35%	
02.01.01.02.02	Subsídios permanentes	0.00	860,400.00	840,000.00	630,000.00		-2.37%	
02.01.01.02.03	Despesas de representação	243,440.00	224,400.00	244,800.00	163,200.00	-7.82%	9.09%	
02.01.01.02.04	Gratificações eventuais	743,351.00	7,930,118.00	9,239,740.00	6,167,947.00	966.81%	16.51%	
02.01.01.02.05	Horas extraordinárias	6,519,469.00	3,505,182.00	3,453,549.00	2,858,916.00	-46.24%	-1.47%	
02.01.01.02.06	Alimentação e alojamento	0.00	95,340.00	27,862.00	257,814.00		-70.78%	
02.01.01.02.07	Formação		3,522,110.00	615,722.00	1,083,760.00		-82.52%	
02.01.01.02.09	Outros suplementos e abonos	790,569.00	2,915,720.00	183,912.00	282,200.00	268.81%	-93.69%	
02.01.01.03	Dotação provisória	122,400.00	0.00	0.00	0.00	-100.00%		
02.01.01.03.02	Recrutamentos e nomeações	122,400.00				-100.00%		
02.01.02	Segurança Social	1,219,134.00	470,200.00	441,000.00	0.00	-61.43%	-6.21%	
02.01.02.01	Segurança social dos agentes do Município	1,219,134.00	470,200.00	441,000.00	0.00	-61.43%	-6.21%	
02.01.02.01.01	Contribuições para a segurança social	915,188.00				-100.00%		
02.01.02.01.03	Abono de família	299,800.00	470,200.00	441,000.00		56.84%	-6.21%	
02.01.02.01.09	Encargos diversos de segurança social	4,146.00				-100.00%		
02.02	Aquisição de bens e serviços	28,074,390.00	21,580,770.00	28,341,074.00	29,720,224.00	-23.13%	31.33%	
02.02.01	Aquisição de bens	12,605,752.00	6,006,694.00	5,444,083.00	6,465,008.00	-52.35%	-9.37%	
02.02.01.00.00	Livros e documentação técnica	84,380.00				-100.00%		
02.02.01.00.02	Medicamentos	19,084.00				-100.00%		
02.02.01.00.03	Produtos alimentares	54,424.00				-100.00%		
02.02.01.00.04	Roupa, vestuário e calçado	96,674.00	221,908.00	22,000.00	22,728.00	129.54%	-90.09%	
02.02.01.00.05	Material de escritório	1,825,541.00	1,425,230.00	524,491.00	772,716.00	-21.93%	-63.20%	
02.02.01.00.06	Material de consumo clínico	26,804.00				-100.00%		

02.02.01.00.08	Material de educação, cultura e recreio	3.600,00	488.451,00	37.300,00	29.238,00	-100,00%	-98,57%
02.02.01.00.09	Material de transporte – peças	1.166,985,00	30.635,00	7.000,00	795.254,00	-58,14%	79,79%
02.02.01.01.01	Artigos honoríficos e de decoração	26.331,00	1.565.557,00	2.425.659,00	71.406,00	16,35%	54,94%
02.02.01.01.02	Combustíveis e lubrificantes	8.203,536,00	359.832,00	322.613,00	2.975.787,00	-80,92%	-10,34%
02.02.01.01.03	Material de limpeza, higiene e conforto	657.867,00	1.322.614,00	1.661.745,00	177.689,00	-45,30%	25,64%
02.02.01.01.04	Material de conservação e reparação	308.066,00	592.467,00	388.195,00	642.784,00	347,28%	-34,48%
02.02.01.09.09	Outros bens	132.460,00	15.574.076,00	22.896.991,00	977.406,00	0,68%	-47,02%
02.02.02	Aquisição de serviços	15.468.638,00	1.233.241,00	923.196,00	23.255.216,00	414,09%	-25,14%
02.02.02.00.01	Rendas e alugueres	239.888,00	493.237,00	419.331,00	1.048.681,00	-93,79%	-14,98%
02.02.02.00.02	Conservação e reparação de bens	7.940.963,00	1.809.051,00	725.533,00	361.636,00	159,69%	-59,89%
02.02.02.00.03	Comunicações	696.623,00	131.082,00	204.402,00	1.878.192,00	-81,37%	55,93%
02.02.02.00.04	Transportes	703.524,00	332.634,00	158.155,00	92.998,00	-12,32%	-52,45%
02.02.02.00.05	Água	379.353,00	262.379,00	232.360,00	93.119,00	-65,91%	-11,44%
02.02.02.00.06	Energia eléctrica	769.752,00	233.767,00	121.773,00	157.232,00	24,55%	-47,91%
02.02.02.00.07	Publicidade e propaganda	187.683,00	875.107,00	853.951,00	172.276,00	1931,35%	-2,42%
02.02.02.00.08	Representação dos serviços	43.080,00	968.930,00	2.081.894,00	552.425,00	348,47%	114,87%
02.02.02.00.09	Deslocações e estadas	216.050,00	36.420,00		2.019.901,00	-100,00%	-100,00%
02.02.02.01.00	Vigilância e segurança	0,00	16.570,00	4.600,00	105.000,00	-35,96%	-72,24%
02.02.02.01.01	Limpeza, higiene e conforto	25.875,00	6.889.673,00	11.229.598,00	4.000.000,00	184,29%	62,99%
02.02.02.01.02	Honorários	0,00		230.000,00	14.511.004,00	-100,00%	
02.02.02.01.03.01	Assistência técnica – residentes	2.423.449,00	176.470,00				
02.02.02.01.03.02	Assistência técnica – não residentes	141.158,00	272.909,00				
02.02.02.01.04	Outros encargos da dívida	1.524.770,00	2.019.076,00	5.712.198,00	2.262.752,00	32,42%	182,91%
02.02.02.09.09	Outros serviços	8.754.437,00	8.330.299,00	9.531.512,00	4.000.000,00	-4,84%	14,42%
02.04	Juros e outros encargos	0,00	0,00	0,00	0,00	-100,00%	14,42%
02.04.01	Juros da dívida pública externa	8.754.437,00	8.330.299,00	9.531.512,00	4.000.000,00	-4,84%	14,42%
02.04.02	Juros da dívida pública interna	200.000,00	0,00	0,00	0,00	-100,00%	
02.06	Transferências	200.000,00	0,00	0,00	0,00	-100,00%	-100,00%
02.06.03	Administrações Públicas	200.000,00					
02.06.03.01.02	Municípios	200.000,00					
02.07	Benefícios Sociais	8.842.910,00	12.148.071,00	9.388.199,00	7.586.930,00	37,38%	-22,72%
02.07.01	Benefícios sociais em numerário	64.890,00	2.922.360,00	193.120,00	1.674.705,00	4403,56%	-93,39%
02.07.01.01.01	Pensões de aposentação	8.160.276,00	8.578.215,00	8.662.303,00	5.638.076,00	5,12%	0,98%
02.07.01.01.02	Pensões de sobrevivência	300.696,00	647.496,00	532.776,00	274.149,00	115,33%	-17,72%
02.07.01.02	Benefícios sociais em especie	36.000,00				-100,00%	
02.07.02.01.03	Evacuação de doentes	35.000,00				-100,00%	
02.07.02.01.09	Outros	246.048,00				-100,00%	
02.08	Outras despesas	14.263.123,00	30.432.148,00	41.112.087,00	56.542.962,00	113,36%	35,09%
02.08.01	Seguros	495.847,00	417.990,00	361.847,00	435.330,00	-15,70%	-13,43%
02.08.02	Outras despesas	13.547.098,00	29.982.320,00	40.644.040,00	56.107.632,00	121,32%	35,56%
02.08.04	Organizações não governamentais	0,00	10.800,00				
02.08.05	Restituições	74.630,00	21.038,00	17.000,00		-71,81%	-19,19%
02.08.06	Indemnizações	0,00		89.200,00		-100,00%	
02.08.07	Outras despesas Residual	145.548,00				-100,00%	
3	Despesas de Capital	37.424.308,00	44.161.885,00	82.915.167,00	24.312.190,00	18,00%	87,75%

03.01	Activos Não Financeiros	37,424,308.00	44,161,885.00				18.00%		-100.00%
03.01.01	Activos Fixos	32,427,112.00	21,063,628.00	75,626,738.00	23,443,314.00	23,443,314.00	-35.04%	259.04%	259.04%
03.01.01.01	Edifícios e Outras Construções	32,427,112.00	21,063,628.00	75,626,738.00	23,443,314.00	23,443,314.00	-35.04%	259.04%	259.04%
03.01.01.01.06	Outras Construções	32,427,112.00	21,063,628.00		0.00	0.00	-35%		-100%
03.01.01.01.06.01	Aquisições de Outras Construções	32,427,112.00	21,063,628.00	75,626,738.00	19,996,470.00	19,996,470.00	-35.04%	259.04%	259.04%
03.01.01.01.01	Edifícios para ensino		0.00		3,446,844.00	3,446,844.00			
03.01.01.02.01	Equipamento de transporte	2,310,867.00	13,700,000.00	4,926,988.00	188,482.00	188,482.00	492.85%	-64.04%	-64.04%
03.01.04	Recursos naturais	0.00	0.00	4,926,988.00	188,482.00	188,482.00			
03.01.01.02.01.01.01	Viaturas ligeiros de passageiros aquisições	2,310,867.00	13,700,000.00	4,926,988.00	188,482.00	188,482.00	492.85%	-64.04%	-64.04%
03.01.01.02.01.06	Motos e Motociclos	0.00	0.00	0.00	68,000.00	68,000.00			
03.01.01.02.01.06.01	Aquisições motos e motociclos	0.00	0.00		68,000.00	68,000.00			
03.01.01.02.02	Ferramentas e Utensílios	1,675,000.00	0.00	0.00	0.00	0.00	-100%		
03.01.01.02.02.01	Aquisição de Ferramentas e Utensílios	1,675,000.00					-100%		
03.01.01.02.03	Equipamento Administrativo	1,011,329.00	3,317,948.00	431,633.00	612,394.00	612,394.00	228%	-87%	-87%
03.01.01.02.03.01	Aquisição de equipamento administrativo	1,011,329.00	3,317,948.00	431,633.00	612,394.00	612,394.00	228%	-87%	-87%
03.01.01.02.04	Outra maquinaria e Equipamento	0.00	5,495,745.00	1,929,808.00	0.00	0.00		-1	-1
03.01.01.02.04.01	Aquisição de outra Maquinaria e Equipamento	0.00	5,495,745.00	1,929,808.00				-1	-1
03.02.01.04.04	Activos Intangíveis não produzidos	0.00	584,564.00	0.00	0.00	0.00		-100.00%	-100.00%
03.02.01.04.04.01	Aquisição de Aplicação Informática	0.00	584,564.00					-100.00%	-100.00%
03.03	Passivos financeiros	6,120,145.00	6,698,811.00	121,546,052.00	0.00	0.00	9.46%	1714.44%	1714.44%
03.03.01	Mercado interno	0.00							
03.03.01.04.01	Amortizações de empréstimos obtidos	6,120,145.00	6,698,811.00	121,546,052.00	0.00	0.00	9.46%	1714.44%	1714.44%
03.03.01.04.02	Empréstimos Obtidos- Amortizações Pmi	6,120,145.00	6,698,811.00	121,546,052.00			9.46%	1714.44%	1714.44%
	Total Geral	226,506,615.00	264,598,679.00	426,710,348.00	210,823,625.00	210,823,625.00	16.82%	61.27%	61.27%

São Domingos, 30 outubro de 2023. — O Presidente da Câmara Municipal, *Isaías Almeida Varela*.

Deliberação n.º 4/AMS/2023

de 12 de dezembro de 2023

A Assembleia Municipal de S. Domingos, reunida na sua 7ª Sessão Ordinária do primeiro Mandato, no dia 12 de dezembro de 2023, deliberou, com 10 votos a favor da bancado do PAICV, 6 votos abstenção da Bancado do MPD, zero votos Contra, e nos termos das atribuições conferidas pela Lei n.º 134/IV/95, de 03 de julho, que aprovou o Estatuto dos Municípios, ao abrigo do artigo 92º, n.º 2, al. h) e n.º 5, al. a), do Estatuto dos Municípios, e, ainda, ao abrigo do art. 6º, n.º 3 e do art. 17º, n.º 5, do Regime Financeiro das Autarquias Locais, aprovado pela Lei n.º 79/VI/2005, de 5 de setembro, o seguinte:

Aprovar a aquisição por contrato de Compra e Venda de duas parcelas de terrenos, uma com a área de 10.000,00 m² (dez mil metros quadrado), descrito na Conservatória do Registo Predial, sob o n.º 365/20220526, e inscrita na respetiva Matriz Predial, sob o n.º 4209/0, e outra com a área de 40.000 m², a desanexar do terreno mãe descrito na Conservatória do Registo Predial sob o n.º 26994/20131017 e inscrita na respetiva Matriz Predial sob o artigo 3787/0, a favor da “RL – PRODUÇÃO DE INERTES IMOBILIARIA TURISMO INVESTIMENTOS, SA.”, localizada em Pedregal- Ribeirão Chiqueiro, São Domingos, conforme planta de localização que se anexa e que passa a fazer parte integrante da presente deliberação.

Aprovar a aquisição da Doação de uma parcela de terreno, com uma área de 50.000 m², a desanexar do terreno mãe descrito na Conservatória do Registo Predial sob o n.º 26994/20131017 e inscrita na respetiva Matriz Predial sob o artigo 3787/0, a favor da “RL – PRODUÇÃO DE INERTES IMOBILIARIA TURISMO INVESTIMENTOS, SA.”, localizada em Pedregal- Ribeirão Chiqueiro, São Domingos, conforme planta de localização que se anexa e que passa a fazer parte integrante da presente deliberação.

Paços do Concelho de São Domingos, aos 12 de dezembro de 2023. — A Presidente da Assembleia Municipal, *Felismina dos Santos Moreno*

Deliberação n.º 8/2024. — Da Câmara Municipal de São Domingos,

De 08 de novembro de 2023.

Nos termos preceituados nos n.ºs 1, 2, 3 alíneas a, b, d, g) do artigo 11º do Decreto-lei n.º 54/2009, de 07 de dezembro, conjugado com os n.ºs 1, 2, e 4 alínea a, b, e) do artigo 19º do Decreto-lei n.º 9/2013, de 26 de Fevereiro (PCCS), a Reclassificação e reconversão Profissional dos funcionários a seguir indicados:

Edna Pereira Fernandes, Apoio Operacional, Nível II para Assistente Técnico, Nível V;

Selimiana Hermínia A. F. M. Gonçalves, Apoio Operacional, Nível II para Assistente Técnico, Nível V;

Edna Gomes Moreira, Apoio Operacional, Nível IV, para Assistente Técnico, Nível V;

Elisângela Maria Moreira Gomes, Apoio Operacional, Nível II para Assistente Técnico, Nível V;

Alfredo Filomeno Borges Tavares, Apoio Operacional, Nível V para Assistente Técnico, Nível V;

Clarice Andrade Vieira, Apoio Operacional, Nível II para Assistente Técnico, Nível V;

Carlos Alberto Mendonça Frederico, Apoio Operacional, Nível II para Assistente Técnico, Nível V;

Arlindo Neves Gonçalves, Apoio Operacional, Nível IV, para Assistente Técnico, Nível V;

Delaura Adalgisa Sena Andrade, Apoio Operacional Nível I para Assistente Técnico, Nível V.

Os encargos decorrentes da presente reclassificação e reconversão profissional tem cabimento na dotação inscrita no código 03.01.01.02 do Orçamento Municipal para o Ano Económico de 2023.

Câmara Municipal de São Domingos, aos 29 de janeiro de 2024. — O Assessor, *Ailton José Correia Semedo*.



II SÉRIE BOLETIM OFICIAL

Registo legal, n.º 2/2001, de 21 de Dezembro de 2001

Endereço Electrónico: www.incv.cv

INC**V**

IMPRESA NACIONAL DE CABO VERDE

Av. da Macaronésia, cidade da Praia - Achada Grande Frente, República Cabo Verde.

C.P. 113 • Tel. (238) 612145, 4150 • Fax 61 42 09

Email: kioske.incv@incv.cv / incv@incv.cv

I.N.C.V., S.A. informa que a transmissão de actos sujeitos a publicação na I e II Série do *Boletim Oficial* devem obedecer as normas constantes no artigo 28º e 29º do Decreto-lei n.º 8/2011, de 31 de Janeiro.